



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

MICHAEL STEFFONES DA SILVA RIBEIRO

**INTERCÂMBIO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA: UMA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GIRA MUNDO**

João Pessoa
2019

MICHAEL STEFFONES DA SILVA RIBEIRO

INTERCÂMBIO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA: UMA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GIRA MUNDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão Pública e Cooperação Internacional. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka.

João Pessoa

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R484i Ribeiro, Michael Steffones da Silva.
INTERCÂMBIO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GIRA MUNDO / Michael
Steffones da Silva Ribeiro. - João Pessoa, 2019.
123 f.

Orientação: Hermann Atila Hrdlicka.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Teoria do Programa. 2. Programa Gira Mundo. 3.
Avaliação de Desenho. 4. Avaliação de Implementação. I.
Hrdlicka, Hermann Atila. II. Título.

UFPB/BC



FOLHA DE APROVAÇÃO

MICHAEL STEFFONES DA SILVA RIBEIRO

INTERCÂMBIO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GIRA MUNDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador (a): Hermann Atila Hrdlicka

Data de aprovação: 30/07/2019

Banca examinadora:

Hermann Atila Hrdlicka PGPCI/UEPB

Orientador/ Presidente da banca examinadora

James Batista Vieira PGPCI/UEPB

Examinador Interno

Gilberto Farias de Sousa Filho CI/UEPB

Examinador Externo

Dedico este trabalho à minha amada esposa, Ayla,
por me apoiar nesse e em todos os meus projetos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua maravilhosa graça derramada sobre a minha vida e pela oportunidade que Ele me concedeu de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

Agradeço a minha esposa, Ayla, por todo apoio e compreensão ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Jarbas e Maria, que sempre se esforçaram para me oferecer tudo o que podiam.

Agradeço ao meu irmão, Wellison, por todo apoio dado ao longo desses anos.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Hermann Atila Hrdlicka, por me acompanhar durante todo esse processo, com quem também tive a oportunidade de realizar o meu estágio docência.

Agradeço ao Professor Dr. James Batista Vieira, pelas suas aulas inspiradoras e pela grande contribuição enquanto membro da banca de defesa desta dissertação.

Agradeço ao Professor Dr. Gilberto Farias de Sousa Filho pelas contribuições enquanto membro da banca.

Agradeço a todos os professores, funcionários e alunos do programa, por terem contribuído com a minha formação.

Agradeço aos meus amigos da linha de pesquisa 3, por todo companheirismo ao longo desses 2 anos.

Agradeço à coordenação do Programa Gira Mundo, por toda a colaboração para com o desenvolvimento da presente pesquisa.

Agradeço ao meu amigo Leydson, por colaborar na elaboração das ilustrações do trabalho.

"Fizeste-nos para Ti e inquieto está nosso coração,
enquanto não repousa em Ti." (Santo Agostinho)

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a avaliar o desenho e a implementação do Programa de Intercâmbio Internacional Gira Mundo na modalidade estudante. Para descrever a teoria do programa e então avaliar o desenho e a implementação, utilizou-se a metodologia do modelo lógico, recurso que diagrama o funcionamento do programa considerando os recursos, atividades, produtos e os resultados (curto, médio e longo prazo), revelando as relações de causalidade que envolvem todos esses componentes. O modelo foi elaborado a partir da análise dos documentos oficiais do programa, da observação direta e através da realização de entrevistas semiestruturadas com gestores do programa. Na avaliação dos pressupostos lógicos que constituem o desenho do Gira Mundo e como seus elementos estão inter-relacionados para o alcance dos resultados pretendidos, foram constatadas sólidas relações de causalidade entre seus principais pontos. Entretanto, os resultados demonstram a existência de deficiências no desenho do programa, tais como a ausência de metas específicas, falta de clareza em relação a algumas pretensões, não criação dos instrumentos adequados para gerenciamento e avaliação, ficando evidente que o programa não dispõe de ferramentas para mensuração dos seus resultados. No que tange a implementação, foram analisadas as edições de 2016 a 2018, com o objetivo de investigar se o programa foi executado conforme estabelecido pelo desenho, detalhando-se a evolução dos recursos empregados a cada ano e o quantitativo de beneficiários atingidos. Os resultados denotam que não houve uniformidade quanto ao processo de execução do programa, sendo identificadas falhas em todas as edições. Entre os problemas observados, foi constatado que uma parcela dos estudantes foi beneficiada em desacordo com o critério de elegibilidade referente a nota no exame de proficiência, conforme estabelecido pelo Decreto nº 36.539/2015. Além disso, grande parte dos alunos não cumpriram com todas as etapas previstas no desenho do programa. Considerando as três edições, 350 estudantes da rede pública foram contemplados com bolsas de estudos no exterior, que, somadas, perfazem a importância de R\$ 11.098.724,99 (onze milhões, noventa e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos).

Palavras-chave: Teoria do Programa. Programa Gira Mundo. Avaliação de Desenho. Avaliação de Implementação

ABSTRACT

This research proposes to evaluate the design and implementation of the International Exchange Program Gira Mundo in the student modality. In order to describe the program theory and then evaluate the design and implementation, we used the methodology of the logical model, resource that diagram the behavior of the program seeing the resources, activities, products and the results (short, medium and long term), revealing the causal relationships that involves all of these components. The model was elaborated from the analysis of the official documents of the program, from direct observation and through of semistructured interviews with managers of the program. In the evaluation of the logical assumptions that constitute the design of the Gira Mundo and how its elements are interrelated to reach the desired results, was found solid relations of causality between its main points. However, the results demonstrate the existence of deficiencies in the design of the program, such as the absence of specific goals, lack of clarity regarding some pretensions, not creating of the appropriate tools for management and evaluation, making it clear that the program does not have tools to measure its results. With regard to implementation, we analyzed the editions from 2016 to 2018, in order to investigate whether the program was executed as established by the drawing, detailing the evolution of the resources employed each year and the number of reached beneficiaries. The results show that there was no uniformity in the program execution process, with all faults identified. Among the observed problems, it was verified that a portion of the students was benefited in disagreement with the eligibility criterion referring to the grade in the proficiency examination, as established by Decree No. 36,539 / 2015. Besides that, most of the students did not comply with all the steps provided in the program design. Considering the three editions, 350 students from the public network were contemplated with scholarships abroad, which, together, amount to R\$ 11,098,724.99 (eleven million, ninety-eight thousand, seven hundred and twenty-four reais and ninety-nine cents).

Keywords: Program Theory. Gira Mundo Program. Design evaluation. Implementation evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Dissertação	21
Figura 2 - Modelo Lógico.....	36
Figura 3 - Desenho da Pesquisa.....	43
Figura 4 - Mapa de divisão das gerências regionais de educação da Paraíba	49
Figura 5 - Organograma Programa Gira Mundo	51
Figura 6 - Principais atores envolvidos com o programa Gira Mundo	52
Figura 7 - Plano de utilização de serviços do Programa Gira Mundo.....	64
Figura 8 - Plano Organizacional do Programa Gira Mundo.....	67
Figura 9 - Modelo Lógico do Programa Gira Mundo	69
Figura 10 - Árvore do Problema.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba)	55
Gráfico 2 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba X Brasil).....	55
Gráfico 3 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba X Nordeste).....	56
Gráfico 4 - Comparação IDEB (Paraíba X Brasil)	57
Gráfico 5 - Comparação IDEB observado X metas projetadas (Paraíba)	57
Gráfico 6 - Comparação SAEB Língua Portuguesa (Paraíba X Brasil)	58
Gráfico 7 - SAEB Língua Portuguesa (Paraíba X Nordeste)	59
Gráfico 8 - Comparação SAEB Matemática (Paraíba X Brasil)	60
Gráfico 9 - Comparação SAEB Matemática (Paraíba X Nordeste)).....	60
Gráfico 10 - Evolução dos Custos do Programa Gira Mundo	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais documentos utilizados durante a pesquisa.....	40
Quadro 2 - Objetivos em documentos oficiais	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentuais de realização de intercâmbio por modalidade.....	24
Tabela 2 - Principais destinos de estudantes brasileiros de 2015 a 2017	25
Tabela 3 - Metas do CsF por modalidade de Bolsa.....	26
Tabela 4 - Taxa de reprovação, aprovação e abandono.....	54
Tabela 5 - Diferença salarial por fluência em inglês	77
Tabela 6 - Diferença salarial por fluência em espanhol	78
Tabela 7 - Distribuição das vagas do intercâmbio entre as regionais em 2016.....	84
Tabela 8 - Quantitativo de alunos contemplados com o curso de línguas por região	86
Tabela 9 - Quantitativo por país no ano de 2017.....	88
Tabela 10 - Estudantes inscritos de acordo com país e região de ensino 2017	90
Tabela 11 - Remanejamento das vagas do intercâmbio para Portugal 2017	90
Tabela 12 - Quantitativo de cursistas espanhol 2017	92
Tabela 13 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2017	93
Tabela 14 - Desempenho dos participantes no exame de Língua Portuguesa.....	94
Tabela 15 - Custos dos pacotes de intercâmbio por país em 2017	95
Tabela 16 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Canadá)	96
Tabela 17 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Portugal)	97
Tabela 18 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Espanha)	98
Tabela 19 - Quantitativo por região de ensino e país de intercâmbio ano de 2018.....	98
Tabela 20 - Quantitativo de inscrições por gerência e país de intercâmbio 2018	99
Tabela 21 - Quantitativo de cursistas por idioma 2018.....	100
Tabela 22 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em inglês 2018	101
Tabela 23 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em português 2018	102
Tabela 24 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2018(Intercâmbio Argentina)	102
Tabela 25 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2018 (Espanha).....	103
Tabela 26 - Custos dos pacotes de intercâmbio por país em 2018.....	104
Tabela 27 - Custos do Programa Ganhe o Mundo com os intercâmbios no Canada (2017/2018)	106
Tabela 28 - Custo médio por intercâmbio no Canadá (Pernambuco X Paraíba).....	107
Tabela 29 - Quantitativo de servidores em cada função do programa	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPB	Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
BELTA	Brazilian Educational & Travel Association
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE-PB	Conselho Estadual de Educação da Paraíba
CELEST	Centro de Línguas Estrangeiras de João Pessoa
CELIN	Centro de Línguas da Paraíba
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CsF	Ciência sem Fronteiras
DEDE	Diretoria Executiva de Desenvolvimento Estudantil
ECI	Escola Cidadã Integral
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Informação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
RDDI	Regime de Dedicção Docente Integral
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECTI-MA	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão
SEE-PB	Secretaria de Estado da Educação da Paraíba
SEE-PE	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
TOIC	Test of English for International Communication

UEPB

Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	18
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	INTERCÂMBIO ESTUDANTIL.....	22
2.1.1	Benefícios dos Estudos no Exterior	22
2.1.2	Programas Públicos de Mobilidade Estudantil no Brasil	26
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.2.1	Conceito	28
2.2.2	Avaliação de Políticas e Programas	31
2.2.3	Teoria do Programa	32
2.2.4	Modelo Lógico	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1	NATUREZA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	38
3.1.1	Construção da Teoria do Programa Gira Mundo	38
3.1.2	Procedimentos específicos para coleta de dados	39
3.1.3	Elaboração da prévia do modelo lógico	40
3.1.4	Validação do modelo lógico	41
3.2	ETAPAS PARA AVALIAÇÃO DO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO	41
4	AVALIANDO O PROGRAMA GIRA MUNDO	44
4.1	AVALIANDO O DESENHO.....	44
4.1.1	Objetivos do programa	44
4.1.1.1	Objetivos declarados em documentos oficiais.....	45
4.1.1.2	Objetivos reais	46
4.1.2	Crítérios de elegibilidade do programa	47
4.1.3	Gestão e forma de execução do programa	50
4.1.4	Fatores contextuais	53
4.1.4.1	Realidade da educação no estado da Paraíba.....	53
4.1.4.2	Alguns programas em andamento	61
4.1.5	Teoria do Programa Gira Mundo	63
4.1.6	Avaliando em Relação as Necessidades Sociais	70
4.1.7	Avaliação da lógica e plausibilidade	74
4.1.8	Avaliação através da comparação com pesquisa e prática	80
4.2	AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO	83
4.2.1	Edição 2016	84
4.2.2	Edição 2017	88
4.2.3	Edição 2018	98
4.2.4	Evolução dos Recursos Investidos no Programa Gira Mundo	105

4.2.5	Principais fatores contextuais que podem afetar o desempenho do programa	
	107	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE A — Roteiro de Entrevista com a Equipe Gerencial	121
	APÊNDICE B — Termo de Consentimento	122

1 INTRODUÇÃO

Acompanhando o movimento global, cresce ¹o número de brasileiros em busca de uma certificação internacional. Somente em 2016, dos 246,4 mil estudantes que saíram do país para estudar no exterior, 25,5% ingressaram em uma instituição de ensino superior, um aumento de 50% em relação a 2015, segundo a Brazilian Educational & Travel Association (Belta), que reúne as agências de programas educacionais no exterior. De acordo com a pesquisa mais recente da instituição, o mercado brasileiro de educação internacional apresentou um crescimento de 23% no ano de 2017, alcançando o número de 302 mil estudantes brasileiros no exterior, uma marca inédita.

Existem diversas modalidades de intercâmbio internacional, tais como cursos de idiomas, graduação, curso de idiomas com trabalho temporário, curso profissional, ensino médio (*high school*), pós-graduação *stricto sensu*, entre outras possibilidades. O curso de idiomas continua se destacando como o mais realizado, principalmente no que diz respeito ao inglês e ao espanhol, embora pesquisas recentes tenham demonstrado uma maior desconcentração de mercado, de modo que idiomas como alemão, francês, italiano, japonês e mandarim têm ganhado participação (BELTA, 2017).

Segundo a OCDE (2017), estudar no exterior é uma oportunidade para acessar educação de qualidade, sendo também uma forma de melhorar a empregabilidade em mercados de trabalho cada vez mais globalizados. Outras motivações incluem o desejo de expandir o conhecimento de outras sociedades e melhorar as habilidades de linguagem, particularmente o inglês. Esses movimentos trazem benefícios para os países hospedeiros, principalmente se a mobilidade se transformar em moradia permanente, entre eles mitigar o impacto do envelhecimento da população sobre o fornecimento de habilidades futuras em muitos países, e dar suporte no desenvolvimento de novos sistemas de produção e inovação.

Como a mobilidade estudantil internacional tem sido uma prática crescente nas últimas décadas, o que ocorre em virtude de um mundo a cada dia mais globalizado, diversos estudos têm sido desenvolvidos, confirmando inúmeros benefícios para os estudantes que resolvem empreender esforços ao enfrentar o desafio de cursar de pequenos a longos períodos em instituições de ensino localizadas no exterior.

¹ Informação disponível em: <http://www.belta.org.br/para-fugir-da-crise-numero-de-brasileiros-em-graduacao-no-exterior-aumenta-50/>.

De acordo com a Belta² (2018), o Canadá é o destino preferido pelos brasileiros para realização de estudos no exterior, seguido pelos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Irlanda. O país já ocupa o primeiro lugar na preferência há mais de 12 anos. Alguns fatores são determinantes para que esse seja o resultado, como um câmbio mais favorável, menos dificuldade para obtenção do visto e, claro, qualidade de vida no país.

Dada as proporções em que o setor de educação internacional tomou ao longo do tempo, surge na mesma proporção a necessidade do desenvolvimento de pesquisas avaliativas com o intuito de mensurar a qualidade dos diversos programas existentes, esclarecendo aos investidores e participantes de tais programas acerca do retorno que cada um deles é capaz de gerar, além de estabelecer padrões de qualidade. Alguns estudos já realizados apresentam diversas abordagens para avaliação de programas que têm como objeto a oferta de educação internacional. Percebe-se então que não há uma única forma de avaliar esses programas. Parte dos pesquisadores se utiliza de abordagens qualitativas, outros procuram encontrar respostas utilizando-se de abordagens quantitativas e, em alguns casos, abordagens mistas.

A partir de 2011, passamos a ver, de forma prática, o interesse do poder público no que toca à mobilidade estudantil internacional, uma vez que tal modalidade de internacionalização da educação passou a compor o quadro de políticas públicas tanto na esfera federal, com a criação do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), bem como em algumas esferas estaduais, a exemplo dos governos de Pernambuco, Paraíba e Maranhão, com os programas Ganhe o Mundo, Gira Mundo e Cidadão do Mundo, respectivamente. O CsF, de 2012 a 2016, ofertou a estudantes no nível superior de todo o país milhares de bolsas de estudos integrais, sendo a maior parte para graduandos. Na região nordeste, dos programas já mencionados, destacam-se o Gira Mundo e o Ganhe o Mundo, que têm ofertado nos últimos anos bolsas de intercâmbio, modalidade *high school*, para estudantes que integram o ensino médio na rede pública estadual de ensino. Não obstante as diferenças inerentes a cada um dos programas aqui mencionados, todos eles possuem algo em comum: são bolsas de estudos custeadas com verba pública.

Nesse contexto, por se tratar de programas que são custeados pelos cofres públicos, torna-se imprescindível a realização de estudos avaliativos, de modo a esclarecer com maior precisão se a verba pública tem sido empregada de forma adequada. Isto é, se não há desperdício do dinheiro público, considerando ainda a necessidade presente em diversos

² Informação disponível em: <http://www.belta.org.br/canada-e-destino-de-intercambio-preferido-dos-brasileiros-mais-uma-vez/>.

setores da sociedade, que tanto precisam da ação do Estado para que os problemas que lhe afligem sejam solucionados (COSTA; CASTANHAR 2003).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Não obstante ao fato de o Programa Gira Mundo se assemelhar a outros programas de mobilidade estudantil, este programa foi formulado com características que lhe são peculiares, tais como o método de seleção dos beneficiários, escolha dos países de realização de intercâmbio, a forma de execução do programa, entre outras nuances que serão especificadas ao longo do trabalho. Por ser um programa recente, não foram encontrados estudos que tenham como escopo oferecer algum tipo de avaliação do programa. Com isso, surgem algumas indagações que se revestem de relevância, problematizando a questão: a) Qual é a teoria do Programa Gira Mundo? b) O modelo teórico é consistente? c) O programa vem sendo executado conforme definido inicialmente pelo desenho? d) Quais os subprocessos que podem ser verificados através da análise da execução que não constam no nível macro do desenho do programa? Esses questionamentos desembocaram na seguinte questão problema: Qual a teoria em que se fundamenta o Programa Gira Mundo e como ele vem sendo executado?

Com o escopo de responder à questão problema, foram traçados os objetivos da pesquisa. O objetivo geral do estudo em tela consiste em realizar uma avaliação de desenho do Programa Gira Mundo e uma avaliação de processo, considerando as edições de 2016 a 2018. Para o alcance do objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos da presente pesquisa: a) Explicitar a teoria do Programa Gira Mundo, b) Avaliar o desenho do Programa Gira Mundo, c) Investigar se a execução tem observado o estabelecido pelo desenho do programa; d) Desvendar os subprocessos que não estão dispostos no nível macro do desenho do programa.

1.2 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa alicerça-se na evidente necessidade de realização contínua de monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. Segundo Costa e Castanhar (2003), a avaliação tem como objetivo orientar os responsáveis pela tomada de decisão, dando-lhes a direção acerca da continuidade, necessidade de promoção de ações corretivas ou até mesmo a suspensão do referido programa ou política. Na mesma direção, Carvalho (2003)

assevera que a avaliação de políticas tem como finalidade promover o ajuste ou validação dos objetivos, metas e focos sociais, além de buscar alinhar os meios até então empregados aos fins objetivados com a implementação da política. Por seu turno, Thoenig (2000) sustenta que a principal finalidade da avaliação é fornecer informação, uma vez que deve ser feita com foco na ação. Dessa forma, é necessário que pesquisas no campo da avaliação de políticas e programas públicos sejam desenvolvidas, de modo a estimular agentes públicos a se utilizarem de estudos avaliativos como instrumentos de gestão.

McLaughlin e Jordan (1999) afirmam que gestores de programa e avaliadores não costumam utilizar-se de forma lógica, clara e métodos consistentes para explicitar suas compreensões acerca dos programas, bem como evidenciar o percurso adotado pelo programa para chegar aos resultados, levando em consideração os contextos operacionais que lhe são peculiares. Nesse sentido, Rossi, Lipsey e Freeman (2004) sustentam que há uma diversidade de programas sociais que não são bem elaborados, deixando a transparecer problemas em sua própria ideia de como as melhorias sociais esperadas podem ser alcançadas. Tal problemática se dá, em grande medida, em razão da insuficiente atenção conferida à descrição diligente e expressa dos objetivos do programa, bem como de que forma eles têm que ser alcançados, no decorrer da fase de planejamento de programas novos. Em alguns casos é próprio contexto político do qual emergem os programas que inviabilizam um planejamento mais minucioso, entretanto, mesmo que não seja essa a questão, é bem comum que programas sejam projetados negligenciando a teoria que lhe é implícita.

Nesse caso, demonstra-se a relevância da presente pesquisa que tem como um dos objetivos traçados explicitar a teoria do Programa Gira Mundo, de modo a possibilitar a realização de futuras pesquisas, as quais poderão se utilizar dos resultados expostos no presente trabalho para o desenvolvimento das demais avaliações. Como destacado anteriormente, a proposta desse estudo é avaliar o desenho desse programa e verificar a fidelidade na execução das três primeiras edições do programa em relação ao modelo desenhado.

A avaliação de desenho compreende o exame da teoria do programa. Nessa investigação, analisa-se a consistência e a lógica presente na teoria de um determinado programa, de modo a verificar se há uma coerência interna. No desenrolar desse processo de análise busca-se discernir quais os equívocos existentes no desenho do programa, de modo a subsidiar possíveis ajustes. É essencial que uma política pública esteja fundamentada em um modelo teórico que tenha o potencial de não apenas constatar determinados problemas que

apontem para a necessidade de intervenção estatal, mas que indiquem também uma intervenção específica que seja apta a produzir os fins almejados. A intervenção alicerça-se nesse modelo teórico, o qual é denominado teoria do programa. (IPEA, 2018)

A teoria do programa apresenta-se em várias etapas sucessivas determinadas antecipadamente com o intuito de, ao final de tudo, evidenciar quais os resultados ou impactos esperados com a implementação da política que nela se fundamenta. O progresso harmonioso de cada uma das etapas presentes no processo corresponde à lógica da teoria do programa, ou seja, de que forma se relacionam os elementos, o nexo de causalidade entre eles e, também, como se organiza o fluxo de passagem de uma etapa para outra até a realização de todos os atos do processo. Na avaliação de desenho busca-se, minuciosamente, verificar o quão consistente é a teoria, conferindo se cada um dos referidos elementos exerce, em conformidade com todo o arranjo, a incumbência que lhe é atribuída.

A avaliação de implementação, por sua vez, abrange a investigação e especificação dos elementos que compõem os processos pertinentes à execução do programa, os quais são imprescindíveis à conversão dos insumos nos produtos destinados aos beneficiários de determinada política. Assim, engloba o exame minucioso das fases que compreendem a seleção dos beneficiários, contratações dos serviços necessários, além de outras questões relevantes ao processo. Em resumo, objetiva-se analisar a consonância da execução do programa frente ao desenho e identificar os subprocessos que não estão explícitos no nível macro do modelo elaborado.

Ressalta-se que, em diversos casos, a avaliação de implementação precede à efetuação da avaliação de impacto, uma vez que minora a probabilidade de desperdiçar recursos para aferir os impactos de um programa que provavelmente contenha sérios problemas na sua implementação, como deixar de entregar determinado serviço ou produto ao beneficiário pretendido pelos formuladores. Logo, com a avaliação de implementação, ou processo, busca-se captar as falhas e acertos de modo a subsidiar melhorias ao programa avaliado (IPEA, 2018).

Embora existam diversos estudos pertinentes à realização de estudos no exterior, é importante esclarecer que cada programa tem as suas especificidades, sendo necessário conhecer as implicações que resultam de cada uma de suas peculiaridades. Ademais, deve-se considerar também que programas como o da presente pesquisa, que buscam fomentar a internacionalização da educação já na educação básica, é algo bastante recente na gestão pública educacional do país, compreendendo pouco mais de cinco anos, uma vez que as

iniciativas são vistas a partir de 2011, como no citado programa de Pernambuco. No caso do Programa Gira Mundo, mais recente ainda, visto que são apenas três edições do programa (2016, 2017 e 2018), torna-se imperiosa a necessidade de avaliação, para que a gestão pública possa ser subsidiada quanto a possíveis acertos ou equívocos no que tange à execução do programa. Assim, a pesquisa poderá propiciar um aprimoramento quando da tomada de decisão por parte dos gestores do programa.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Consoante representação esquematizada na Figura (1), a estrutura da pesquisa compreende cinco capítulos. O primeiro tem como objetivo trazer uma contextualização da temática que se pretende estudar. Nele, são apresentados os recortes, problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa para o desenvolvimento do presente trabalho. No segundo capítulo é desenvolvido o referencial teórico, de modo a reunir os principais pontos abordados nos estudos que tratam, em um primeiro momento, da temática do intercâmbio internacional e, em seguida, da base teórica do campo das políticas públicas, enfatizando-se a avaliação a partir da Teoria do Programa. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa.

No capítulo quatro constam os resultados da investigação, momento em que é revelada a Teoria do Programa de Intercâmbio Internacional Gira Mundo, sendo, após, analisado o seu desenho, considerando os procedimentos demonstrados no capítulo três. Ainda nesse capítulo, são descritos todos os resultados obtidos com a avaliação da implementação do programa. O trabalho se encerra no capítulo cinco, quando são apresentadas as considerações finais.

Figura 1 - Estrutura da Dissertação



Fonte: O autor (2019)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo estão os alicerces da presente pesquisa, sendo apresentada uma revisão da literatura referente à temática do trabalho, de modo a abordar os principais estudos desenvolvidos na área em que se investiga ou profundamente relacionados a esta (GRAY, 2012). Ressalte-se que a revisão de literatura é imprescindível para a construção de uma pesquisa significativa, uma vez que ignorar o campo em que se pretende estudar impossibilita o pesquisador de trazer uma contribuição relevante, que acrescente conhecimento ao tema estudado (BOOTE e BEILE, 2005).

2.1 INTERCÂMBIO ESTUDANTIL

Nesta seção discutiremos especificamente sobre os benefícios do estudo no exterior, elencando alguns dados e mencionando os principais programas públicos de intercâmbio estudantil criados nesta última década no Brasil.

2.1.1 Benefícios dos Estudos no Exterior

O estudo no exterior proporciona aos participantes uma série de benefícios, que vão além das atividades acadêmicas, compreendendo a aprendizagem social e o enriquecimento cultural, de um modo geral. Diversos estudos demonstram que a internacionalização da educação impacta substancialmente a vida dos participantes, pois eleva o conhecimento de mundo do indivíduo, possibilitando a aprendizagem de um outro idioma, preparando-o para o relacionar-se com o mundo, uma vez que este possui diversidade étnica e cultural (SANDELL 2007). Ademais, há uma grande diferença em conhecer a cultura do país estando no próprio país, da mesma forma que a aprendizagem de um novo idioma pode se dar com maior eficácia quando o âmbito de convivência do estudante se dá com os próprios nativos.

Nesse sentido, Dwyer (2004) aduz que o tempo em que os estudantes passam realizando os estudos no exterior influenciam diretamente em diversos aspectos da experiência vivida por eles. De acordo com seus estudos, a experiência de estudar no exterior por um ano, no lugar de um semestre ou algumas semanas, possibilitou aos alunos o desenvolvimento de uma melhor confiança no próprio conhecimento linguístico. O autor argumenta ainda que um maior tempo de interação com nativos representa mais oportunidades para a aprendizagem, na prática, de um novo idioma, possibilitando o desenvolvimento de competências, notadamente a competência comunicativa, além de

propiciar aos acadêmicos que são imersos em distintas culturas, crescimento enquanto indivíduo, a ponto de desenvolverem atitudes que denotam tolerância no que tange a culturas distintas da sua cultura de origem.

Entre as múltiplas formas de internacionalização da educação, estudos demonstram que o intercâmbio de alunos tem sido a forma mais mencionada, ficando à frente do intercâmbio de professores e até mesmo do ajuste de currículos (AMAL e BORGES, 2015). No pensar de Camp (2005), é aconselhável que os estudantes de graduação não desperdicem a oportunidade de realizar seus estudos no exterior. Segundo ele, em razão de termos um mundo global, devemos estabelecer relações de troca não apenas no sentido comercial, mas no sentido cultural também. Nesse contexto, Aguiar Pereira, Heinzle e Pinto (2017) sustentam que a internacionalização propicia aos participantes o alcance de determinados valores, entre os quais o multiculturalismo, plurilinguismo, o diálogo entre diversas áreas, não rigidez curricular, bem como o compartilhamento de conhecimento.

Para Byram e Feng (2006) há um ganho para os estudantes que participam de estudos no exterior, pois adquirem um aumento do capital cultural. Além disso, argumentam que estudar no exterior possibilita melhoria nas relações internacionais e um aumento na experiência educacional. Corroborando com esse entendimento Brown (2009) acrescenta que, no que diz respeito aos pesquisadores da área da educação, embora haja um grande interesse em entender melhor como ocorre essa aquisição de capital cultural no curso da experiência acadêmica internacional, alerta que mensurar o capital cultural é um desafio. Quanto ao tema, Sidhu (2005) apresenta em seus estudos que o capital cultural é impulsionado por três fatores:

- a) Anseio pela aquisição de “bens pessoais” como aprimoramento individual, autonomia, confiança e independência;
- b) Desejo de construir uma aparência de “cosmopolita”, o que geralmente decorre do fato de viver e estudar em outra localidade e, conseqüentemente, cultura;
- c) Anseio de mobilidade ascendente em termos de realização profissional e ganho financeiro.

Muito se discute acerca dos reais benefícios de estudar no exterior. Com isso, algumas hipóteses são levantadas, mas que necessitam também ser sempre reavaliadas. Em seus estudos sobre o tema, Wilkinson (1995) apresentou algumas suposições no que tange aos benefícios dos estudos no exterior:

- a) Estudar no exterior garante extraordinária melhoria linguística;
- b) Mais comunicação na língua anfitriã é provável quando estiver no exterior;
- c) Viver com uma família anfitriã é mais benéfico do que outros arranjos de habitação no exterior;
- d) Viver no exterior garante compreensão cultural.

Conforme afirma Brown (2009), uma forma comum de tratar com as hipóteses apresentadas é estudar as atitudes dos alunos participantes de estudos no exterior em relação as experiências obtidas durante o referido estudo. Procedendo dessa forma, e analisando as suposições elencadas por Wilkinson (1995), o pesquisador Mendelson (2004) encontrou como resultado em suas pesquisas a indicação de que a duração do programa pode ser um fator que afeta a capacidade de avaliar com precisão as suas habilidades. Logo, supõe que o tempo de duração pode influenciar nos benefícios pessoais adquiridos com a experiência.

Discutindo acerca desses mencionados ganhos culturais e sociais dos participantes de programas de estudos no exterior, Chieffo e Griffiths (2003) obtiveram como resultado do estudo com participantes de intercâmbios, no contexto dos EUA, o fato de que os estudantes demonstravam interesse em se tornarem fluentes na língua, eram mais pacientes com indivíduos que não falavam inglês nos EUA, cultivaram maior interesse pelas artes, eram mais confiantes na capacidade que tinham de explicar questões pertinentes à política externa dos EUA para indivíduos de outras nacionalidades, aprenderam sobre uma diversidade de tópicos que geralmente incluía aquisição de conhecimento de outro país ou outra cultura, além dos estudos confirmarem também um aumento nas taxas de participação em ações de promoção de consciência global.

Pesquisas demonstram o aumento do interesse por parte dos brasileiros, no que diz respeito ao estudo no exterior. De acordo com a Belta (2018), o ano de 2017 foi marcado por um aumento considerável do número de brasileiros que realizaram alguma modalidade de intercâmbio, superando a marca de mais de 300 mil estudantes no exterior, o que representa um crescimento de 23% no mercado de educação internacional brasileiro. A pesquisa também aponta, em termos percentuais, a preferência dos brasileiros por cada uma das modalidades de intercâmbio, conforme dados constantes na tabela (1).

Tabela 1 - Percentuais de realização de intercâmbio por modalidade

MODALIDADE	2015	2016
------------	------	------

Curso de idioma	43,2%	39,2%
Graduação	19,0%	25,5%
Curso de idioma com trabalho temporário	5,2%	6,4%
Curso profissional, certificado ou diploma	4,5%	4,7%
Ensino médio (<i>high school</i>)	4,6%	4,5%
Curso de Férias (verão/inverno) para jovens(teen)	2,4%	2,7%
Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado ou Doutorado)	2,2%	2,7%
Work nos Estados Unidos (trabalho durante as férias)	3,0%	2,3%
Turismo Cultural	1,5%	1,8%
Estágio (<i>work experience</i>)	2,1%	1,6%
Pós-graduação (<i>MBA</i> ou <i>Master</i>)	2,6%	1,2%
Trabalho voluntário	2,4%	1,0%
Eventos corporativos	0,5%	0,8%
Eventos acadêmicos	1,1%	0,6%
Não sabe/não respondeu	1,2%	0,0%
Outro	4,5%	4,9%

Fonte: Adaptado das pesquisas de mercado selo BELTA (2017/2018)

Como se pode verificar a partir dos dados expostos na tabela (1), o intercâmbio para realização de curso de idiomas apresentou um percentual mais baixo em 2016, quando comparado ao anterior, embora ainda se mantenha em primeiro lugar, quando comparado a outros tipos de intercâmbio. Por outro lado, o intercâmbio para graduandos, de acordo com os dados, apresentou uma porcentagem maior em 2016, quando comparado a 2015. Quanto ao destino preferido dos brasileiros, os países de língua inglesa ocupam as primeiras posições, estando em primeiro lugar o Canadá, seguido pelos Estados Unidos da América. A tabela (2) apresenta os dados referentes aos principais destinos dos estudantes brasileiros.

Tabela 2 - Principais destinos de estudantes brasileiros de 2015 a 2017

Posição 2017	Posição 2016	Posição 2015	País
1°	1°	1°	Canadá
2°	2°	2°	Estados Unidos
3°	5°	5°	Reino Unido
4°	3°	3°	Austrália
5°	4°	4°	Irlanda

Fonte: Adaptado das pesquisas de mercado selo BELTA (2017/2018)

2.1.2 Programas Públicos de Mobilidade Estudantil no Brasil

A discussão sobre a importância da internacionalização da educação tem ganhado relevo nos últimos anos, considerando a criação de novos programas custeados com verba pública. Como já mencionado, uma das formas de internacionalizar a educação é através de programas de mobilidade estudantil. No Brasil, tanto o governo federal, como também alguns governos estaduais instituíram programas de concessão de bolsas de estudo para que estudantes brasileiros pudessem estudar em instituições ensino no exterior através do investimento público.

A nível federal, com o Decreto 7.642 de 13 de dezembro de 2011, foi instituído o Programa Ciência sem Fronteiras- CsF (BRASIL,2011). De acordo com o artigo 1º do referido documento, o programa foi criado com o objetivo de proporcionar formação e capacitação de indivíduos com alta qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de excelência no exterior. Além disso, recrutar para o Brasil jovens talentos e pesquisadores de fora, com alta qualificação, especificamente em áreas consideradas prioritárias pelo programa.

A incumbência da implementação do CsF foi atribuída ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI e ao Ministério da Educação-MEC, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com participação da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2011). A tabela (3) fornece os números que correspondiam à meta por modalidade de bolsa:

Tabela 3 - Metas³ do CsF por modalidade de Bolsa

Modalidade	Quantitativo de bolsas
Doutorado Sanduíche	15.000
Doutorado Pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação Sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
Total	101.000

Fonte: Adaptado de CsF (2013)

³ Dados disponíveis em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas>.

Não obstante a existência de vagas de intercâmbios para estudantes ofertadas pelas universidades brasileiras e agências de fomento, o programa CsF trouxe uma nova identidade ao intercâmbio internacional no país, uma vez que foi a partir da criação do programa que o intercâmbio acadêmico ganhou visibilidade, passando a ser visto como um instrumento de capacitação de estudantes para uma economia global competitiva direcionada pelas áreas da engenharia, ciência, tecnologia e inovação (SPEARS, 2014).

Na esfera estadual cita-se inicialmente o Programa Ganhe o Mundo, criado também no ano de 2011, por intermédio da Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011, no estado de Pernambuco, na região nordeste do Brasil. Diferente do CsF, até mesmo em razão da distribuição de competências efetuada pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que atribui aos estados a responsabilidade pela educação básica, mais especificamente o ensino médio, o programa foi criado com o objetivo de conceder aos estudantes do ensino médio da rede pública estadual bolsas de intercâmbio internacional (PERNAMBUCO, 2011).

O programa foi desenhado para que antes de enviar o aluno de ensino médio ao exterior, ele seja preparado para se comunicar no idioma do país onde realizará o intercâmbio. Assim, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE), prepara e fornece aos candidatos às bolsas de intercâmbio, um curso de idiomas. Da criação do programa até o ano de 2018, milhares de alunos participaram dos cursos de línguas e mais de 6,5⁴ mil foram contemplados com bolsas de intercâmbio para realização de parte dos estudos em países como Argentina, Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Espanha, Uruguai e Nova Zelândia.

Outro programa de concessão de bolsas de intercâmbio que podemos mencionar é o Programa Cidadão do Mundo, implementado pelo governo do Maranhão, também na região nordeste do Brasil. O referido programa foi instituído pela Lei nº 10.286, de 21 de julho de 2015. Diferente do programa citado anteriormente, o Programa Cidadão do Mundo tem uma maior ênfase em intercâmbio cuja modalidade é curso de idiomas, embora a lei que institui o programa também preveja intercâmbio para ensino médio.

De acordo com a Lei 10.286/2015, a gestão do programa é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Quanto à execução, a lei atribui tal tarefa ao Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (IEMA) e a

⁴ Informação disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=4582>.

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEMA). Quanto aos objetivos do programa, a referida norma apresenta quatro:

- a) Incentivar a capacitação bilíngue dos jovens maranhenses;
- b) Promover a integração e a atualização dos jovens maranhenses em relação a outras realidades culturais;
- c) Propiciar o aprendizado de uma segunda língua por meio do acesso ao intercâmbio internacional;
- d) Estimular a qualificação da produção científica e tecnológica, bem como, a participação dos jovens maranhenses nas carreiras acadêmicas.

Por sua vez, o estado da Paraíba instituiu um programa de intercâmbio internacional para estudantes da rede estadual de ensino semelhante aos moldes elaborados pelo Programa Ganhe o Mundo. Trata-se do Programa Gira Mundo, um programa que oferece a professores e alunos a oportunidade de estudar e se capacitar em escolas internacionais. Esse programa será o nosso objeto de estudo nessa pesquisa. Dessa forma, será abordado minuciosamente em capítulo próprio.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta parte do trabalho, passaremos a dialogar com algumas definições de políticas públicas trazidas pelos teóricos do campo de políticas públicas, adentrando posteriormente na discussão da avaliação de programas e políticas públicas, uma vez que o intercâmbio estudantil objeto da nossa análise trata-se de uma política pública de educação, implementada pelo governo do estado da Paraíba para estudantes do ensino médio da rede pública estadual.

2.2.1 Conceito

É possível encontrar na literatura da ciência política diversas definições para o termo “política pública”. Buscando conceituar o termo, Saravia (2006, p.28) afirma, inicialmente, ser “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade”. Nessa mesma perspectiva de considerar a natureza intervencionista da política pública, o autor acrescenta que as omissões também estão inseridas no conceito, uma vez que constituem o sistema decisório no âmbito público.

Sob o enfoque do objetivo da política pública e as decisões por ela abrangidas o autor sustenta que “são estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório” (SARAVIA, 2006, p.28-29).

Na mesma direção, Lynn (1980) aduz que o termo “política pública” se refere ao conjunto de atitudes do governo que são desenvolvidas com a finalidade de gerar efeitos específicos. Corroborando com esse entendimento Rua (2009) afirma que a política pública compreende, além do conjunto de ações, um conjunto de decisões que dizem respeito à alocação compulsória de recursos relacionados a bens públicos. Sobre essas decisões, Dye (1984) já definia a política pública como sendo o que o governo resolve realizar ou deixar de realizar. Para O'Donnell (1989) as políticas públicas revelam o "Estado em ação". Percebe-se que os conceitos apresentados assumem que a política pública decorre de uma decisão política, mas importa esclarecer não são todas as decisões políticas consideradas políticas públicas.

Nesse contexto, é importante questionar: o que realmente faz com que uma política possa ser caracterizada como sendo pública? Quanto a esse questionamento, algumas abordagens se apresentam na literatura do campo de públicas. Basicamente, a discussão pode ser analisada sob duas perspectivas, sendo uma mais voltada a centralização do Estado no conceito e outra na qual o Estado não é unicamente o protagonista nas referidas ações.

Na perspectiva "Estatocêntrica", a ideia do termo "pública" em relação a política se dá em razão de considerar as decisões e ações como sendo fundamentadas no poder extroverso e na autoridade soberana do Estado. Enfatiza-se, nessa abordagem, que a política pública, em última análise, não pode existir sem uma estrutura governamental, isto é, ampara-se nas leis e processos institucionais. Nesse sentido, embora vários atores possam participar das atividades de uma política pública, o que prevalece nessa vertente é que, em última instância, é o poder público que decide quem participa ou não, o que ocorre de forma imperativa.

Por outro lado, considerando a abordagem policêntrica, a política pública não se condiciona ou se subordina ao poder do setor público. Nessa perspectiva, a ênfase recai, não no protagonismo do Estado, mas na ação plural dos diversos atores sociais. Corroborando com o entendimento, Secchi (2010) aduz que o âmago do conceito de política pública é o problema público. Dessa forma, essa abordagem focaliza o problema público, independentemente de quem seja o responsável pela tomada de decisão. Trilhando o caminho para conceituar o termo "problema público", Secchi (2010) define problema como sendo a diferença entre uma realidade atual indesejada e uma situação desejável que seja possível.

Logo, problema público seria " a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para realidade pública" (SECCHI, 2010, p.7).

Não obstante o reconhecimento da relevância que há na atuação dos agentes não estatais nas políticas públicas, parece prevalecer na ciência política a perspectiva de que o ponto chave para caracterizar uma política como sendo pública é o amparo dado pela autoridade estatal. Nesse sentido, ao elencar os elementos considerados comuns em toda política pública, Saravia (2006, p.31) inaugura a lista com a autoridade pública:

- a) Institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- b) Decisório: a política é um conjunto de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- c) Comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- d) Causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Os problemas públicos podem ocorrer em diversas áreas, tais como saúde, educação, segurança pública, habitação, mobilidade urbana, economia, entre outras. Retomando as definições expostas anteriormente, podemos concluir, que ao identificar um problema específico em qualquer das áreas de responsabilidade do poder público, abre-se a discussão na agenda política do Estado, que por sua vez ordena suas prioridades quanto à alocação dos recursos, decidindo quando fazer e o que fazer para produzir os resultados específicos esperados.

Geralmente, essas políticas são concebidas por mecanismos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, que se organizam através da elaboração de planos, programas, ações e atividades. Em relação aos planos, estes indicam as diretrizes, prioridades e o escopo geral a ser atingido em um espaço de tempo mais longo. Quanto aos programas, estes estipulam não apenas o escopo geral, mas dispõem também dos objetivos específicos concentrados em uma temática específica a ser tratada. Por sua vez, as ações buscam alcançar um alvo definido pelo programa. Já a atividade, esta tem por objetivo tornar a ação concreta (CRUZ, 2016).

2.2.2 Avaliação de Políticas e Programas

Conforme definição apresentada por Mark, Henry e Julnes (2000), a avaliação de políticas consiste na averiguação, de forma sistematizada, desenvolvida para descrever e trazer explicações para as políticas públicas, programas, ações e os impactos na sociedade. O conceito de avaliação é apresentado de diversas maneiras, mas os pesquisadores concordam que a avaliação está associada à “atribuição de valor” (WEISS 1998; ROSSI LIPSEY FREEMAN 2004; GARCIA 2001; GRAU; BOZZI, 2008; MOKATE 2002).

O fato é que não existe apenas uma forma de avaliação, bem como não há apenas um tipo de avaliação. A literatura apresenta algumas modalidades de avaliação, trazendo-nos explicações acerca das distinções existentes entre elas. Os pesquisadores Rossi, Lipsey e Freeman (2004) classificam as espécies de avaliação em cinco tipos diferentes:

- a) Avaliação de necessidade do programa
- b) Avaliação do desenho e teoria do programa
- c) Avaliação do processo e implementação do programa
- d) Avaliação de impacto do programa
- e) Avaliação de custo e eficiência do programa

De acordo com essa classificação, a avaliação de necessidade do programa precede as demais avaliações. Tal avaliação é responsável por identificar o problema público a ser tratado de forma a diagnosticar qual a intervenção necessária para gerar efeitos que resolvam o referido problema público. É a partir do diagnóstico dado por essa avaliação que o programa deve ser desenhado, ou seja, é o que fundamenta a teoria do programa. A avaliação do desenho e teoria do programa tem por objetivo pormenorizar toda a lógica presente no programa, de modo a provar a validade da teoria. Em outras palavras, o que se avalia é se os caminhos adotados são apropriados para o alcance dos objetivos propostos e, ainda, se esses objetivos realmente promovem uma mudança positiva na problemática social que a política busca causar impacto.

Por sua vez, a avaliação de processo e implementação analisa até que ponto o desenho foi bem implementado. Quanto à avaliação de impacto, essa é responsável por averiguar se os objetivos do programa lograram êxito. Mas não apenas isso, essa avaliação se preocupa em mensurar o quanto as mudanças almejadas aconteceram, além de buscar o nexo de

causalidade entre a implementação e as mencionadas mudanças, ou seja, através dessa avaliação é possível saber se os resultados foram provocados ou não pelo programa. Ressalte-se, que tanto os efeitos positivos como os negativos são identificados pela avaliação de impacto. Encerrando a sequência elencada por Rossi, Lipsey e Freeman (2004) há a avaliação de eficiência, que tem como finalidade comparar os custos investidos no programa com os resultados obtidos por ele. Dessa forma, com essa avaliação é possível responder se foi o programa realmente foi um bom investimento ou não, além de analisar a possibilidade de se obter os mesmos resultados a custos menores.

Conhecer os diferentes tipos de avaliação é essencial para o avaliador de programas, uma vez que ele pode se utilizar, a depender dos objetivos da avaliação, de cada uma dessas avaliações. Ademais, para se obter uma avaliação mais completa de determinada intervenção, é essencial que métodos variados sejam utilizados, tendo em vista que aplicados isoladamente não fornecem o conhecimento pleno sobre o programa. Para avaliar um programa é importante que o avaliador assuma o compromisso de ir em busca da maior quantidade possível de informações acerca de determinado programa que se pretende avaliar. Quando o avaliador detém o conhecimento a respeito do programa torna-se mais alcançável a formulação de indagações dotadas de relevância que podem servir como norte para uma avaliação, de modo a dirigi-lo para os dados que realmente importam à análise, resultando em uma avaliação mais precisa, que apresente contribuições pertinentes (WEISS,1998).

2.2.3 Teoria do Programa

A relevância dada a utilização da teoria do programa como alicerce da avaliação é admitida por diversos teóricos do campo da avaliação de políticas e programas públicos, uma vez que possibilita enxergar possíveis inconsistências no desenho que podem influenciar no desempenho (BICKMAN, 1987; WHOLEY, 1987; WEISS, 1998; COOK, 2000; HACSI, 2000; ROSSI; LIPSEY; FREEMAN, 2004; WHOLEY; HARTRY; NEWCOMER, 2004; ROGERS, 2007; CASSIOLATO; GUERESI, 2010).

Conforme afirma Weiss (1998), há uma evidente dificuldade em descrever programas sociais, uma vez que são empreendimentos complexos que abrangem uma diversidade de componentes, além de outros fatores que compreendem a estrutura do programa. Assevera a autora que nem todos os programas conseguem explicitar com clareza os seus termos e na maior parte dos programas sociais será necessário esforço para distinguir o seu verdadeiro teor. Aponta ainda que alguns avaliadores partem imediatamente para a avaliação de

resultados, ignorando a necessidade de se despende muito tempo buscando compreender o conteúdo do programa em si, considerando como algo irrelevante quando os dados da avaliação demonstram que determinado programa atinge os resultados almejados. Entretanto, ela assevera que se não há essa preocupação por parte do avaliador em conhecer o que realmente o programa é, essa negligência pode prejudicar as questões a serem avaliadas. Ademais, quando não existe uma definição suficiente, ou seja, precisa e coerente, acerca do programa, o resultado é o avaliador não atribuir os resultados encontrados ao programa.

A teoria do programa é apresentada por Weiss (1998) em três dimensões: teoria do programa, teoria da implementação e a teoria da mudança. A teoria do programa se concentra na relação verificada entre as ações do programa e o alcance dos resultados pretendidos. A teoria da implementação focaliza o processo de entrega dos produtos do programa, isto é, o conjunto de atividades realizadas pelo programa concernentes à prestação dos serviços por ele ofertados. A última dimensão, a teoria da mudança, resulta da conjugação das duas primeiras apresentadas, de modo a conceber uma alteração na realidade fática a partir da sequência causal formada pelos mecanismos de mudança e as atividades do programa, seguindo uma lógica.

É importante esclarecer que nenhum programa é dotado de uma teoria que seja insuscetível de mudança no decorrer do tempo, conforme afirma Weiss (1998). Para a autora, com o tempo é possível que ocorram mudanças nos objetivos do programa, na equipe que compõe a gestão e até mesmo nas bases que norteiam a teoria do programa. Assim, o avaliador precisa estar atento quanto a essas questões levantadas, devendo buscar a atualização da teoria a partir dos gestores e dos beneficiários do programa.

Não se pode desconsiderar o fato de que certos dados da avaliação podem trazer algumas informações que aparentemente não façam sentido em uma primeira análise, mas com o conhecimento do funcionamento do programa, por parte do avaliador, em todas as suas etapas, torna-se possível interpretar de maneira coerente para o que as evidências estão apontando. Ademais, não deve ser descartada a hipótese de que o programa tenha passado por alterações em seu *modus operandi* durante sua execução. Sendo esse o caso, conhecer o que mudou no curso do programa é um aspecto significativo da avaliação, uma vez que possibilita inferir os elementos que foram exitosos ou não em determinado programa. (WEISS,1998).

Rossi, Lipsey e Freeman (2004) ressaltam que a coerência e conceituação de um programa, também se submetem a críticas em uma avaliação, assim como outras questões relevantes do programa. Dessa forma, se não há uma relação razoável entre as circunstâncias

que o programa busca melhorar com suas metas e objetivos, ou não há plausibilidade na abordagem para a melhoria, resultante dessas hipóteses e expectativas, é mais provável que o programa seja ineficaz. Nesse sentido, o ponto de partida para proceder à avaliação da teoria de um programa é encadeá-lo, isto é, elaborar uma descrição que expresse com clareza suas convicções, princípios e as expectativas que integram o argumento que sustenta o modo como o programa é arranjado e empreendido.

Buscando sistematizar um método para descrever e avaliar teorias de programas, após estudar determinadas barreiras que dificultam o processo de avaliação de programas públicos, Wholey (1979) chegou à conclusão de que era necessário proceder à avaliação qualitativa, com o objetivo de constatar condições prévias imprescindíveis à realização da avaliação antes de serem empregados maiores esforços para a avaliação em si. Ao referido processo, foi dado o nome de avaliação de avaliabilidade.

Basicamente, a avaliação de avaliabilidade compreende três tarefas:

- 1) Descrição do modelo de programa com atenção particular à definição das metas e objetivos do programa;
- 2) Avaliação de quanto definido e avaliável é esse modelo;
- 3) Identificação do interesse das partes interessadas na avaliação e a provável utilização dos resultados.

Rossi, Lipsey e Freeman (2004) afirmam que nessa avaliação de avaliabilidade os avaliadores se utilizam de entrevistas e observações para buscar tanto descrever, como também compreender o programa. Traçando esse caminho, encontra-se o que eles chamam de “realidade social”, pois absorve-se a realidade do programa a partir de como ele é enxergado pela equipe do programa, bem como por outras partes que detenham significativo interesse. Dessa forma, embora o avaliador inicie o estudo a partir da análise dos conceitos do programa constantes dos documentos e informações oficiais, posteriormente deve investigar como as pessoas mais ligadas ao programa visualizam esse programa.

O autor assenta ainda que geralmente esse tipo de avaliação provoca nos gestores e patrocinadores o reconhecimento de que é necessário realizar alterações em seus programas. Ademais, na avaliação de avaliabilidade é possível que sejam detectadas imprecisões no processo de entrega de determinado programa, que a população-alvo do programa não está bem estabelecida, ou até mesmo evidenciar a necessidade de reconstruir a ideia da

intervenção, além de identificar que não há indicador de desempenho viável para mensurar o alcance dos objetivos. Na ocorrência dessas hipóteses, tem-se que a avaliação constatou imperfeições no desenho do programa, devendo os gestores efetuar as retificações necessárias, antes de partirem para alguma avaliação de desempenho. Caso contrário, é provável que não obtenham resultados significativos com a avaliação de desempenho antes da sugerida correção.

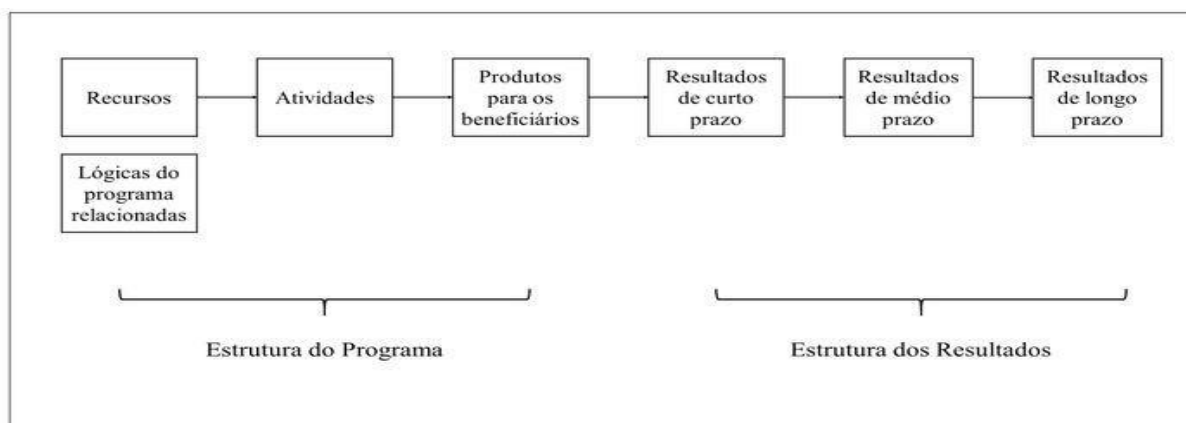
2.2.4 Modelo Lógico

O modelo lógico pode ser explicado como sendo um instrumento que expressa a maneira como o programa tem que funcionar e quais são os elos subentendidos entre as mais variadas atividades, ações, funções e as melhorias sociais que se esperam como sendo resultados da intervenção (ROSSI; LIPSEY; FREMAN, 2004). Trata-se, então, de uma ferramenta muito importante para a identificação dos componentes indispensáveis ao desempenho de determinada política.

Como ressaltam McLaughlin e Jordan (1999), a utilização do modelo lógico como um recurso para análise de programas remonta ao final dos anos 60. Entretanto, em razão do destaque que se tem dado a gestão de resultados e aferição de desempenho, o uso dessa ferramenta tem aumentado desde a década de 80. Esse instrumento pode ser utilizado por avaliadores no período de elaboração do projeto, em qualquer momento do ciclo do programa, bem como após sua conclusão. Inclusive, é comum que haja uma revisão do modelo, uma vez que são acrescentadas informações que são acumuladas ao longo do processo.

Basicamente, o modelo lógico compõe-se da especificação dos recursos, atividades, produtos, resultados de curto prazo, resultados intermediários e resultados de longo prazo, conforme dispõe Wholey (1987). Alguns avaliadores incluíram os beneficiários alcançados pelo programa ao modelo lógico, além de inserirem a contextualização externa relevante ao modelo (McLaughlin e Jordan, 1999). Nesse sentido, verifica-se que não há uma única forma de elaborar um modelo lógico, mas é possível identificar os componentes básicos das construções mais simples as mais complexas, pois referem-se à estrutura do programa, estrutura de resultados e o contexto. A figura (2) apresenta a estrutura de um modelo lógico básico:

Figura 2 - Modelo Lógico



Fonte: Adaptado de McLaughlin e Jordan (1999)

O primeiro componente relacionado na representação do modelo lógico, recursos, abrange os recursos humanos e financeiros, incluindo também os demais insumos que dão suporte ao programa, a exemplo das parcerias formadas para concretização do programa. Insere-se ainda nesse elemento, as informações acerca do problema que o programa tem como alvo solucionar, sendo esse um recurso indispensável (McLaughlin e Jordan, 1999).

Na sequência, devem ser elencadas as atividades do programa, que correspondem aos estágios de cada ação imprescindível à obtenção dos resultados pretendidos pelo programa. Sucedendo às “atividades”, visualizam-se as “saídas para os beneficiários”, componente do modelo que especifica os produtos, bens e serviços proporcionados aos beneficiários diretos do programa (McLaughlin e Jordan, 1999). Ressaltam ainda que diversos avaliadores apresentam um modelo em que não há separação entre as atividades e as saídas. Entretanto, estes pesquisadores argumentam que as atividades comumente referem-se ao que o programa executa, ao passo que as saídas se reportam ao que o programa produz. Por essa razão, estes autores fazem a distinção desses dois elementos do modelo, uma vez que dessa forma é possível dar suporte à avaliação de implementação.

Quanto aos resultados, estes correspondem às transformações na realidade ou as melhorias proporcionadas a pessoas, organizações ou a qualquer outro alvo que o programa direcione suas atividades esperando que os objetivos traçados inicialmente sejam efetivamente alcançados. É comum que os programas possuam uma multiplicidade de resultados que ocorram de forma sucessiva. Por essa razão, fala-se em estrutura de resultados do programa. Inicialmente, são projetados resultados de curto prazo. Com o alcance dos

resultados de curto prazo, passa-se então aos resultados intermediários, que por sua vez promovem as condições necessárias para os resultados de longo prazo.

Quanto aos fatores contextuais externos ao programa, trata-se de circunstâncias que se relacionam com o programa, embora a gestão do programa não exerça controle sobre eles. Tais fatores podem influenciar no alcance dos resultados de determinado programa. Harrel et al (1996) afirmam que existem dois tipos de contexto que geram influência no programa, os fatores antecedentes e os fatores mediadores. Os antecedentes, correspondem aos fatores já existentes em momento anterior a gênese do programa, isto é, o programa já é criado dentre os referidos fatores, tais como o perfil dos beneficiários, variáveis geográficas e alguns fatores afetos à economia. Por sua vez, os fatores mediadores correspondem aos fatores influenciadores que nascem no decorrer do programa, tais como alterações na equipe responsável pela gestão do programa e mudanças no quadro econômico. Todos esses fatores precisam ser ponderados tanto para criação, como para avaliação do programa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo estão elencados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da presente pesquisa, com a finalidade de alcançar os objetivos inicialmente traçados. Logo, serão especificados a natureza e a abordagem utilizada, os passos para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia e a forma empregada para a coleta dos dados necessários ao presente estudo.

3.1 NATUREZA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Inicialmente, cumpre explicar que a pesquisa em tela possui natureza descritiva e abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2007), a pesquisa qualitativa proporciona maior profundidade na investigação das questões afetas ao objeto de estudo. Para Bogdan e Biklen (2003), a abordagem qualitativa compreende a busca por dados descritivos a partir de uma relação direta entre o investigador e o fenômeno estudado, enfatizando-se o processo. A natureza descritiva da pesquisa concretiza-se com a descrição dos fatos pertinentes ao programa, no maior nível de detalhes possível, de modo a transparecer a realidade do referido objeto de estudo (TRIVIÑOS, 1987). Pretende-se, portanto, oportunizar maior compreensão acerca do Programa Gira Mundo, considerando ainda a inexistência de trabalhos que explicitem o programa sob uma perspectiva da avaliação de políticas e programas públicos.

Quanto aos procedimentos utilizados, inicialmente procedeu-se à pesquisa bibliográfica, analisando estudos realizados acerca da avaliação de programas, especialmente programas semelhantes ao programa objeto de estudo, possibilitando ao investigador perceber o conhecimento que já existe no que tange ao assunto estudado (LAKATOS; MARCONI, 2001). Além disso, adotou-se o procedimento da pesquisa documental, que embora assemelhe-se a bibliográfica, diferencia-se por utilizar-se de fontes que não receberam tratamento analítico, a exemplo de tabelas, relatórios e documentos oficiais (GIL, 2007). Também foi empregada a técnica da observação, que, na concepção de Cervo e Bervian (2002), consiste na aplicação diligente dos sentidos físicos a um objeto abrangente, com o intuito de obter um conhecimento com clareza e precisão.

3.1.1 Construção da Teoria do Programa Gira Mundo

Como apresentado no referencial teórico, esse trabalho se propõe a avaliar o desenho e a implementação do Programa Gira Mundo a partir da explicitação da teoria do programa.

Como metodologia específica para esse tipo de estudo, foi adotado o modelo lógico, utilizado para dispor os componentes existentes na teoria, relatando o funcionamento do programa para o alcance dos resultados pretendidos, para então proceder aos julgamentos necessários. É um método amplamente utilizado, sendo corroborado por diversos avaliadores, inclusive, uma prática consolidada nas avaliações de políticas e programas no Brasil, conforme roteiro básico elaborado por intermédio da Nota Técnica nº 6, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (BICKMAN, 1987; ROSSI; LIPSEY; FREMAN, 2004, MCLAUGHLIN; JORDAN 1999; BLASCO, 2009; CASSIOLATO; GUERESI, 2010).

Trata-se, então, de uma ferramenta muito importante para a identificação dos elementos indispensáveis ao desempenho de determinada política. Para auxiliar no percurso de construção do modelo lógico, foi utilizado, também, os elementos propostos por Rossi, Lipsey e Freman (2004), a saber, o plano de utilização de serviços e o plano organizacional do programa. O plano de utilização de serviços focaliza a forma como o público-alvo deve ser atendido, traçando todo o processo de implementação, para que, com as estratégias adotadas, haja o engajamento necessário por parte do referido público, com vistas à realização das transformações que estão dispostas na teoria da mudança do programa. Por outro lado, o plano organizacional é caracterizado por dispor sobre a parte gerencial e administrativa do programa. Nele estão dispostos os elementos compreendidos como essenciais à entrega do serviço, incluindo as atividades-meio que alicerçam a estrutura, criando as pré-condições imprescindíveis à realização das atividades-fim.

3.1.2 Procedimentos específicos para coleta de dados

O ponto de partida deu-se com a compilação dos documentos oficiais do Programa Gira Mundo, possibilitando a análise minuciosa de todos os pontos do programa. Após a análise inicial dos documentos oficiais do programa, buscou-se a coleta de dados a partir de entrevistas realizadas com três membros da coordenação do programa, utilizando-se de um instrumento de pesquisa denominado roteiro de entrevista semiestruturada, baseado no modelo formulado por Cassiolato e Gueresi (2010), conforme Nota Técnica nº 6 do IPEA. Para resguardar o sigilo dos entrevistados, os participantes foram assim codificados: Coordenador 1 (C1), Coordenador 2 (C2) e Coordenador 3 (C3), de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

Os dados da pesquisa também foram coletados a partir do acompanhamento das atividades do programa, visitando as escolas onde o programa estava sendo executado, bem

como o acompanhamento da rotina das equipes de trabalho. Com isso, foi possível coletar os dados referentes à teoria do programa (WEISS, 1998; ROSSI; LIPSEY; FREMAN, 2004).

Quadro 1 – Principais documentos utilizados durante a pesquisa

Documento	Assunto
Mensagem n° 49	Apresenta as razões para aprovação da MP n° 240/2015
Medida Provisória n° 240/2015	Editada pelo executivo em regime de urgência, para aprovação posterior do Legislativo, instituindo o Gira Mundo
Lei n° 10.613/2015	Institui o Programa de Intercâmbio Internacional Gira Mundo
Decreto n° 36.539/2015	Regulamenta a Lei 10.613/2015, que institui o Programa Gira Mundo
Diretrizes operacionais para o funcionamento das escolas estaduais 2016	Apresenta todas as estratégias, objetivos e metas empregadas pela SEE-PB durante o ano letivo de 2016
Termo de Referência 2016	Documento que estabelece detalhadamente os serviços contratados pelo programa em 2016
Termo de Referência 2017	Documento que estabelece detalhadamente os serviços contratados pelo programa em 2017
Termo de Referência 2018	Documento que estabelece detalhadamente os serviços contratados pelo programa em 2018
Edital de seleção 2016	Estabelece os critérios e etapas da seleção dos beneficiários do ano de 2016
Edital de seleção 2017	Estabelece os critérios e etapas da seleção dos beneficiários do ano de 2017
Edital de seleção 2018	Estabelece os critérios e etapas da seleção dos beneficiários do ano de 2018
Contratos administrativos	Celebrados entre a SEE-PB e as empresas fornecedoras dos pacotes de intercâmbio.
Termo de cooperação UEPB	Esclarece as responsabilidades entre os cooperados UEPB e SEE-PB
Plano de trabalho do programa	Apresenta o fluxograma das atividades relacionadas ao programa
Resultados	Dados referentes a pontuação obtida por cada um dos candidatos

Fonte: O autor (2019)

3.1.3 Elaboração da prévia do modelo lógico

Com os dados coletados na primeira etapa da pesquisa tornou-se possível verificar os objetivos oficialmente declarados pelo programa, os quais foram confrontados com os objetivos realmente constatados através da observação das atividades do programa e obtidos por intermédio da realização das entrevistas com os coordenadores. Assim, foram registrados os problemas indicados pela coordenação que sustentam a razão de ser do programa, de acordo com as suas perspectivas. Buscou-se ainda verificar os fatores relativos ao contexto em que o programa foi criado e implementado, uma vez que tais fatores podem influenciar nos resultados pretendidos pelo programa, de forma positiva ou negativa.

Após a identificação das causas, consequências, objetivo geral, público-alvo e beneficiários, procedeu-se à estruturação do programa considerando a projeção dos resultados. Nessa parte da etapa, foram especificados os recursos utilizados pela gestão do

programa, as atividades, produtos e os resultados pretendidos pelo programa (resultados de curto prazo, intermediário e de longo prazo).

3.1.4 **Validação do modelo lógico**

Conforme relatado anteriormente, após a verificação dos dados coletados através da análise dos documentos oficiais, entrevistas realizadas, acompanhamento das atividades do programa, foi elaborada uma prévia do modelo lógico. Esse modelo foi apresentado à equipe gerencial do programa. Nessa oportunidade, foi viabilizado aos participantes a análise de todos os componentes elencados no modelo, de modo a permitir que avaliassem e sugerissem qualquer alteração, na hipótese de alguma inconsistência na disposição de cada um dos elementos do modelo.

3.2 ETAPAS PARA AVALIAÇÃO DO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO

Com a confirmação, por parte da coordenação do programa, do modelo elaborado para representar a Teoria do Programa Gira Mundo, passou-se à avaliação de desenho do referido programa. A avaliação se deu sob três perspectivas:

- 1) Avaliação em relação às necessidades sociais
- 2) Avaliação da lógica e plausibilidade
- 3) Avaliação através da comparação com pesquisa e prática

Na avaliação em relação às necessidades sociais foi considerado todo o contexto de criação do programa, bem como as justificativas apresentadas pela coordenação para sustentar a necessidade de tal programa existir, verificando, inclusive, se os gestores realizaram uma avaliação de necessidades, com o intuito de diagnosticar e focalizar determinado problema social a ser resolvido com a implementação do programa. Nessa etapa, tornou-se possível analisar se realmente há conexão entre a teoria do programa e o problema social apontado para considerar a intervenção necessária.

Quanto à avaliação da lógica e plausibilidade da teoria, foi analisado ponto a ponto constante no modelo, procedendo a uma revisão crítica de cada um dos elementos citados, de modo a verificar se as expectativas assumidas pelos elaboradores e implementadores do programa são razoáveis. As principais questões investigadas foram: 1) os objetivos e as metas

do programa estão bem definidos? 2) as metas e objetivos do programa são viáveis? 3) o processo de mudança presumido na teoria do programa é plausível? 4) o público-alvo do programa está bem definido? (SMITH, 1989; WEISS, 1998; ROSSI; LIPSEY; FREMAN, 2004).

Em relação a avaliação através da comparação com pesquisa e prática, seguindo a orientação dos autores, buscou-se analisar os estudos já realizados com programas similares ao programa objeto de estudo, uma vez que se torna possível analisar a consonância da teoria com as evidências já constatadas por outros pesquisadores. Nessa etapa, buscou-se, principalmente, verificar o que há de escrito acerca do Programa Ganhe o Mundo (Pernambuco), considerando que o Programa Gira Mundo (Paraíba) foi baseado no modelo do programa pernambucano, conforme confirmado pela equipe gerencial.

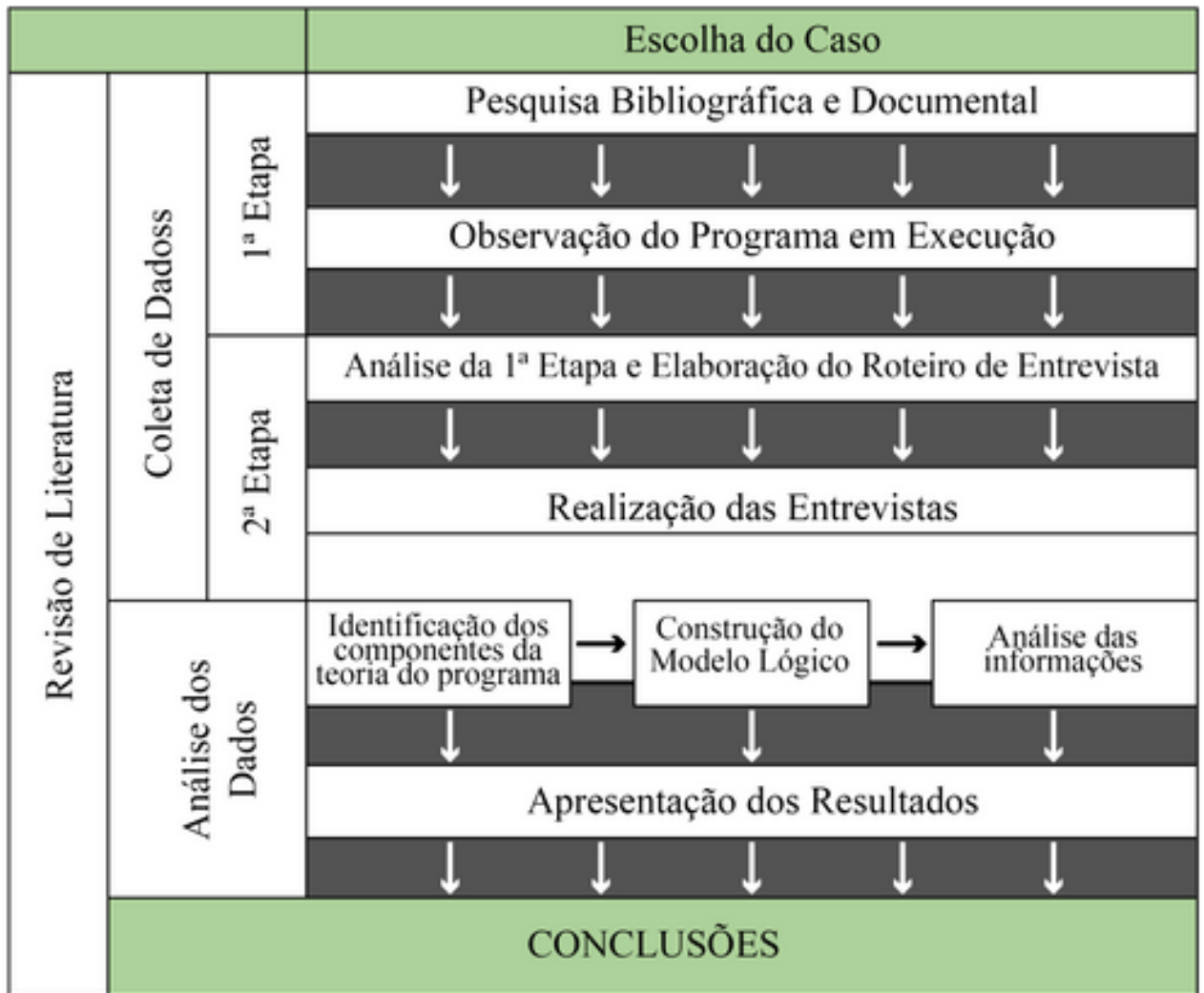
Quanto à parte do trabalho referente à avaliação de implementação, esta fundamenta-se na verificação da execução do programa para diagnosticar se há a observância do desenho, isto é, se o programa chega aos destinatários conforme pretendido, não fazendo parte da análise os efeitos do programa sobre os beneficiários, conforme aduz Scheirer (1994) ao conceituar o objeto da avaliação de implementação. De acordo com Rossi, Lipsey e Freman (2004), essa avaliação se destina à verificação de uma ou ambas questões-chave: (1) se o programa está atingindo a população-alvo apropriada e (2) se a forma de prestação dos serviços está em consonância com as disposições constantes no desenho do programa. Acrescentam, ainda, que também pode ser verificado quais os recursos que foram ou estão sendo destinados à execução do programa.

Nesse sentido, essa etapa cuidou de verificar a execução do Programa Gira Mundo nas edições de 2016 a 2018, buscando-se todas as informações disponíveis para discutir o que ocorreu em cada uma das referidas edições. Dessa forma, algumas questões específicas apresentadas pelos citados avaliadores foram investigadas:

- 1) Quantas pessoas foram beneficiadas pelo programa?
- 2) Os beneficiados são realmente os alvos pretendidos?
- 3) As funções do programa foram desempenhadas de forma adequada?
- 4) Quais os valores investidos no programa?
- 5) A execução observa todos os critérios estabelecidos pelo desenho?

A figura (3) apresenta um esquema que resume todos os passos que compõem o desenho desta pesquisa.

Figura 3 - Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

4 AVALIANDO O PROGRAMA GIRA MUNDO

Neste capítulo são apresentados todos os resultados dessa pesquisa e está dividido em duas partes. No primeiro ponto da divisão estão retratados os resultados referentes à avaliação do desenho do Programa Gira Mundo. No segundo momento, com toda a teoria já explicitada, são descritos todos os passos concernentes à execução do programa, considerando as edições de 2016 a 2018, de modo a verificar a adequação das atividades desenvolvidas em relação à teoria do programa.

4.1 AVALIANDO O DESENHO

Nesta seção encontra-se toda a caracterização do Programa Gira Mundo. Inicialmente são elencados os objetivos do programa, os critérios de elegibilidade, gestão e forma de execução, bem como os fatores contextuais que demonstram a realidade da educação no estado da Paraíba no momento da criação do programa, considerando ainda alguns programas em funcionamento, os quais, de alguma forma, podem apresentar objetivos semelhantes aos do programa em análise.

4.1.1 Objetivos do programa

O ponto de partida para a conceituação de um programa é a análise dos seus objetivos oficiais, embora não sejam a única fonte de compreensão de determinado programa. Nem sempre os objetivos oficiais representam uma boa fonte de informação acerca do programa, uma vez que as metas que são declaradas apresentam certa ambiguidade, falta de clareza e até mesmo metas globais. Como aponta Weiss (1998), as metas globais não orientam suficientemente o avaliador que procura uma compreensão mais detalhada acerca do programa. Rossi, Lipsey e Freman (2004) também ressaltam a importância da busca pelas metas e objetivos do programa, uma vez que compõem essencialmente a teoria do programa. Os referidos autores alertam que é possível que tais metas e objetivos não correspondam às declaradas oficialmente.

Na visão de Carol Weiss (1998), consideram-se metas reais aquelas em que se verificam que há uma dedicação ativa de tempo e esforço com o objetivo de alcançá-las. Dessa forma, embora algumas metas constem expressamente em documentos oficiais do programa, a rotina do programa pode indicar o que de fato preocupa os seus gestores, uma vez

que na prática pode ser percebida uma ênfase distinta do que fora inicialmente desenhado. Assim, deve-se concentrar na realidade fática do programa.

4.1.1.1 Objetivos declarados em documentos oficiais

O primeiro documento analisado trata-se da Mensagem n° 49, encaminhada pelo então chefe do poder executivo estadual da Paraíba com o objetivo de submeter à deliberação da Assembleia Legislativa (ALPB) a Medida Provisória (MP) n° 240/2015, adotada para instituir o Programa de Intercâmbio Internacional Gira Mundo. Nesse documento, consta a exposição dos motivos que levaram o governo da Paraíba a criar esse programa que veio a ser implementado na rede pública estadual de educação.

Entre os objetivos elencados na exposição de motivos está o investimento na formação qualificada de estudantes da rede estadual de ensino com a possibilidade de intercâmbio em países de língua estrangeira, proporcionando o aperfeiçoamento de um outro idioma, bem como proporcionar aos educandos a experiência de viver em uma outra cultura, estabelecendo relações acadêmico-educacionais. Consta ainda que o programa se constitui em um valioso instrumento que viabiliza o acesso ao conhecimento e que produz melhores perspectivas na carreira dos participantes, além de fomentar a promoção de novas ações de cooperação internacional na Paraíba, com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico do estado.

A MP n° 240/2015, aprovada pela ALPB, tornou-se a Lei 10.613, de 18 de dezembro de 2015. Essa Lei cria o referido programa, estabelecendo como objetivo oferecer aos participantes, sejam alunos ou professores, de forma gratuita, a experiência de intercâmbio educacional e cultural supervisionado e custeado pelo poder público estadual. Analisando o que dispõe o documento “Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino”, para o ano de 2016, percebe-se que tais objetivos são reafirmados, juntamente com as razões apresentadas na Mensagem n° 49 (PARAÍBA,2015).

Na justificativa encontrada no termo de referência, documento oficial que busca informar aos interessados questões acerca das particularidades técnicas, metodológicas e operacionais exigidas para a contratação das empresas especializadas em fornecer os pacotes de intercâmbio, menciona-se que a gestão espera que o programa promova melhoria na qualidade de ensino da rede pública estadual da Paraíba. Os demais documentos analisados não indicaram outros objetivos além dos já mencionados. O quadro (2) apresenta os objetivos encontrados em documentos oficiais do programa.

Quadro 2 - Objetivos em documentos oficiais

Objetivo identificado	Documento Oficial
Formação qualificada dos estudantes	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Aperfeiçoamento em outro idioma	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Experiência cultural	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Estabelecer relações acadêmicas- culturais	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Melhorar as perspectivas nas carreiras	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Fomentar a cooperação internacional	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Desenvolvimento socioeconômico do Estado	Mensagem n° 49 e diretrizes operacionais
Melhorar a qualidade do ensino	Termo de referência

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos

4.1.1.2 Objetivos reais

Acompanhando as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho que coordenam o Programa Gira Mundo, tornou-se possível verificar em que direção e intensidade os esforços estão sendo concentrados. Com isso, os objetivos expressos em documentos oficiais foram comparados com os objetivos reais do programa, oportunidade em que foi analisada a correspondência com tais objetivos, examinando, ainda, a possível existência de objetivos distintos dos que estão estabelecidos oficialmente.

O objetivo mais claramente identificado na rotina do programa trata-se do aperfeiçoamento dos estudantes em outro idioma. Embora nem todos os objetivos declarados em documentos oficiais fossem plenamente conhecidos pelos atores envolvidos, notou-se que esse objetivo sempre esteve na compreensão de todos os participantes, sejam coordenadores, alunos, professores, empresas contratadas para o fornecimento do intercâmbio, diretores das escolas estrangeiras, famílias hospedeiras e demais participantes diretos ou indiretos. Excetua-se, nesse caso, a parcela do programa envolvida na realização do intercâmbio em Portugal, uma vez que possui a mesma língua materna que os estudantes. Nesse caso, destacaram-se outros objetivos, presentes também nos intercâmbios realizados nos demais países, os quais consistem na experiência cultural oportunizada aos participantes, melhoria nas perspectivas das carreiras dos intercambistas e a formação qualificada dos estudantes.

Constatou-se também, através das entrevistas e observação das ações, que os gestores têm a expectativa de que o programa promova uma melhoria na qualidade da educação

pública do estado da Paraíba, especificamente em relação ao ensino médio, uma vez que o programa é projetado para envolver toda a estrutura dessa etapa da educação básica, ou seja, abrange o 1º, 2º e 3º ano. No que tange ao 1º ano, acredita-se que o fato de utilizarem as médias de Português e Matemática da referida série como primeira etapa da seleção do programa, serve, também, como um incentivo ao melhor desempenho dos alunos que se encontram nessa fase, o que espera que se mantenha durante os anos seguintes. No 2º ano, os alunos têm a oportunidade de cursarem um curso preparatório de idiomas e, posteriormente, a chance de estudarem em escolas de qualidade no exterior. No 3º ano, quando retornam os alunos participantes do intercâmbio, são desenvolvidos projetos que disseminam o conhecimento adquirido no exterior a todas as regiões da rede, de modo que esses alunos passam um ano como colaboradores da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB).

4.1.2 Critérios de elegibilidade do programa

A Lei 10.613/2015, que instituiu o programa, não especificou os critérios de elegibilidade a serem adotados para a seleção dos beneficiários. A referida norma estabeleceu que os requisitos seriam definidos por decreto do chefe do poder executivo estadual, entre os quais constariam a faixa etária para poder participar do programa, a série do ensino médio em que o participante precisa estar matriculado, frequência mínima, a média referente à avaliação de desempenho escolar no ano da candidatura ao programa e do anterior, além da autorização do responsável legal e o atendimento as exigências para a emissão dos vistos consulares do país de realização do intercâmbio.

Conforme previsto na lei de criação, o governador do estado da Paraíba editou o Decreto 36.539 de 29 de dezembro de 2015, autorizando a SEE-PB a proceder à realização da seleção dos participantes através de processo seletivo que englobasse etapas eliminatórias e classificatórias, mediante critérios impessoais, objetivos e isonômicos. De acordo com o decreto, o qual define os critérios básicos de seleção para os participantes do programa, os estudantes deveriam cumprir os seguintes requisitos:

- ✓ Ter idade mínima de 14 (quatorze) anos completados até a data do embarque;
- ✓ Ter se submetido a processo regular de concessão de visto, conforme as normas de cada país destinatário;

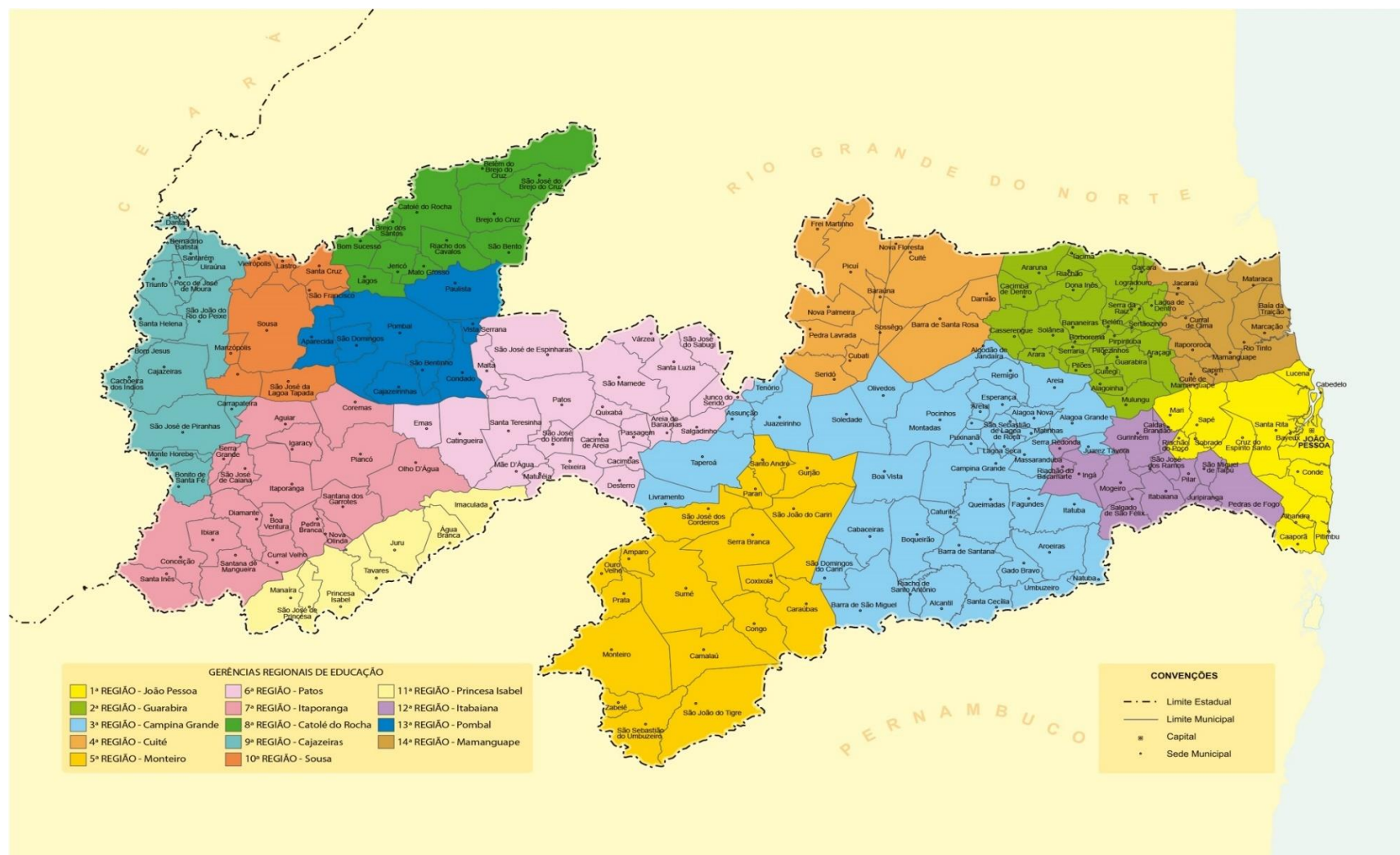
- ✓ Apresentar frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) nas aulas regulares da escola de ensino médio em que esteja matriculado;
- ✓ Apresentar média maior ou igual a 7,0 (sete) pontos no desempenho acadêmico escolar nas disciplinas de Português, Matemática, Inglês e/ou Espanhol;
- ✓ Ter autorização do responsável legal para participar do programa de intercâmbio.
- ✓ Apresentar certificado de proficiência em língua estrangeira (inglês e/ou espanhol), emitido por entidade competente, com média não inferior a 7,0 (sete) pontos, exceto quando país de intercâmbio tenha como língua materna a língua portuguesa.

Nota-se que os critérios básicos de elegibilidade dispostos no Decreto nº 36.539/2015 foram estabelecidos para contemplar os estudantes da rede que apresentam um bom desempenho escolar, especialmente nas disciplinas de português, matemática e na disciplina referente ao idioma do país de realização do intercâmbio. Como se sabe, as disciplinas de português e matemática são imprescindíveis a aferição da qualidade da educação, considerando que integra o cálculo do indicador mais relevante para verificação da qualidade na educação básica no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Embora o decreto não esclareça qual o ano de verificação dessas médias, os editais de seleção deixam claro que as médias exigidas se referem às médias obtidas no 1º ano do ensino médio. Assim, estão aptos a participar do programa apenas os estudantes que ao encerrarem a 1ª série do ensino médio com média anual nas disciplinas de português, matemática e idioma estrangeiro específico igual ou superior a 7,0 (sete), o que corresponde à média mínima para aprovação nas disciplinas. Ressalte-se que a taxa de aprovação dos alunos constitui-se, também, em um indicador de rendimento utilizado pelo IDEB.

Além dos critérios previstos no referido decreto, a SEE-PB estabelece ainda outras condições para elegibilidade dos beneficiários do programa. Um dos principais pontos é que, além da obrigatoriedade de o aluno estar matriculado em uma escola da rede estadual de ensino do estado da Paraíba no 2º ano do ensino médio, exige-se também que o estudante tenha cursado o 1º ano do ensino médio na referida rede. Com isso, pretende-se restringir a participação do programa aos estudantes que já estejam inseridos na rede de ensino público da Paraíba desde o início do ensino médio, não admitindo que estudantes integrantes da rede privada, rede federal de ensino ou outras redes estaduais possam participar do programa.

Figura 4 - Mapa de divisão das gerências regionais de educação da Paraíba



Fonte: SEE-PB (2018)

Outro ponto a ser observado quanto à definição dos beneficiários do programa é o fato de que o Programa Gira Mundo não utiliza um único ranqueamento de estudantes para todo o estado, uma vez que o programa incluiu no seu desenho a estratégia de distribuir as vagas entre todas as regiões de ensino da rede pública do estado da Paraíba. Ao todo, a rede se divide em 14 gerências regionais de ensino, conforme demonstra a figura (4).

Embora não seja um critério expresso de elegibilidade dos estudantes participantes do programa a condição de integrarem família de baixa renda, tal característica é, de certa forma, presumida por quem projetou a política, pois considerou que essa condição estava implícita ao fato de o estudante cursar o ensino médio na rede pública de ensino. Dessa forma, o programa não exige comprovação de insuficiência de recursos por parte dos candidatos, bastando apenas a comprovação de vínculo com alguma das escolas da rede, nas condições especificadas.

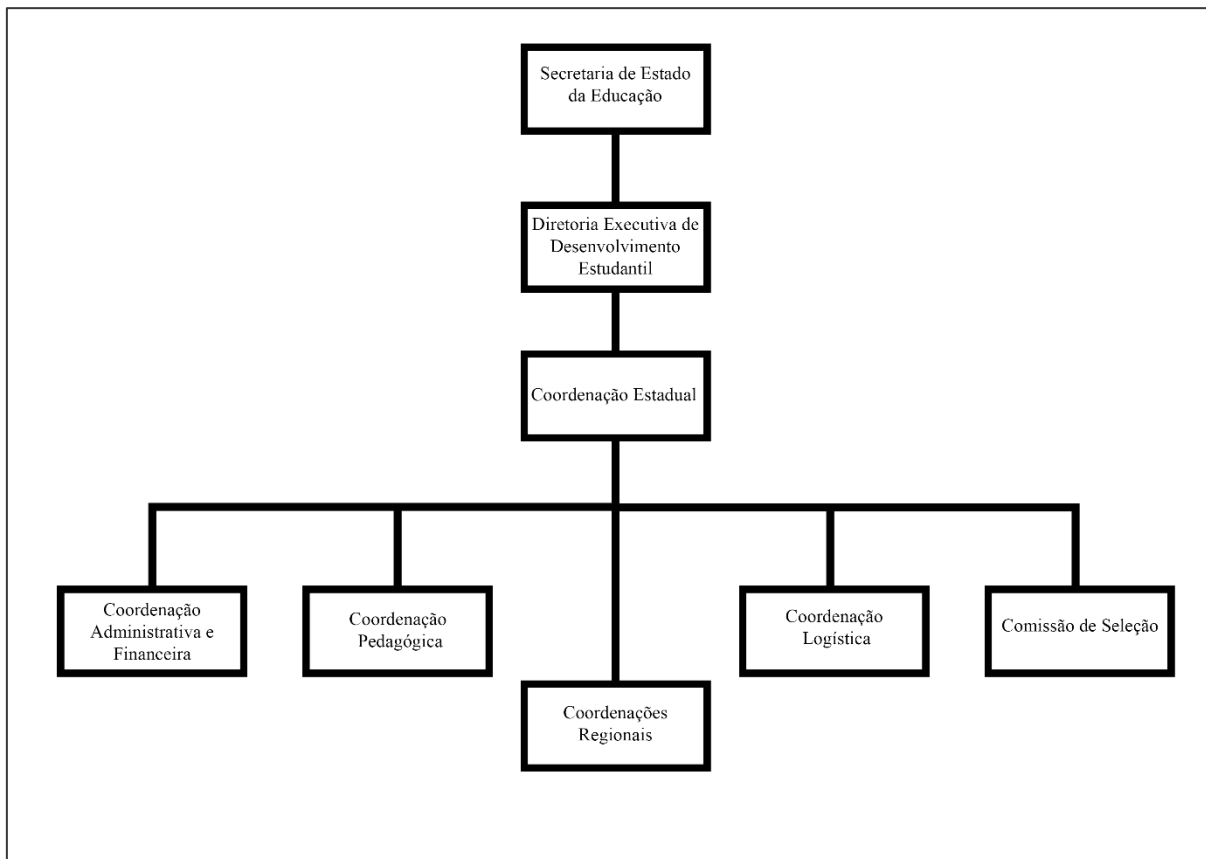
4.1.3 **Gestão e forma de execução do programa**

Como já mencionado, o programa gira mundo tem sua gestão realizada pela SEE-PB. Esta secretaria dispõe em sua estrutura de uma Diretoria Executiva de Desenvolvimento Estudantil- DEDE. A DEDE é responsável pela coordenação de uma parcela de projetos e programas voltados aos estudantes do ensino médio da rede estadual da Paraíba, incluindo o programa Gira Mundo, exclusivamente na modalidade direcionada aos estudantes, uma vez que a modalidade destinada especificamente aos professores, desenvolvida meses após a primeira experiência com os alunos e apenas três professores, possui um gerenciamento próprio, não integrando a área de coordenação da DEDE.

Nesse contexto, foram instituídas as coordenações e a comissão de seleção do programa. Quanto às coordenações, foi criada inicialmente a coordenação estadual do programa, como componente central do sistema de gerenciamento do programa (mas não autônoma, por submeter todas as decisões à SEE-PB) responsável por coordenar todas as etapas do ciclo da política, orientando as atividades da coordenação administrativa e financeira, coordenação logística, coordenação pedagógica, bem como os coordenadores regionais. A figura (5) expõe a estrutura de gestão do programa. Vislumbra-se, na representação da referida figura que a estrutura do programa conta com as coordenações regionais, o que se justifica pela abrangência e forma de seleção dos beneficiários do programa, sendo no número de 14 coordenadores regionais. Esses coordenadores participam

de todo o processo de execução, isto é, da seleção ao desenvolvimento dos projetos e alocação dos intercambistas nas atividades educacionais do estado.

Figura 5 - Organograma Programa Gira Mundo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

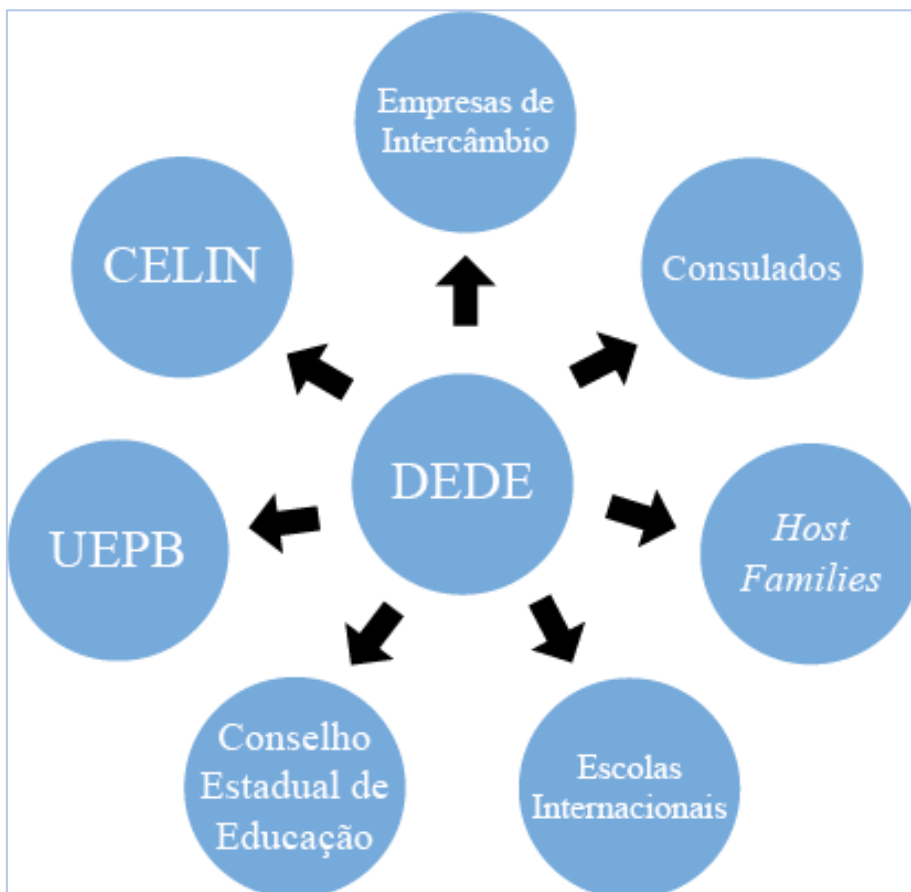
Nem todas as atividades do programa são realizadas diretamente pela DEDE-PB, uma vez que grande parte dessas atividades são executadas por empresa (s) contratada (s) para fornecer os pacotes de intercâmbio. A coordenação realiza de forma direta as atividades de elaboração do edital de seleção, avaliação das inscrições, formação dos professores tutores, preparação dos alunos durante o curso preparatório de línguas, definição dos estudantes participantes após a realização do exame de proficiência e o período pós intercâmbio. Logo, especificamente no que diz respeito aos serviços prestados no exterior, a realização do intercâmbio, estes são prestados por empresa especializada.

A empresa contratada para fornecer o intercâmbio em determinado país responsabiliza-se pelo cumprimento de todas as exigências referentes ao embarque dos estudantes, tais como emissão de passaportes/vistos consulares e a aquisição das passagens aéreas para os intercambistas. Incumbe também à contratada assessorar os estudantes e

coordenadores do programa quanto aos documentos necessários ao cumprimento dessa primeira etapa. Quanto aos serviços prestados no exterior, a empresa é responsável por contratar o programa específico no país de realização do intercâmbio, eleger as escolas em que os alunos estudarão, alocar os alunos em residências de nativos já cadastrados como anfitriões pela coordenação do programa contratado no exterior, fornecer aos estudantes as bolsas de manutenção durante o período do intercâmbio e acompanhar, junto com a coordenação do programa na Paraíba, todo o período de execução do intercâmbio.

Com a finalização do período de execução no exterior, a empresa repassa a SEE-PB os históricos dos estudantes com tradução juramentada, para que, então, os alunos tenham o reconhecimento dos estudos realizados em escolas internacionais, pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE-PB). A figura (6) apresenta os principais atores envolvidos com a execução do programa Gira Mundo.

Figura 6 - Principais atores envolvidos com o programa Gira Mundo



Fonte: O autor (2019)

4.1.4 Fatores contextuais

Para a implementação de qualquer política pública é imprescindível compreender a realidade contextual na qual se pretende promover determinadas mudanças. Tal conhecimento também é indispensável ao processo de avaliação, uma vez que propicia uma melhor análise das interações entre o contexto de implementação e as atividades realizadas pelo programa. Nesse sentido, nesta seção são elencados alguns dados referentes à educação no estado da Paraíba, bem como algumas políticas educacionais desenvolvidas concomitantemente.

4.1.4.1 Realidade da educação no estado da Paraíba

O programa, objeto do presente estudo, foi criado em dezembro de 2015, como relatado em tópico próprio. Os dados⁵ do Censo Escolar de 2015 nos apresentam algumas informações detalhadas acerca da estrutura educacional, tais como quantitativo de escolas estaduais, caracterização dessas escolas, número de estudantes matriculados, alguns dos recursos disponibilizados aos alunos, além de outras informações que podem ser consideradas no momento da implementação de programas voltados à área da educação.

O referido censo revela que em 2015 a rede de educação do estado da Paraíba já contava com 4.576 escolas públicas, das quais 761 correspondiam a escolas sob a gestão do governo estadual. Quanto à localização dessas escolas estaduais, verificou-se que 627 unidades estavam situadas em área urbana e 134 em área rural, o que corresponde a 82% e 18%, respectivamente. O censo evidenciou ainda o quantitativo de 292.869 matrículas, considerando todas as etapas e modalidades de ensino existentes nas escolas estaduais. Dessas, 270.238 referem-se a vínculos em área urbana e 22.631 em área rural.

O ensino médio, especificamente, apresentava o número de 384 escolas compondo a rede de ensino médio regular estadual, sendo 345 dessas situadas na área urbana e 39 unidades na área rural. As matrículas do ensino médio somavam 106.642. As matrículas em escolas urbanas correspondiam a 101.817 e apenas 4.825 matrículas em unidades localizadas em área rural.

Um dos indicadores monitorados pelo censo é a taxa de reprovação, aprovação e abandono dos estudantes. De acordo com os dados coletados em 2015, o 1º ano do ensino médio apresentou a maior taxa de abandono e reprovação, quando comparado aos dois anos

⁵ Os dados referentes aos resultados do Censo Escolar estão disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>.

subsequentes. Entretanto, não é um problema apenas do estado da Paraíba, pois analisando os números que representam o Brasil, percebe-se que é no 1º ano ensino médio que ocorrem as maiores taxas de reprovação e abandono. Com relação à reprovação, observa-se que as taxas da Paraíba são significativamente menores em todos os anos do ensino médio, quando comparada ao Brasil. Por outro lado, a taxa de abandono é bem maior que a taxa de abandono no país, uma vez que em média 18% dos alunos que ingressam no ensino médio na Paraíba por algum motivo abandonaram a escola. O número, no Brasil, corresponde a 10% de abandono no mesmo nível de ensino. Nos demais anos a porcentagem reduz, no entanto, os registros apontam para uma taxa de abandono na Paraíba superior à média nacional em todos os anos. A tabela (4) traz os números em detalhes.

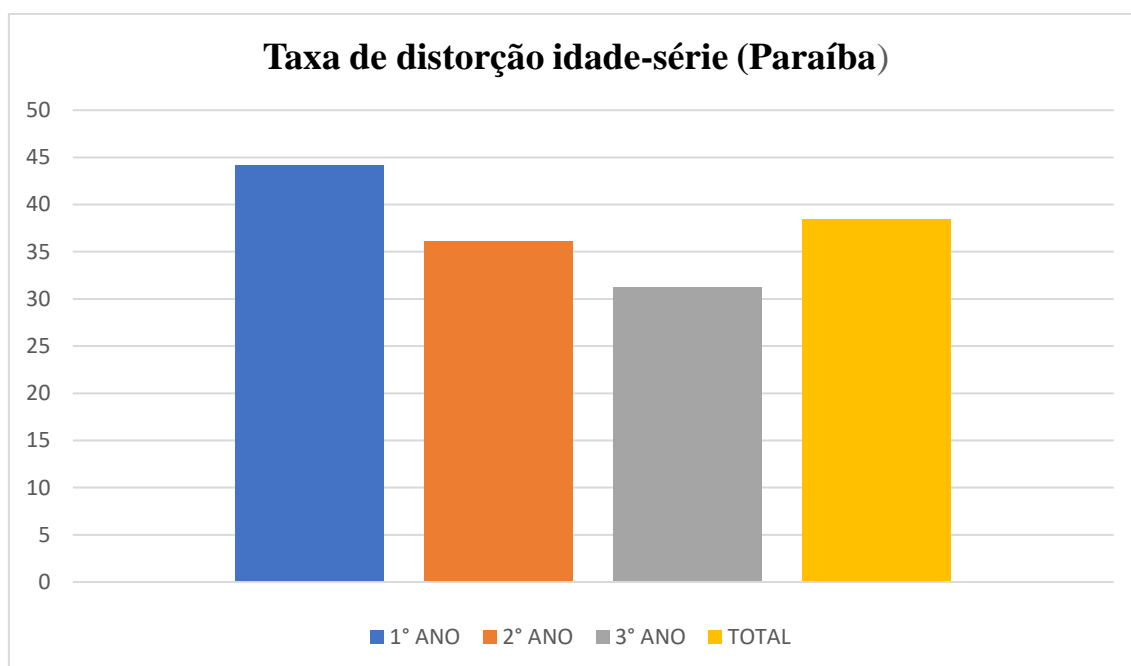
Tabela 4 - Taxa de reprovação, aprovação e abandono

ENSINO MÉDIO	PARAÍBA			BRASIL		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
1º ANO	14,40	18,20	67,40	17,70	10,00	72,30
2º ANO	8,80	12,50	78,70	11,00	7,20	81,80
3º ANO	3,40	8,40	88,20	6,60	5,40	88,00

Fonte: Baseado no Censo Escolar (2015)

Um indicador que também é relevante é o da taxa de distorção idade-série, pois possibilita analisar, em termos percentuais, os alunos que estudam com idade superior à recomendada. No caso da Paraíba, o 1º ano do ensino médio registrou a maior porcentagem de alunos que apresentaram atraso no que diz respeito à série em que realmente deveriam estar cursando, 44% dos estudantes. A taxa cai no 2º e 3º ano, conforme demonstra o gráfico (1).

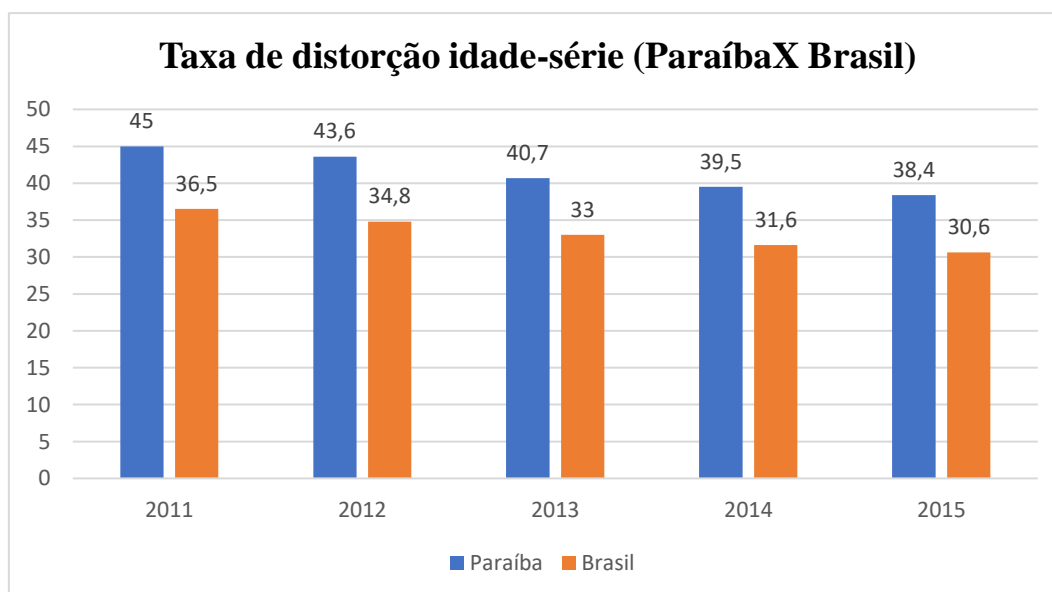
Gráfico 1 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

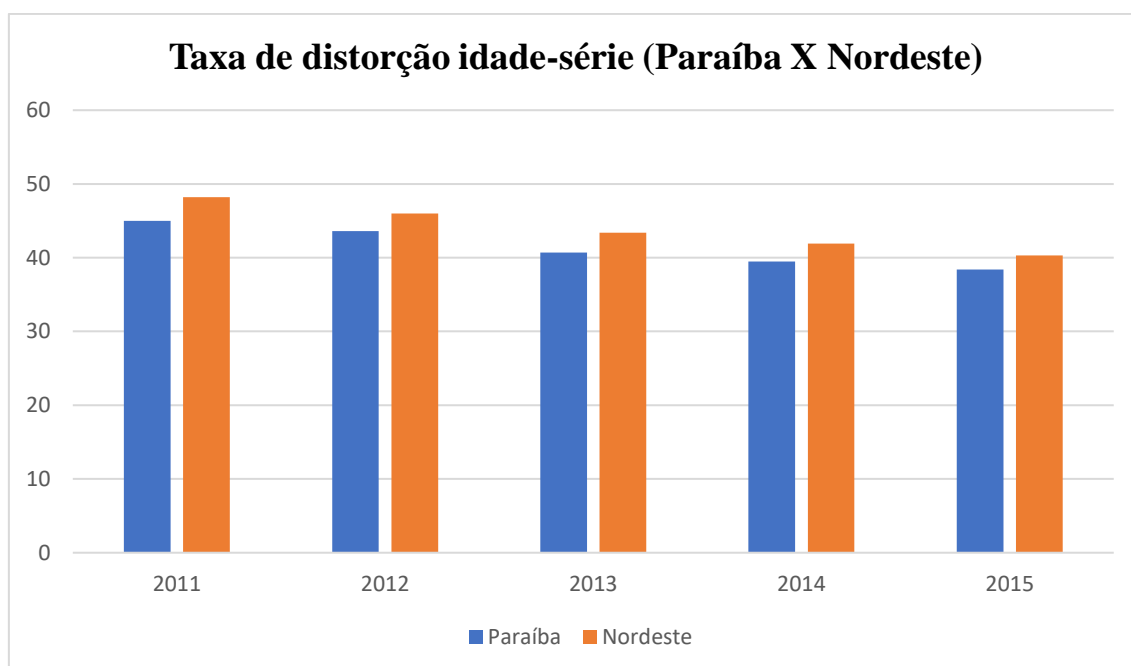
Quando comparados com os dados do Brasil, observa-se que a distorção idade-série na Paraíba se revelou maior que a média nacional. Além disso, ao analisar a série histórica do Brasil e da Paraíba, verifica-se que este estado apresentou em todos os últimos anos uma taxa de distorção idade-série superior. O gráfico (2) revela as taxas de 2011 a 2015.

Gráfico 2 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba X Brasil)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Gráfico 3 - Taxa de distorção idade-série (Paraíba X Nordeste)

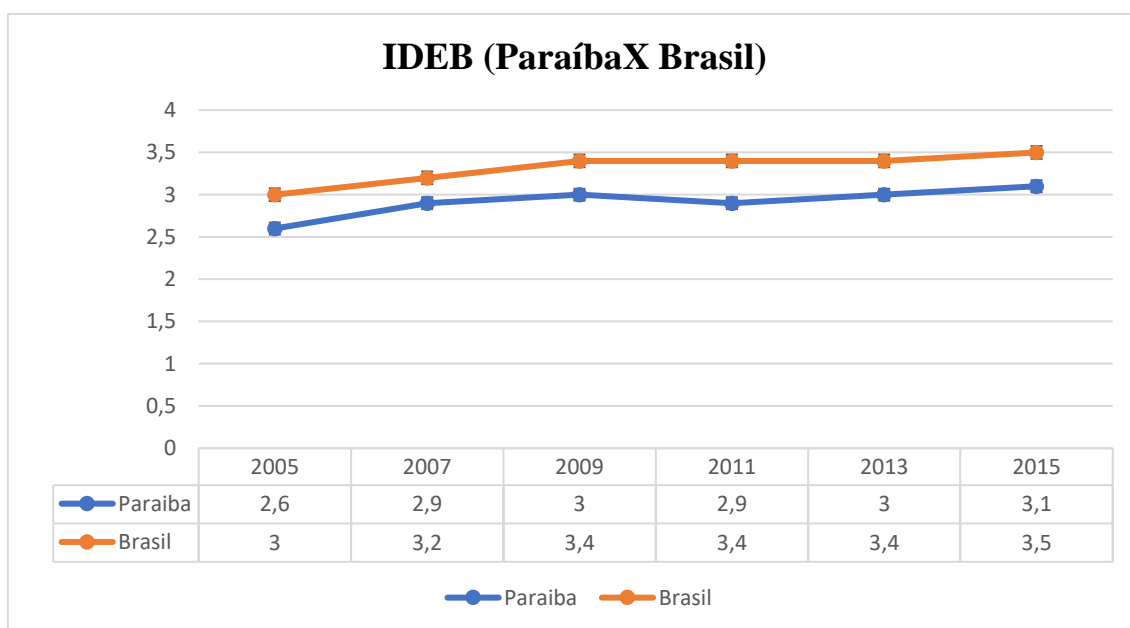


Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Diferentemente, quando comparados os dados da Paraíba em relação à região nordeste, verifica-se que a taxa de distorção idade-série na Paraíba é menor, embora a distinção não seja tão significativa. Há muita semelhança entre os resultados da Paraíba e do Nordeste, encontrando-se a Paraíba minimamente com melhores condições desde o começo da série histórica até o final da análise, que corresponde ao ano de 2015, conforme demonstra o gráfico (3).

Outro fator contextual de suma importância nessa análise, além desses quantitativos que expressam a área de abrangência da rede de estadual de ensino, é o nível de qualidade da educação na Paraíba. Comparando à média nacional, a Paraíba tem sempre apresentado um IDEB inferior, registrando pequenas variações no curso de sua série histórica. Como se pode observar no gráfico (4) o valor do IDEB da Paraíba, partindo já abaixo do número nacional, evolui paulatinamente, com variações de apenas de um décimo. Nota-se, ainda, que a maior margem de crescimento constatada foi em 2007, momento em que a Paraíba teve um acréscimo de 0,3 em sua nota. No entanto, o maior índice, de fato, foi alcançado em 2015, embora mantendo-se inferior à média do Brasil. Analisando o crescimento tanto à nível nacional como à nível estadual, tem-se como resultado um progresso da qualidade de educação da Paraíba semelhante ao desenvolvimento no Brasil, um aumento de 0,5— de 2005 a 2015 — em ambos os casos.

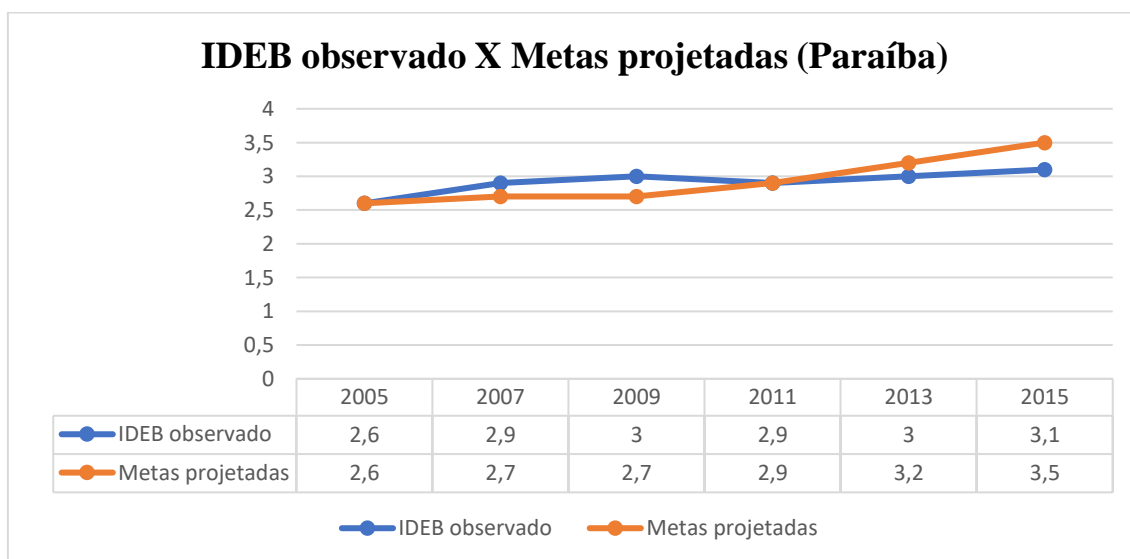
Gráfico 4 - Comparação IDEB (Paraíba X Brasil)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Comparando-se ainda o IDEB observado com as metas projetadas para a educação estadual pública na Paraíba, verifica-se que nos anos de 2013 a 2015 as metas não foram atingidas, registrando pontos consideráveis abaixo da expectativa, especialmente em 2015. Para 2013, projetava-se o alcance de 3,2 pontos no IDEB, entretanto, foram alcançados 3,0. No que diz respeito a 2015, esperava-se atingir 3,5 pontos, mas o resultado obtido foi de apenas 3,1. O gráfico (5) evidencia a série histórica dos dados aqui referidos.

Gráfico 5 - Comparação IDEB observado X metas projetadas (Paraíba)



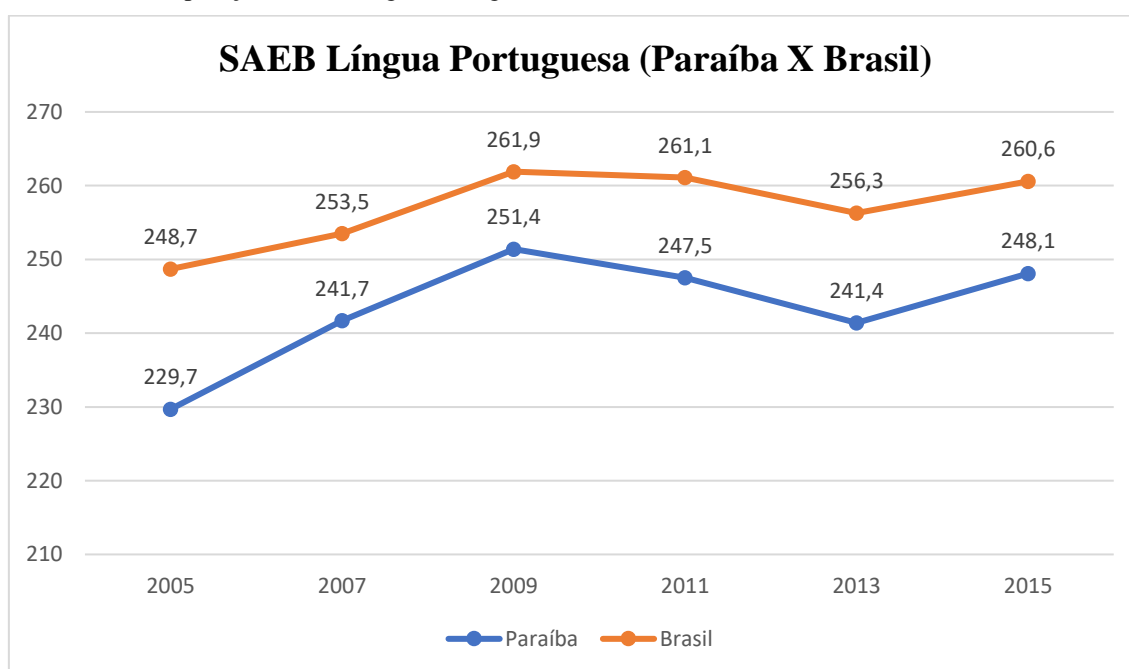
Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Para aprofundar a análise, torna-se indispensável averiguar os dados constantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Com a aplicação de avaliações de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, realizadas bianualmente, o SAEB elabora informações acerca da situação da educação brasileira. A avaliação é feita por amostra, sendo os resultados, juntamente com as taxas de aprovação escolar, elementos que constituem a base utilizada para calcular o IDEB de cada nacional e dos estados.

Com relação a Língua Portuguesa, o nível em que se encontrava o estudante foi auferido através de uma escala variando entre 225 a 425, particionada em oito níveis, sendo o nível mais elevado, o que representa o melhor desempenho. A Paraíba começou com 229,7 pontos na média, crescendo até atingir 251,4 no ano de 2009. Após alcançar esse maior registro, decresceu ao ponto de marcar 241,4 pontos em 2013. Em 2015 apresentou novo crescimento, atingindo 248,1, marca ainda inferior ao máximo alcançado em 2009.

Em comparação à média nacional, percebe-se uma variação semelhante. A pontuação se inicia com 248,7 em 2005, atingindo 262,9 pontos em 2009. Aqui também é possível ver um decréscimo, chegando a registrar 256,3 em 2013. O crescimento é retomado, finalizando a série histórica com 260,6 pontos, o que remete ao nível 2. Dessa forma, verifica-se que houve um crescimento conjunto, no mesmo período, quando analisados os dados referentes ao país e ao estado, bem como há um registro de decréscimo conjunto no ano de 2011.

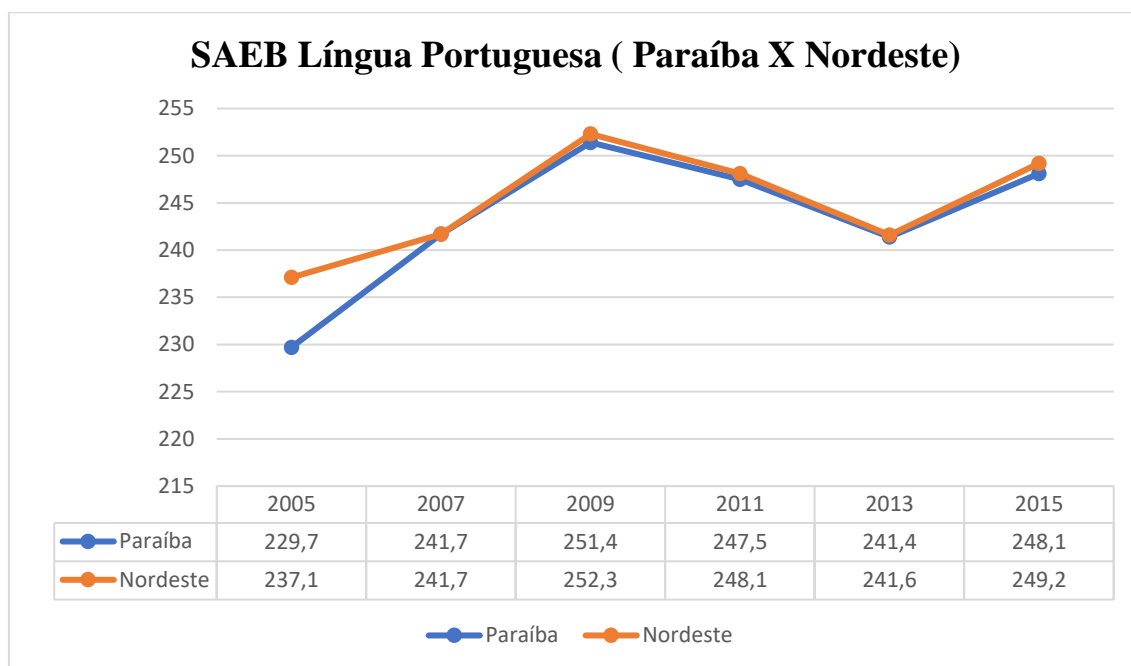
Gráfico 6 - Comparação SAEB Língua Portuguesa (Paraíba X Brasil)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

O gráfico (7) expõe os dados de desempenho dos paraibanos em língua portuguesa, contendo também os resultados referentes à região nordeste. Percebe-se, que apesar de o resultado do SAEB na Paraíba ter revelado um desempenho abaixo em relação à região quando começaram a acompanhar, tornaram-se equivalentes no ano de 2007, tendo um crescimento similar até a avaliação realizada no ano de 2015, registrando-se a região superior em um ponto. Com a análise, vê-se que não obstante a pequena diferença existente entre a Paraíba e a região nordeste, o estado permaneceu marcando pontuação inferior à região.

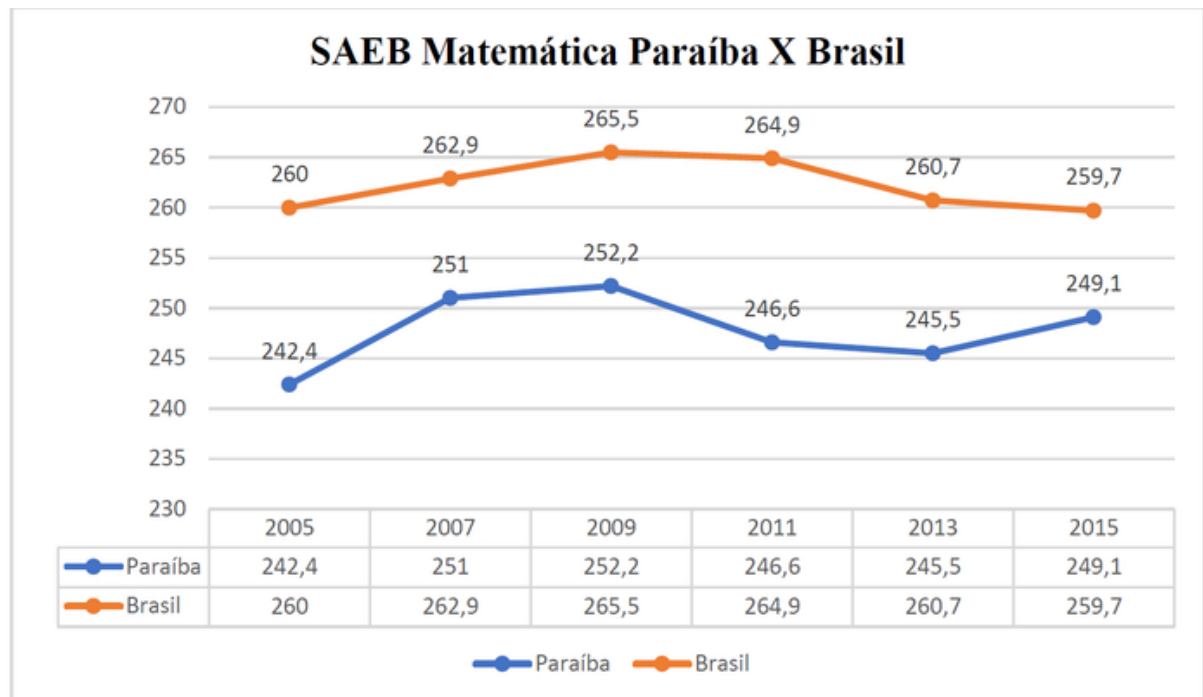
Gráfico 7 - SAEB Língua Portuguesa (Paraíba X Nordeste)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

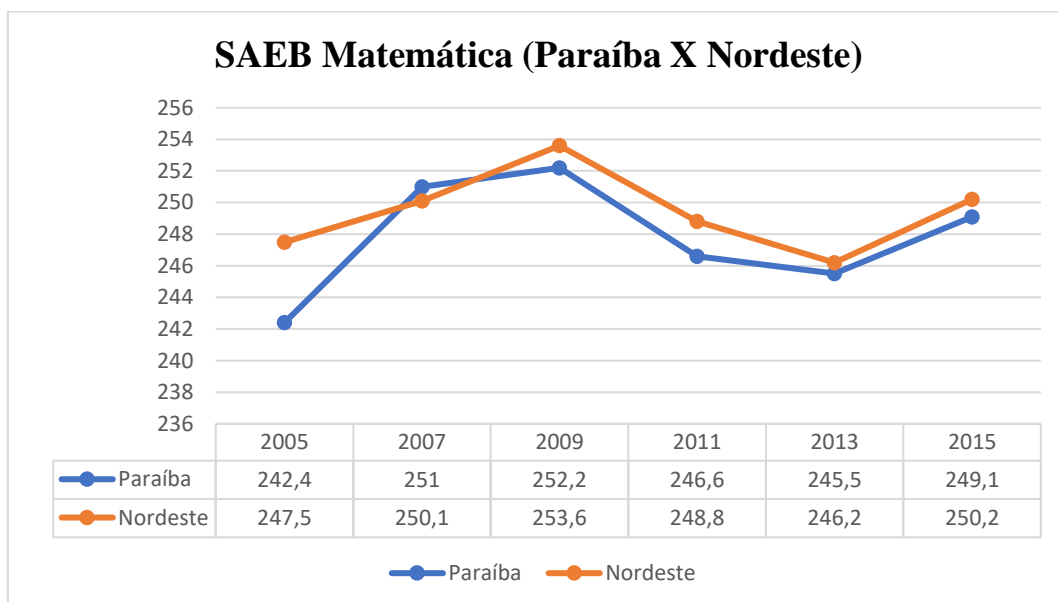
Por outro lado, a escala utilizada para a disciplina de matemática no ensino médio foi organizada pelo SAEB em dez níveis, variando entre 225 pontos e 475. Quando comparada à média nacional a Paraíba auferiu índices inferiores em todas as verificações, estando abaixo do Brasil em muitos pontos. A média nacional em 2005 correspondia a 260 pontos e a da Paraíba, apenas 242,4 pontos, o que os deixa em níveis distintos da escala: a Paraíba com média que se classifica no nível 1, enquanto o Brasil com média compatível com o nível 2. Há um acréscimo na média nacional até 2009, momento em que se inicia o processo de queda, chegando a marcar 259,7 pontos no ano de 2015. Diferentemente, a Paraíba tem um crescimento até 2009, uma queda considerável em 2011, voltando a crescer e chegar a marcar 249,1 pontos em 2015. O gráfico (8) demonstra a série histórica.

Gráfico 8 - Comparação SAEB Matemática (Paraíba X Brasil)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Gráfico 9 - Comparação SAEB Matemática (Paraíba X Nordeste)



Fonte: Elaborado com base no INEP (2015)

Confrontando os dados apresentados pela Paraíba, com os resultados obtidos por toda a região nordeste, verifica-se uma aproximação, diferente de como ocorre quando

confrontados os dados com os do Brasil. A Paraíba inicia a série histórica marcando uma pontuação inferior à região, entretanto, apresenta crescimento na avaliação subsequente diminuindo a distância entre ambos, mantendo-se próximas em todas as demais avaliações, finalizando com uma pequena diferença de 1,1 ponto, conforme demonstra o gráfico (9).

4.1.4.2 Alguns programas em andamento

Outras políticas, além do programa objeto de estudo do presente trabalho, têm sido implementadas pelo governo da Paraíba, através da SEE-PB, de modo a envolver toda a educação básica. É importante que alguns desses projetos sejam mencionados nessa pesquisa, uma vez que possuem o mesmo público-alvo do Programa Gira Mundo, abrangendo, em alguns casos, objetivos semelhantes aos encontrados no referido programa, o que pode levar à atribuição equivocada de resultados a qualquer um dos programas.

Cabe, inicialmente, mencionar o Programa Gira Mundo, modalidade professor, que oferece bolsas de capacitação no exterior para professores efetivos da rede pública estadual da Paraíba, com o intuito de aprimorarem os conhecimentos, desenvolvendo novas habilidades pedagógicas que serão disseminadas pelos participantes em toda a rede, após o término da referida capacitação. Espera-se que esse programa contribua de forma significativa para a melhoria do ensino na rede.

Outro programa que também oferece a jovens a oportunidade de intercâmbio no exterior é o Programa Jovens Embaixadores, o qual foi idealizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2002, sendo executado no Brasil sob a gestão da embaixada dos EUA. O público-alvo do programa corresponde aos estudantes brasileiros do ensino médio da rede pública que apresentam bom desempenho acadêmico, demonstram capacidade de liderança, exigindo-se a habilidade de comunicação em língua inglesa, entre outras exigências específicas do programa. O programa conta com a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e recruta, através das respectivas secretarias de educação, jovens de todas as unidades federativas do país. Os aprovados viajam para os EUA em janeiro, participando de três semanas com visitas a instituições de ensino, monumentos importantes, projetos sociais e aprendem sobre empreendedorismo jovem e liderança.

No mencionado programa, os estudantes também são recepcionados por famílias-anfitriãs, participam de aulas em escolas da região e se relacionam com estudantes estadunidenses da mesma faixa-etária, envolvem-se em ações de responsabilidade

sociocultural, tendo também a oportunidade de apresentar um pouco do Brasil. Acredita-se que esse programa proporciona aos seus participantes a chance de expandir os horizontes, além de fomentar a colaboração entre os EUA e o Brasil.

Destaca-se, ainda, a criação da Escola Cidadã Integral (ECI) e da Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT), pelos Decretos nº 36.408/2015 e nº 36.409/2015, respectivamente. Como se pode verificar, ambas foram criadas no mesmo ano em que o programa “Gira Mundo” foi instituído, trazendo também a expectativa de aprimorar a experiência educacional no estado da Paraíba. Juntamente com esses modelos de escola, foi instituído o Regime de Dedicção Docente Integral (RDDI), no qual os professores ficam submetidos a uma jornada de 40 horas semanais, sendo 26 horas em sala de aula, em atividades multidisciplinares, e 14 horas de estudos, planejamento e atendimento, cumpridas impreterivelmente no ambiente escolar.

Esses dois modelos de escola criados pelo governo da Paraíba possuem objetivos similares e ofertam aos alunos uma jornada escolar integral composta por 9 aulas diárias, que totalizam 7 horas e 30 minutos em sala de aula. No entanto, o diferencial da ECIT, nesse caso, é o fato de possuir uma proposta pedagógica voltada para a profissionalização dos estudantes, com o objetivo de formar profissionais qualificados, de modo a promover influências positivas no mercado de trabalho, dentre outras melhorias apresentadas pelos mencionados decretos de criação.

Por seu turno, importa mencionar o Programa PARAÍBA-TEC, criado pelo Decreto nº 36.033 de 14 de julho de 2015, que tem como objetivo a promoção da qualificação profissional de nível técnico e de cursos de qualificação de formação inicial e continuada, tendo como destinatários os estudantes dos últimos anos do ensino fundamental e ensino médio regular, sendo destinados também à Educação de Jovens e Adultos- EJA, que estiverem nas mesmas etapas. Com esse programa, diversos cursos são oferecidos, gratuitamente, nas modalidades: presencial, presencial com mediação tecnológica e/ou à distância, conforme dispõe o referido decreto.

Há também os programas que buscam promover a valorização das escolas que se destacam em termos de gestão escolar e que realizam projetos considerados inovadores, bem como a valorização de professores que também demonstram êxito frente aos desafios inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Em relação às escolas, na SEE-PB há o Prêmio Escola de Valor, que avalia a gestão escolar em várias dimensões, premiando com o pagamento em forma de 14º os servidores das escolas que atendem às metas estabelecidas e

divulgadas em edital próprio. Quanto aos professores, há o Prêmio Mestres da Educação, no qual são selecionadas ações pedagógicas de sucesso desenvolvidas e implementadas por professores da rede. Os professores que correspondem às exigências previamente estabelecidas são premiados e recebem mais uma remuneração, em forma de 15°.

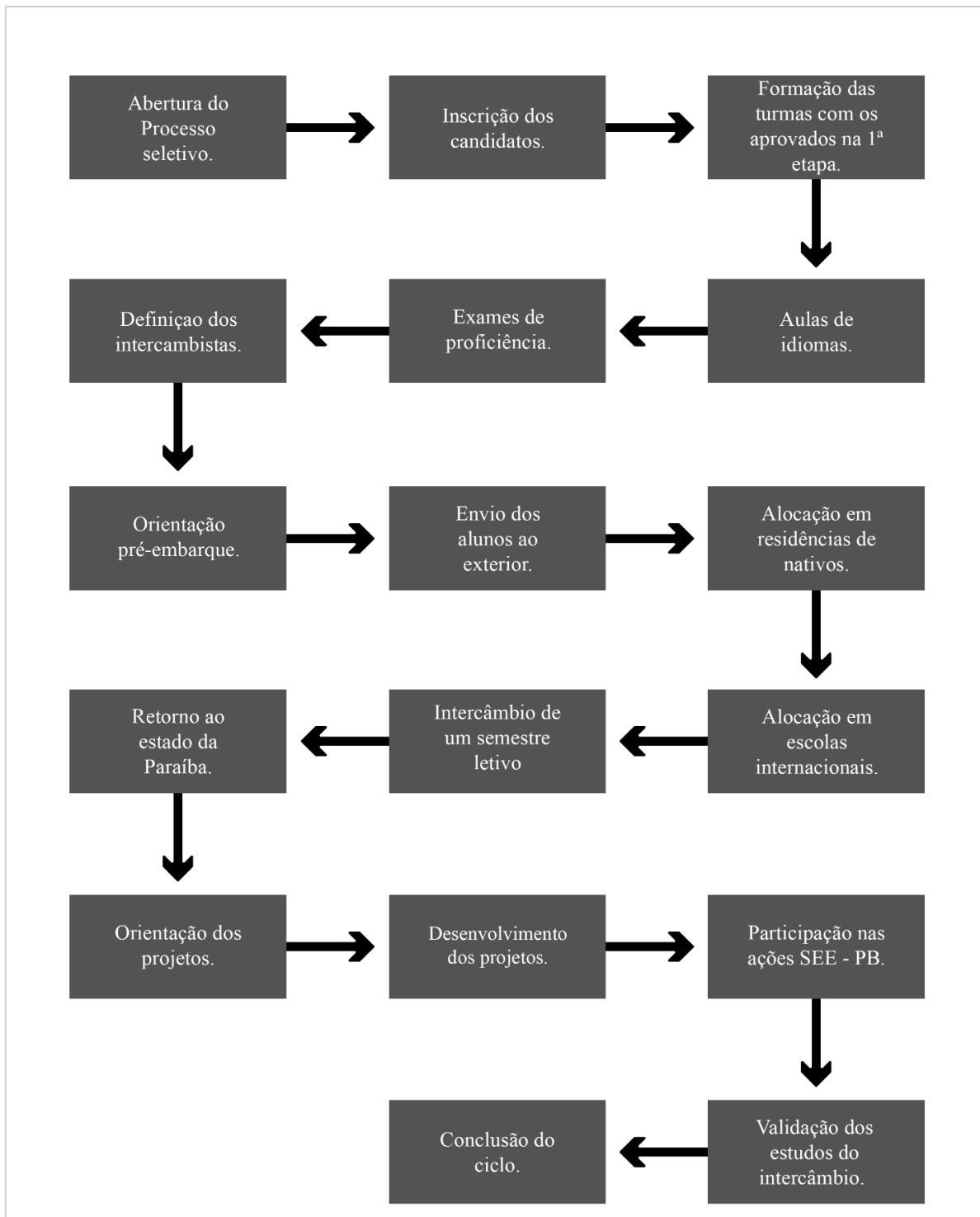
4.1.5 Teoria do Programa Gira Mundo

Como aduz Weiss (1997), os programas podem possuir teorias articuladas ou teorias tácitas, isto é, implícitas. Diz-se que o programa possui uma teoria articulada quando esta é bem descrita nos documentos oficiais do programa e entendida pelas partes interessadas. Para Rossi, Lipsey e Freman (2004), é mais provável que isso esteja presente em programas que tiveram o projeto original baseado em teorias presentes na literatura das ciências sociais. Por outro lado, quando não se vislumbra uma completa articulação e registro das suposições acerca de como cada ação do programa contribui para o alcance dos objetivos, considera-se que o programa tem uma teoria tácita. Nesse caso, é imprescindível que o avaliador, antes de qualquer avaliação, busque identificar quais as suposições existentes, explicitando o programa como almejado, ou seja, verificar o que os tomadores de decisão pensam sobre como o programa deve agir e quais os resultados podem ser aguardados.

Rossi, Lipsey e Freman (2004) sustentam que não há unanimidade quanto à melhor forma de representar a teoria de um programa, entretanto, apresentam um método que empregam em suas avaliações. No esquema utilizado, destacam-se três elementos que se relacionam entre si na teoria de um programa: a teoria do impacto do programa, o plano de utilização de serviços e o plano organizacional. O plano de utilização do serviço é descrito como sendo um agrupamento de atividades que são planejadas para que os beneficiários recebam os serviços oferecidos até que sejam realizadas as transformações idealizadas, de acordo com a teoria de impacto do programa. Uma forma útil de representar esse plano é através de um fluxograma que discrimina as etapas que deverão ser cumpridas até o alcance dos objetivos. Com base nas informações obtidas, foi estruturado o plano de execução de serviços do Programa Gira Mundo, conforme figura (7).

No processo de execução do Gira Mundo o contato inicial com o público-alvo se dá com a abertura do processo de seleção dos estudantes, com a divulgação da edição nos meios de comunicação e, presencialmente, nas escolas da rede estadual. Para alcançar os estudantes, todos os coordenadores regionais ficam responsáveis pela divulgação do programa em suas respectivas regiões, o que ocorre geralmente no início do ano letivo.

Figura 7 - Plano de utilização de serviços do Programa Gira Mundo



Fonte: Elaborado pelo autor

Consoante o plano, os candidatos se inscrevem durante o prazo especificado em edital e, em seguida, a comissão de seleção do programa analisa quais os candidatos que se encaixam nos critérios básicos para participação do programa: faixa-etária especificada em edital, médias de língua portuguesa, matemática e língua estrangeira de no mínimo 7,0 pontos, frequência dos alunos nas suas respectivas escolas de no mínimo 85%, para que seja verificado o grau de comprometimento com a aprendizagem.

Considerando o quantitativo de vagas disponibilizadas para a edição, são selecionados os alunos que apresentam as maiores médias, de acordo com a gerência regional de ensino a que estiverem vinculados. A coordenação do programa, então, distribui os estudantes nas turmas do curso de idiomas oferecido pelo próprio programa, com o intuito de que os estudantes estejam preparados para se comunicarem na língua falada no país em que realizarão o intercâmbio oferecido. De acordo com o desenho, o curso deve ter a duração de três meses.

Para selecionar os alunos mais preparados, todos os participantes do curso são submetidos a um exame de proficiência que corresponde a um nível inicial. O critério determinado pelo Decreto 36.539/2015 é que esses estudantes, para poderem participar do curso no exterior, alcancem a nota 7,0 no exame de proficiência em língua estrangeira oferecido também pelo programa. Concluindo essa etapa, são definidos os alunos que participarão do intercâmbio e os demais alunos não selecionados recebem um certificado de conclusão do curso preparatório de língua do programa, o que encerra a sua participação.

Aos alunos selecionados, o programa fornece todas as orientações antes do embarque, bem como custeia toda a documentação para que o estudante tenha condições de iniciar essa etapa, como a emissão dos passaportes, os vistos consulares e uma bolsa de instalação. Na sequência, os alunos são enviados ao exterior e alocados em residências de nativos e em escolas internacionais, nas quais estão previamente matriculados, na modalidade *high school*. Durante todo o período em que realiza o programa no exterior, há, de acordo com a organização do programa, uma estrutura que auxilia os estudantes em qualquer necessidade.

Finalizando o intercâmbio, os estudantes retornam à Paraíba e são orientados por uma coordenação pedagógica para que desenvolvam os projetos para serem executados em suas respectivas escolas, com a finalidade de disseminar o conhecimento adquirido no exterior. Além disso, eles devem ser alocados em outras atividades realizadas pela SEE-PB. De acordo com o plano do programa, os estudantes se comprometem aos seguintes temas e atividades:

- 1) Cumprir as atividades das disciplinas do currículo Básico Estadual que não constam do currículo estudado no exterior, como complementação curricular;
- 2) Multiplicar com os alunos da rede estadual sua experiência no exterior por meio de apresentações, palestras e outras atividades programadas pela Diretoria de Desenvolvimento Estudantil;
- 3) Desenvolver um projeto com temática relacionada à cidadania, diferenças e similaridades socioculturais, meio ambiente, inovação, globalização, economia criativa, empreendedorismo com responsabilidade social, convivência pacífica e cooperativa entre os povos e nações e outros temas relevantes acordados com suas escolas com vistas a compartilhar e difundir aspectos da experiência vivenciada com a comunidade escolar;
- 4) Atuar como um/a jovem protagonista na escola ou em sua comunidade, inclusive como voluntário, em programas como o “Se Sabe de Repente” e outros socioeducativos culturais.

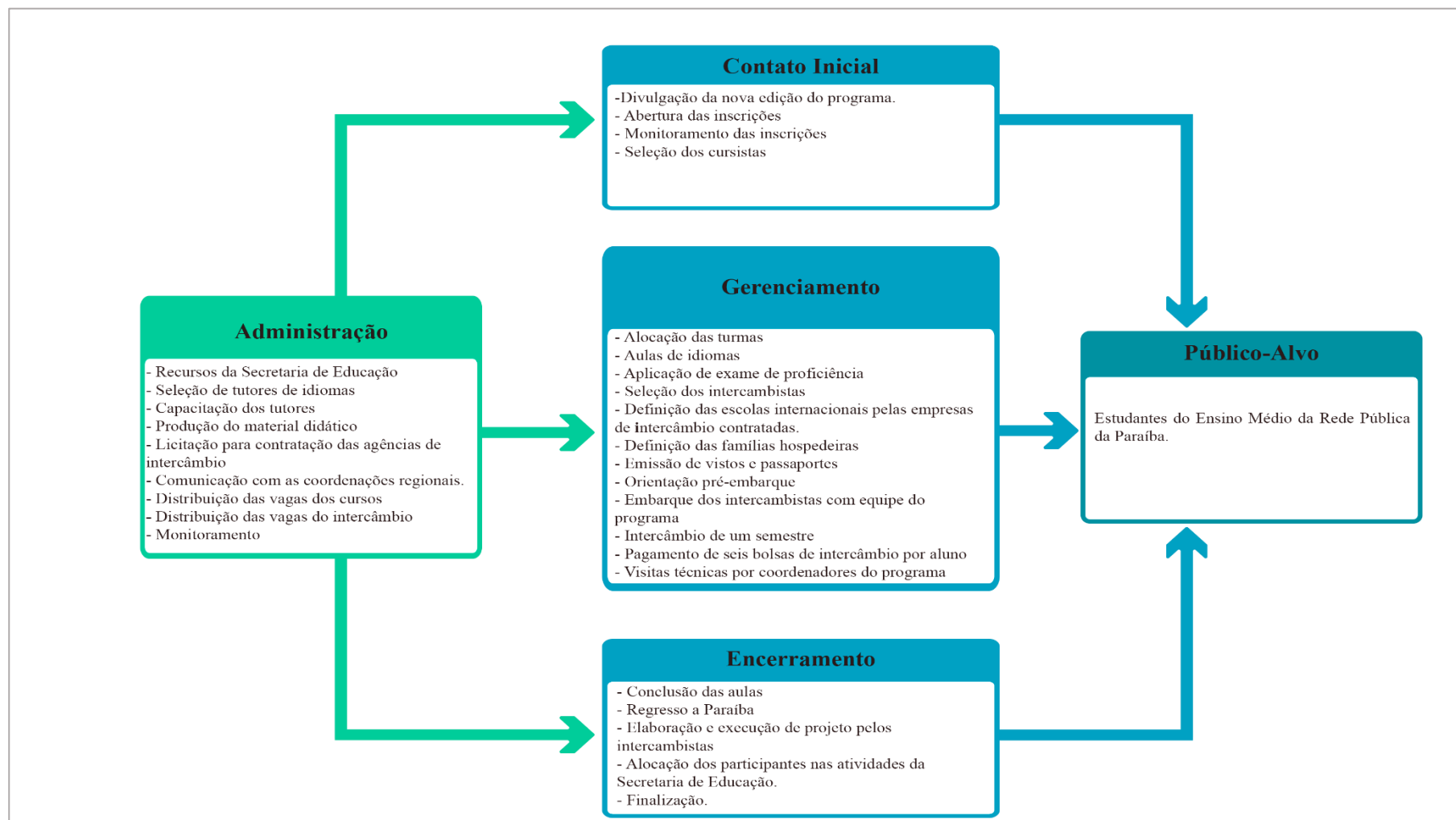
Após o cumprimento das atividades indicadas, de acordo com a teoria assumida, os alunos têm a validação dos estudos realizados no exterior, encerrando a sua experiência e vínculo com a rede estadual de educação da Paraíba.

Por seu turno, em relação ao plano organizacional do programa, este se constitui com um aspecto mais relacionado ao gerenciamento do programa, incluindo as ações que devem ser realizadas para dar condições à execução do programa nos termos propostos. A figura (8) apresenta o plano organizacional do Programa Gira Mundo, consoante os resultados da pesquisa.

Para que haja viabilidade para execução do programa e ele passe a entregar os produtos previstos em seu desenho, várias atividades preparatórias devem ser desenvolvidas. O cronograma do Gira Mundo envolve diversas etapas, as quais devem ser realizadas em um curto espaço de tempo. Além disso, depende de outros setores que compõem a estrutura organizacional do estado da Paraíba.

O processo preparatório envolve a reserva dos recursos orçamentários necessários para celebrar os contratos com as empresas que fornecem os pacotes de intercâmbio. Então, a coordenação administrativa do programa elabora o termo de referência, elencando todos os elementos que ficarão sob à responsabilidade da empresa vencedora do procedimento licitatório.

Figura 8 - Plano Organizacional do Programa Gira Mundo



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos do programa (2019)

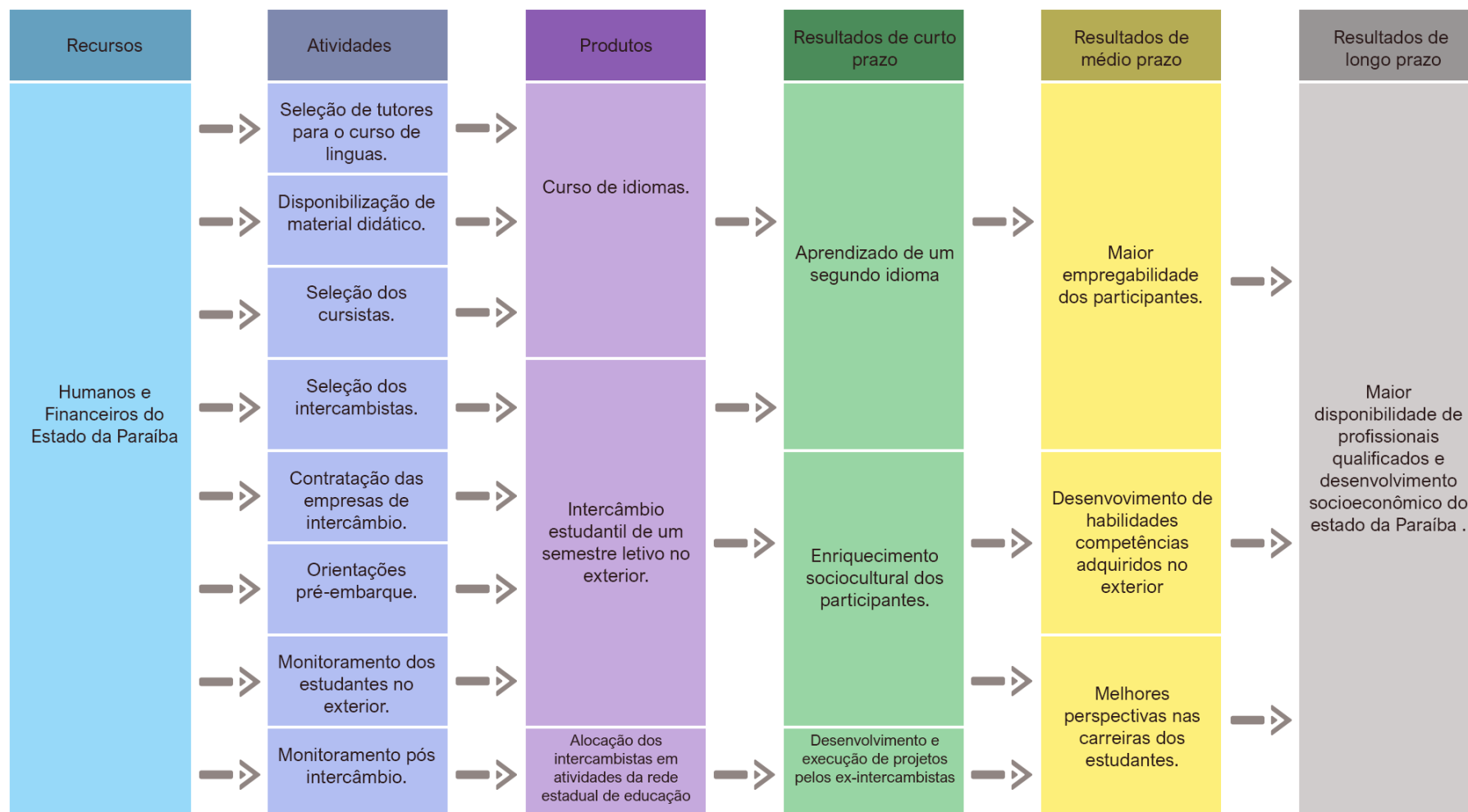
Há ainda a necessidade de articulação com todas as gerências regionais de ensino para organizar todas as questões de ordem logística, vez que envolve todas as cidades da Paraíba. Estão, entre as preocupações, a reserva de salas para formação das turmas do curso de idiomas do programa e a seleção dos professores que funcionarão como tutores de idiomas durante o curso, que é realizado em todas as regiões. O material didático do curso fica sob a incumbência da coordenação geral do programa, bem como a capacitação dos professores tutores. A figura (8) apresenta detalhadamente todos os recursos administrativos e gerenciais empregados.

Com relação ao desenho do programa, estrutura lógica disposta para o alcance dos resultados, optou-se pela utilização do modelo lógico, conforme explicado no capítulo que apresentou a metodologia utilizada. Nesse sentido, considerando todas as informações coletadas, foram organizados no modelo, os recursos, atividades, produtos e os resultados (de curto, médio e longo prazo) esperados pelo Programa Gira Mundo, conforme especificado na figura (9).

De acordo com a teoria do programa gira mundo, o ensino de línguas estrangeiras na rede de educação do estado da Paraíba é insuficiente para uma boa qualificação dos alunos. Considera, ainda, que um amplo conhecimento cultural é importante em um mundo globalizado. Nesse contexto, o programa propõe que estudantes da rede pública sejam encaminhados para cursarem um semestre letivo em escolas no exterior, momento em que terão a oportunidade de se aperfeiçoarem em um segundo idioma e, também, ampliar os horizontes culturais, retornando ao estado da Paraíba mais enriquecidos socio-culturalmente e com a capacidade de disseminar o conhecimento adquirido aos demais estudantes da rede.

Há uma expectativa de que os estudantes tenham melhores perspectivas em suas carreiras, consigam ser empregados e, a longo prazo, haja uma grande disponibilidade de mão de obra qualificada no estado da Paraíba.

Figura 9 - Modelo Lógico do Programa Gira Mundo



Fonte: Elaborado pelo autor e validado pela equipe gerencial (2019)

4.1.6 Avaliando em Relação as Necessidades Sociais

Conforme asseveram Rossi, Lipsey e Freman (2004), o quadro mais relevante para avaliar a teoria de um programa público fundamenta-se nos resultados de uma avaliação de necessidades. É necessário se basear em um conhecimento consolidado acerca do problema social que o programa tem a intenção de solucionar, considerando a medida da necessidade da população-alvo em relação ao serviço prestado pelo programa. Os autores aduzem que se o programa não apresenta uma relação adequada entre a natureza e as verdadeiras circunstâncias da situação social em pauta, o resultado corresponderá a um programa sem eficácia, ainda que seja bem implementado e administrado. Nesse sentido, é imprescindível avaliar a teoria do programa considerando as necessidades da população que o programa almeja assistir.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que nos casos em que a teoria do programa e as necessidades sociais são retratados em termos muito amplos geralmente pode parecer que há mais correspondência do que realmente existe quando as minúcias são analisadas (ROSSI; LIPSEY; FREMAN, 2004). No caso do programa Gira Mundo, os resultados da pesquisa demonstram, em primeiro lugar, que não houve realmente um estudo anterior à criação do programa para averiguar as necessidades existentes, de modo a oferecer os produtos do programa nas quantidades que corresponderiam efetivamente às reais necessidades, isto, ainda, sem considerar alternativas mais viáveis que as selecionadas para compor o desenho do programa. Entretanto, os membros da equipe gerencial que foram entrevistados relataram algumas causas e consequências do problema que o programa busca solucionar.

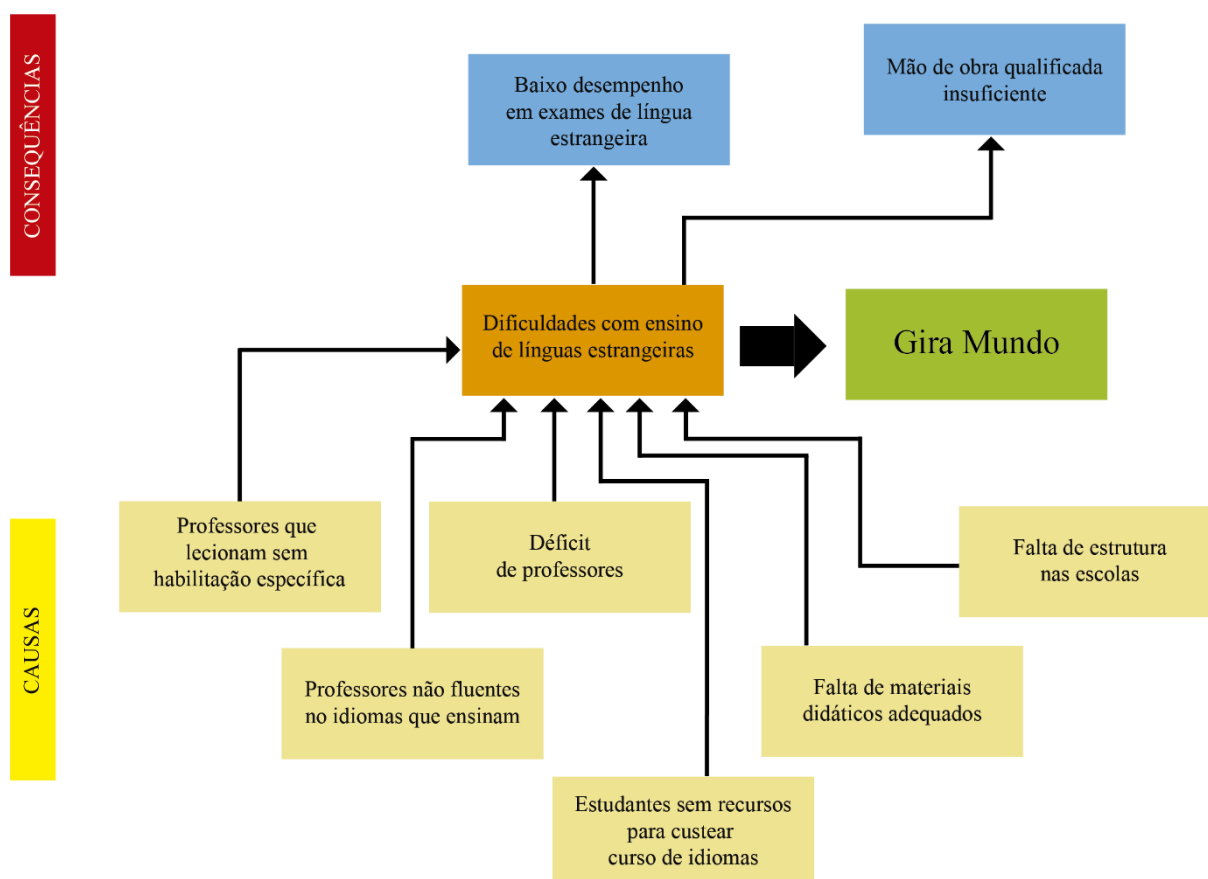
Afirma-se que “o aprendizado de outra língua ainda é um desafio na educação pública e na educação geral, o incentivo a estudar outra língua é difícil” (C1), apontando-se algumas razões para que o ensino de línguas oferecido pela rede estadual não seja suficiente:

A rede estadual [...] tem um déficit muito grande de professores de línguas estrangeiras, tanto de inglês quanto de espanhol, e principalmente de espanhol [...] as escolas, de certo modo, não tem estrutura, em sua grande maioria, para fomentar de maneira efetiva o ensino tanto de inglês quanto do espanhol[...] não existe laboratório de línguas [...] muitas escolas não têm materiais didáticos adequados, os livros que têm são apenas os livros oferecidos, que não condizem com a realidade [...] existe também a questão da própria escassez de professores que sejam realmente qualificados, o número de professores que são efetivos de língua inglesa e de língua espanhola são mínimos, principalmente de língua espanhola [...] muitos professores de inglês e espanhol não são da área, professores que são contratados, que não são da área, que não têm habilitação[...]isso acontece principalmente no interior do

estado, aqui na capital você vê que os professores de inglês e espanhol são formados, que já fizeram formação continuada na universidade pública e tudo mais [...]esse pessoal que não é formado a maioria tá no interior do estado[...] a maioria dos professores não são fluentes (C3).

Extraí-se das entrevistas que há um problema com o ensino de línguas na rede estadual de educação na Paraíba, o que, na visão dos entrevistados, ocasiona certa “limitação em relação à questão da mão de obra qualificada na parte de línguas” (C2), bem como o baixo desempenho dos estudantes em exames de línguas estrangeiras (C3). Essa realidade faz com que seja necessário promover uma reestruturação quanto à forma de ensino das línguas estrangeiras no estado. Os problemas apontados remetem a questões que envolvem a própria estrutura administrativa e pedagógica da SEE-PB. Contudo, é fundamental analisar se os problemas apresentados encontram sua solução no programa Gira Mundo. A figura (10) esquematiza o problema identificado, relacionando-o com suas causas e consequências.

Figura 10 - Árvore do Problema



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas (2019)

Analisando o desenho considerando a forma como o problema está estruturado, verifica-se que há manifesta ausência de correspondência entre a necessidade da sociedade paraibana —quanto à educação— e o referido programa. Ainda que os serviços oferecidos venham ser prestados de acordo com o planejamento, o programa, como formatado, não parece ser capaz de solucionar as causas do problema, conforme indicado pela coordenação. A concessão de bolsas de intercâmbio a estudantes da rede estadual, como forma de suprir a deficiência no ensino de línguas estrangeiras na rede, claramente não supre as necessidades diagnosticadas, uma vez que estão relacionadas à falta de professores, falta de estrutura nas escolas, materiais didáticos inadequados e professores que lecionam sem as qualificações necessárias, conforme especificado na figura (10).

Um ponto que merece destaque é o critério de distribuição das vagas. Como demonstrado, o critério adotado para distribuição das vagas entre as 14 gerências regionais da SEE-PB considera a proporção de alunos matriculados no âmbito de cada região. Entretanto, tal critério parece não considerar as possíveis necessidades por profissionais qualificados em uma segunda língua em cada uma das regiões. Evidencia-se, também, que além de haver uma perceptível desconsideração da relação entre a possível necessidade de capacitação dos estudantes e a proporção referente ao que cada região efetivamente precisa, percebe-se que são ignoradas as condições estruturais de cada região.

Ao enfatizar a problemática, que aflige principalmente os estudantes do interior do estado, o entrevistado (C3) assim explica:

A maioria não tem acesso a nenhuma escola de idiomas, a nenhum cursinho; os pais não têm condições financeiras de financiar um curso de línguas [...] eu evidencio principalmente os meninos do interior, do sertão do estado, porque aqui a gente tem, na capital, os centros de línguas que são gratuitos, o do estado, o da prefeitura[...]

Na região que abrange a grande João Pessoa, por exemplo, não há a escassez de professores de língua estrangeira como há em outras regiões do interior do estado. Além disso, o próprio governo estadual mantém um Centro de Línguas (CELIN), gratuito aos estudantes da rede pública, o qual oferta vagas em cursos de idiomas que, inclusive, compreende todos os idiomas até então oferecidos pelo “Gira Mundo”. Há ainda o Centro de Línguas Estrangeiras de João Pessoa (CELEST), que também fornece, de forma gratuita, o ensino de idiomas à população. Além das mencionadas, existem ainda diversas escolas de

idiomas que podem ser acessadas por grande parte dos estudantes que participam do programa.

Rossi, Lipsey e Freman (2004) apresentam outra abordagem que consideram adequada para contrastar a teoria do programa com o que é assumido acerca das necessidades sociais. Trata-se de avaliar, isoladamente, a teoria do impacto do programa e a teoria do processo, uma vez que, segundo os autores, o problema social relaciona-se de forma distinta com cada uma dessas teorias, de modo a serem realizadas constatações específicas. Com relação à teoria do impacto, a grande questão é se os resultados que o programa deverá produzir em relação às condições sociais equivalem ao que é essencial para aperfeiçoar essas condições. Já a teoria do processo reproduz as suposições acerca da capacidade de o programa oferecer os serviços de modo que não sejam inacessíveis à população-alvo e que correspondam às suas reais necessidades, verificando-se eventuais barreiras.

Com relação à proposta de impacto do programa em estudo, que busca capacitar parcela dos estudantes da rede estadual em um segundo idioma e ampliar os seus horizontes culturais, com a finalidade de melhorar as perspectivas de carreira desses estudantes, tem-se que tal modelo não parece estar focado na solução dos problemas diagnosticados pela SEE-PB, isto é, na escassez de professores de língua estrangeira, falta de qualificação dos professores que já trabalham na rede e demais questões estruturais, como já especificado. Com isso, a ideia de impacto do programa claramente não visa suprir a necessidade dos alunos da rede em geral, com relação ao ensino de línguas, mas oferecer a alguns estudantes um ensino de qualidade fora da rede, em escolas internacionais, durante um semestre.

Ressalte-se, que os dados referentes à qualidade da educação na Paraíba demonstram que há uma grande necessidade de oferecer uma melhor educação aos estudantes da rede, uma vez que até mesmo o rendimento dos alunos nas disciplinas de português e matemática, disciplinas base para o cálculo do IDEB, não têm alcançado as metas projetadas para esses últimos anos.

Em relação ao processo, existem barreiras que dificultam o acesso do público alvo aos serviços prestados pelo programa em algumas regiões do estado. Verificou-se que alguns dos estudantes inscritos no programa não tiveram condições de frequentar o curso de idiomas, por dificuldades relacionadas à distância da residência do estudante, quanto ao local de realização do curso. Aponta-se, também, a dificuldade encontrada em alguns casos, principalmente no interior, nos quais os pais dos estudantes não concordavam com a participação dos alunos no programa (C2).

4.1.7 Avaliação da lógica e plausibilidade

Um método imprescindível para a avaliação de programas é a revisão crítica da lógica e plausibilidade das suposições e expectativas intrínsecas ao desenho do programa. Rossi, Lipsey e Freman (2004) aduzem que essa revisão, fundamentalmente, ocorre como um processo moderadamente aberto e não estruturado, embora algumas questões não possam deixar de ser abordadas. O primeiro ponto essencial à essa análise, trata-se da verificação do quão bem definidos estão os objetivos e as metas estabelecidas pelo programa, uma vez que deve haver uma definição clara e concreta dos resultados que se pretende alcançar, de modo a ser verificável o alcance desses alvos. Examinando a clareza e concretude dos objetivos e metas do Gira Mundo, percebe-se certa dificuldade em delimitar perfeitamente todas as pretensões do programa, conforme se extrai da análise dos documentos e das entrevistas realizadas com a equipe gerencial.

Com relação ao objetivo de oferecer o aperfeiçoamento de um segundo idioma aos participantes, parece ser o mais claro. Entretanto, a proposta de oferecer uma experiência cultural aparenta ser muito abrangente, não se deixando muito claro o que realmente se pretende e como mensurar o alcance desse objetivo. Com relação as metas do programa há uma grande lacuna no desenho do programa, uma vez que inexitem metas específicas a serem alcançadas pelo programa ao longo de um período, impossibilitando a elaboração de indicadores de resultados do programa.

Quanto à definição do público-alvo, o programa especifica claramente que os beneficiários pretendidos são os estudantes da rede pública estadual de educação do estado da Paraíba, regularmente matriculados no 2º ano do ensino médio, que tenham estudado o primeiro ano na rede com rendimento satisfatório, também claramente definido pelo programa, juntamente com os critérios relacionados à idade. Analisando esse aspecto, nota-se que o desenho do programa elenca nitidamente quem dever ser atingido pela política.

Com relação aos procedimentos adotados para identificar a população destinatária, este ponto é suficientemente claro na teoria do programa, tendo os implementadores instrumentos para uma verificação precisa quanto aos elegíveis, uma vez que já possuem todos os dados dos possíveis participantes do programa. Nesse contexto, não há grande expectativa de vazamento da política.

Para analisar especificamente a plausibilidade e a lógica dos componentes presentes na teoria do programa, é verificado se as atividades desenvolvidas pelo programa são realmente

capazes de alcançar os objetivos pretendidos. Nesse contexto, torna-se imprescindível o exame de toda a linha de ações para alcance dos resultados, objetivando a constatação de possíveis inconsistências na referida teoria.

O primeiro produto entregue pelo programa, que também funciona como uma etapa para seleção dos estudantes que receberão o produto principal a ser oferecido, é o curso de idiomas. De acordo com a lógica estabelecida pelos gestores, o curso oferecido deve preparar os candidatos para que tenham um conhecimento mínimo do idioma do país de intercâmbio, dando-lhes melhores condições para acompanharem os estudos na referida língua.

Além disso, esse produto já é considerado pelo programa como um diferencial para a vida dos participantes, ainda que não sejam selecionados para participação do intercâmbio. Todos os participantes do curso, desde que tenham efetivamente frequentado as aulas, recebem um certificado que comprova a sua participação no curso de línguas do Programa Gira Mundo. Mas a grande questão é se, de fato, um curso de três meses pode capacitar os estudantes o suficiente para realização do intercâmbio de forma eficaz.

Quanto ao quesito, um dos coordenadores entrevistados confirmou que realmente o curso oferecido, nesse tempo de três meses, apenas, tem se demonstrado insuficiente. Afirmou o entrevistado, que “os alunos que passam são alunos que estudam além do curso e que já vem estudando há muito tempo” (C3). Nesse sentido, não parece forçoso entender que, de um modo geral, os alunos que apresentam um bom desempenho e, conseqüentemente, participam do produto principal do programa, são aqueles que não dependem exclusivamente das aulas oferecidas, mas os que já conseguem acessar esse conhecimento por outros meios.

No que tange ao desempenho dos estudantes no exame de proficiência, verificou-se que uma grande parte dos estudantes que participam do curso não alcançam a nota mínima exigida pelo programa, conforme dispõe o Decreto 36.539 de 29 de dezembro de 2015. Esse resultado atinge, inclusive, os próprios selecionados para o intercâmbio, que em diversos casos também apresentam nota insuficiente na proficiência. Entretanto, por estarem entre os melhores resultados, mesmo que inferiores ao esperado, participam do programa.

Essa parte da teoria também não considera o contexto de desigualdade dos participantes do programa no que diz respeito a sua formação na primeira etapa da educação básica. Os estudantes não têm a mesma base, pois tiveram uma educação de qualidade distinta nos primeiros níveis. Além disso, como relatado em entrevista, a escassez de professores de idiomas atinge principalmente as regiões mais interioranas do estado, o que faz com que, para

alguns, o único contato com o aprendizado de um outro idioma seja no curso oferecido pelo programa.

O principal produto oferecido pelo programa trata-se do intercâmbio internacional de um semestre letivo. Esse produto carrega a expectativa de tornar os estudantes capacitados em um segundo idioma, além de promover aos participantes um crescimento sociocultural. Para tanto, os intercambistas são encaminhados para outros países, sendo alocados em residências de famílias hospedeiras e matriculados em escolas internacionais, na série equivalente a que cursam em suas respectivas escolas na Paraíba. O programa busca assegurar que as residências selecionadas sejam de nativos que não consigam se comunicar na língua portuguesa, exceto quando for também o idioma do país. Cada estudante paraibano é alocado em uma residência, sendo todos orientados a evitar contato com falantes de língua portuguesa.

A lógica desse componente do programa considera que a inserção do estudante em um contexto no qual se fala apenas a língua objeto de aperfeiçoamento é eficaz para que se alcance o resultado pretendido. E é o isolamento nesse contexto diferente que possibilita ao estudante o acréscimo ao seu capital cultural. Nesse sentido, cabe verificar se essa hipótese é realmente plausível.

Segundo Dwyer (2004), a interação com nativos representa mais oportunidades para a aprendizagem, na prática, de um novo idioma, possibilitando o desenvolvimento de competências, notadamente a competência comunicativa, além de propiciar aos acadêmicos que são imersos em distintas culturas, crescimento enquanto indivíduo, a ponto de desenvolverem atitudes que denotam tolerância no que tange a culturas distintas da sua cultura de origem. De acordo com o autor, esses resultados são potencializados quando o período de exposição é maior.

Byram e Feng (2006) confirmam que os estudantes que passam a estudar no exterior são beneficiados com o acréscimo de capital cultural. Entretanto, como ressalta Brown (2009), a mensuração desse ganho em capital cultural é realmente um desafio. Essa afirmação nos faz questionar se os gestores do programa em análise compreendem de fato qual o ganho cultural que se espera dos participantes do programa e se o programa dispõe de ferramentas apropriadas para mensurar os resultados quanto ao objetivo cultural do programa.

Confrontando esse aspecto do Programa Gira Mundo, que considera a realização de intercâmbio no exterior, nos moldes estabelecidos pelo desenho, como uma ferramenta lógica e plausível para a aprendizagem de um novo idioma e aquisição de ganho cultural, com o que

dispõe a literatura sobre o tema, verifica-se que tal hipótese é razoável, considerando que há estudos que apontam nesse sentido.

Os gestores do programa acreditam que a habilidade de se comunicar bem em um segundo idioma melhora as perspectivas de carreira dos estudantes, sendo esse um dos resultados esperados. Essa expectativa é plausível, uma vez que pesquisas confirmam que o domínio em outro idioma gera melhores perspectivas profissionais, de modo que, ainda que exercendo um cargo de mesmo nível dentro de uma organização, os dados revelam diferenças salariais entre os que são fluentes e os que não são, especialmente quanto ao inglês e ao espanhol.

Há aproximadamente duas décadas a Catho desenvolve a Pesquisa Salarial e de Benefícios, que sempre tem demonstrado que os profissionais bilíngues têm se destacado no mercado de trabalho. Conforme dados⁶ da 57ª Pesquisa Salarial e de Benefícios da Catho (2018), realizada com profissionais de segmentos distintos no mercado brasileiro, constata-se que há uma diferenciação salarial considerável para os que dominam o inglês e o espanhol.

Tabela 5 - Diferença salarial por fluência em inglês

Nível da Organização	Diferença salarial entre os profissionais fluentes e não fluentes em inglês
Gerente/Diretor/Presidente	70%
Supervisor/Coordenador/Líder/Encarregado	53%
Profissional especialista graduado	33%
Analista	40%

Fonte: Adaptado da 57ª Pesquisa Salarial e de Benefícios da Catho (2018)

Como se pode verificar, as diferenças salariais acarretadas pelo fator fluência em inglês são bastante significativas. Em todos os níveis constata-se uma melhor remuneração para os que possuem a referida habilidade. Os dados demonstram que a maior diferença se encontra na alta direção, marcando 70%, seguido pelos profissionais que exercem a função de supervisor, com 53%. Os especialistas graduados, mesmo revelando o menor percentual de diferenciação, recebem 33% a mais quando são fluentes em inglês. Já para os que ocupam o cargo de analista, 40% a mais.

Analisando os dados em relação à língua espanhola, percebe-se uma menor diferenciação quando comparado à fluência no inglês, entretanto, os fluentes no idioma

⁶ Dados disponíveis em: <https://www.leiaja.com/carreiras/2018/09/03/salario-pode-aumentar-70-para-quem-domina-o-ingles/>.

também recebem uma melhor remuneração que os não fluentes na língua, conforme demonstram os dados na tabela (6).

Tabela 6 - Diferença salarial por fluência em espanhol

Nível da Organização	Diferença salarial entre os profissionais fluentes e não fluentes em espanhol
Gerente/Diretor/Presidente	44%
Supervisor/coordenador/líder/Encarregado	41%
Profissional especialista graduado	16%
Analista	40%

Fonte: Adaptado da 57ª Pesquisa Salarial e de Benefícios da Catho (2018)

Nota-se que, em ambos os casos, seja em relação ao inglês ou ao espanhol, os que são dotados de fluência nesses idiomas realmente apresentam mais possibilidades de melhores carreiras.

O último produto oferecido pelo programa é realizado juntamente com os estudantes que finalizaram o intercâmbio iniciado no ano anterior. A lógica empregada é a de que os estudantes, ao retornarem do exterior, passam a ser colaboradores da rede, disseminando o conhecimento adquirido, através do desenvolvimento e execução dos projetos nas respectivas escolas durante um ano letivo, que corresponde ao ano final do aluno na rede de ensino, conforme demonstrado. Nesse sentido, é importante verificar o que a gestão do programa pretende com o desenvolvimento e execução dos projetos:

O objetivo dos projetos é que o aluno tenha uma preocupação social com o próprio entorno que ele está, porque há um investimento por parte do estado em levar esse estudante para fora do país[...] e qual o retorno para o estado levar? Só levar o estudante? Fazer com que ele fique cinco meses na Europa, no Canadá? Não, não é. O retorno é ele trazer essa realidade global, uma educação internacional com as experiências que ele viveu nesse outro país e aplicar os conhecimentos que ele adquiriu em sua comunidade, esse é o principal objetivo do intercâmbio quando ele volta, é fazer com que a comunidade na qual ele está inserido tenha contato com outras realidades de vida, de conhecimento, de educação, através da aplicação do projeto, porque o projeto tem que ter uma relação direta com a experiência de intercâmbio que ele viveu no outro país (C3).

Na concepção dos burocratas do programa, a ideia de tornar o beneficiário um multiplicador das habilidades aprendidas com o intercâmbio é a forma mais visível de retorno ao estado da Paraíba pelos recursos investidos em cada estudante que teve a oportunidade de estudar fora. É tanto, que buscam meios para fazer com que o estudante não deixe de

desempenhar essa função no programa, como condicionar a validação dos estudos no exterior ao desenvolvimento do projeto (C1).

Analisando essas proposições, algumas considerações parecem necessárias quanto à lógica assumida nesse ponto do programa. É no 3º ano do ensino médio, quando os intercambistas ficam responsáveis pelos projetos, que eles precisam se preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que se torna um obstáculo a mais para que o estudante consiga corresponder às expectativas dessa etapa, não obstante tenha assumido o compromisso ao participar do programa. Os dados vão demonstrar que uma boa parcela desses estudantes não cumpre com essa etapa prevista no desenho do programa e, ainda assim, têm conseguido concluir o ensino na rede. Sob a ótica empregada pelos gestores, os estudantes deixam a rede sem darem o retorno imediato esperado pelo programa.

O mesmo problema ocorre com os estudantes que por algum motivo são desligados do programa antes de concluírem o intercâmbio. Isto é, são enviados ao exterior, mas retornam antes do prazo estabelecido. Para esses casos, a regra é que os estudantes restitua os cofres públicos pelo valor investido, devendo ser devolvidas as bolsas recebidas. Entretanto, é mais um caso em que não foi possível verificar a concretude dessa hipótese, pois é pouco provável que o estado receba os valores despendidos em razão da hipossuficiência dos beneficiários/responsáveis legais.

A ideia de considerar o estudante como um colaborador e multiplicador em atuação na rede estadual de ensino parece razoável, no entanto, parece ainda mais razoável que os professores desempenhem essa função, uma vez que permanecem vinculados à rede, enquanto os estudantes passam apenas um ano, ou seja, o professor pode ser visto como um multiplicador com um maior alcance, considerando todas as turmas atingidas ao longo dos anos. Nesse sentido, seria válido considerar a possibilidade de um maior investimento na capacitação dos professores, por ser algo que se supõe mais lógico e plausível.

A linha de causalidade se encerra, de acordo com o modelo lógico do Programa Gira Mundo, com um grande quantitativo de profissionais qualificados e com o desenvolvimento socioeconômico do estado. É razoável considerar que o programa capacite os estudantes, tornando-os bilíngues, esperando que eles possam ter melhores condições para inserção no mercado de trabalho, isso com boas perspectivas em suas carreiras. De fato, com o alcance desse resultado é possível considerar um ganho em termos de desenvolvimento econômico, uma vez que esse é um dos fatores adotados para verificação do referido desenvolvimento.

Entretanto, é importante ressaltar a dificuldade para a verificação desse resultado a longo prazo, como sendo de fato um resultado que deve ser exclusivamente atribuído à implementação do Programa Gira Mundo, pois os seus beneficiários são alvos de outras intervenções da SEE-PB, como demonstrado. Intervenções que também têm o condão de promover a qualificação desses estudantes, com a finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho. Além disso, muitas variáveis estão envolvidas, o que dificulta a afirmação de que a espera por esse resultado é plausível.

4.1.8 Avaliação através da comparação com pesquisa e prática

De acordo com Rossi, Lipsey e Freman (2004), ainda que cada programa possua suas peculiaridades, apenas uma minoria realmente fundamenta-se em suposições exclusivas acerca da promoção de mudanças, prestação dos serviços e execução das grandes funções do programa. Logo, provavelmente alguns conteúdos úteis à avaliação de grande parte dos componentes da teoria do programa já constam na literatura.

Os avaliadores podem utilizar inúmeras formas existentes para fazer uma comparação da teoria de um programa com os resultados de outras pesquisas, sendo a forma menos complexa a averiguação de programas fundamentados em conceitos similares. Ademais, avaliações de programas que guardam muita similaridade, logicamente, são as mais capazes de fornecerem informações relevantes, provavelmente indicando a possibilidade de sucesso do programa e, ainda, podendo apresentar problemas cruciais em relação ao modelo.

Conforme mencionado pela equipe gerencial do Programa Gira Mundo, esse programa foi elaborado com base no modelo do Programa Ganhe o Mundo, o qual foi criado pelo governo de Pernambuco em 2011. Realmente, percebe-se que há bastante semelhança entre os programas, o que torna a análise dos resultados encontrados em pesquisas relacionadas ao Ganhe o Mundo de grande relevância para a presente pesquisa.

Ao avaliar a teoria do Programa Ganhe o Mundo, Cavalcanti (2017), embora considere suficiente o grau de detalhes da teoria e clareza quanto às relações verificadas, critica a multiplicidade de objetivos simultâneos pretendidos pelo programa, considerando que torna mais complexa a estruturação dos indicadores para mensuração do sucesso ou insucesso do programa em uma eventual avaliação de impacto. Acrescenta, ainda, que o desenho do programa apresenta algumas deficiências:

- 1) Ausência de metas específicas a serem cumpridas pelo programa em um dado período de tempo que permitam a construção de indicadores de resultado do programa. Não há indicadores que verifiquem o crescimento dos alunos ao final do curso de idiomas nem indicadores de alunos egressos no ensino superior e/ou no mercado de trabalho, por exemplo.
- 2) O monitoramento dos alunos egressos não permite a coleta de dados relevantes sobre os efeitos do intercâmbio sobre a vida profissional e acadêmica de uma grande quantidade de ex-intercambistas.
- 3) A pesquisa de monitoramento não apresentava muito rigor metodológico e sua amostragem era muito baixa se comparado com o total de beneficiários.
- 4) Não foi constatado um registro organizado das razões dos retornos antecipados do intercambistas ao Brasil antes da conclusão de sua estadia. Segundo dados do programa, 52 estudantes voltaram para o Brasil antes da conclusão de seus intercâmbios desde o início do programa, correspondendo a cerca de 1% dos beneficiários. Um registro da natureza dos motivos desses retornos antecipados serviria à equipe do programa como base para elaboração de estratégias visando diminuir esse número.

Percebe-se que as deficiências apresentadas pelo pesquisador, referentes ao desenho do Programa Ganhe o Mundo, podem também ser encontradas no desenho do Programa Gira Mundo. Esse programa, de igual modo, não estabelece metas específicas que possibilitem a elaboração dos indicadores de resultado. Da mesma forma, não existem indicadores para aferição do desenvolvimento dos alunos beneficiários do programa.

Quanto ao acompanhamento da vida dos estudantes após a conclusão do ensino médio na rede, há no Gira Mundo a verificação de como estão os estudantes que participaram do intercâmbio, sendo relatado pela coordenação, por exemplo, que 90% dos estudantes que participaram da primeira edição do programa ingressaram em algum curso de graduação em universidades públicas. Vale ressaltar que a SEE-PB possui projeto específico para preparação de estudantes e egressos da rede pública com a finalidade de prepará-los para ingresso em cursos de graduação.

Não se pode olvidar, ainda, que a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 estabeleceu a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino (BRASIL, 2012). Nesse sentido, é natural que nos últimos anos o número de estudantes da rede pública ingressando nas universidades federais tenha aumentado, uma vez que metade das vagas já estão separadas para esse grupo, em razão da política de cotas. Nesse contexto, verifica-se que muitos alunos que não foram atingidos pela política em análise também ingressaram na universidade, resultado que não pode ser atribuído ao Programa Gira Mundo.

Analisando o CsF, programa especificamente criado para mobilidade na educação superior, Cruz (2016) concluiu que o programa reproduz a prática brasileira de implementar propostas sem que antes tenham desenvolvido indicadores capazes de permitir uma avaliação séria, tanto quantitativa como qualitativa. Aduz ainda, que em razão da ausência de indicadores que antecedessem à implementação do programa, não foi organizada uma coleta sistemática dos dados, de modo a viabilizar a alimentação de indicadores futuros.

A crítica apresentada pela pesquisadora ao CsF também pode ser aplicada ao programa em análise, uma vez que não houve a elaboração de nenhum indicador por parte dos que desenharam o programa. E mesmo após três anos em execução, ainda não há nenhuma definição quanto aos métodos que serão empregados para avaliar o Programa Gira Mundo, conforme relatado:

[...] a gente não tem uma ferramenta específica que a gente vai poder mensurar, medir, nossa única forma de medição é através do projeto. (C1)

Por seu turno, Sá (2016) também aponta diversos problemas de estruturação no CsF: desconhecimento acerca do público-alvo; desarticulação entre as instituições brasileiras e internacionais; estudos realizados sem que haja equivalência e aproveitamento quando do retorno ao Brasil, falta de preparo dos bolsistas em relação ao contexto a ser vivido no exterior, ausência de condições de oferecer uma assistência individual para cada um dos intercambistas e alguns problemas relacionados a ausência de monitoramento do programa, de modo a inviabilizar a verificação de falhas relacionadas à implementação em tempo oportuno.

Comparando os pontos apresentados ao que se observa no Programa Gira Mundo, chega-se a algumas conclusões. Em relação ao problema de desconhecimento do público-alvo apontado no CsF, tal vício não é encontrado no programa em análise, uma vez que foi estruturado para conhecer bem todos os participantes do programa. Inclusive, constatou-se que o Gira Mundo realiza avaliação psicossocial com todos os selecionados e, além disso, prepara reuniões envolvendo alunos e pais antes do embarque de todos os estudantes.

Com relação ao problema da desarticulação entre as instituições de ensino verificadas no CsF, não houve essa constatação na análise feita com o Gira Mundo, embora a articulação não seja feita de forma direta pela SEE-PB. As empresas responsáveis pela contratação dos programas internacionais intermedeiam o contato entre as escolas estrangeiras e a coordenação do programa durante todo o período em que os estudantes estiverem no exterior. O contato mais próximo dos gestores do programa com os professores e diretores do exterior

ocorre nas visitas técnicas, que estão previstas em todas as edições, realizando-se duas vezes a cada semestre. Na oportunidade, a equipe do programa visita as escolas, bem como as famílias que hospedam os estudantes e, assim, verificam todas as condições referentes à execução dessa etapa do programa.

Quanto à disfunção observada no CsF no que concerne à falta de equivalência nos estudos e aproveitamento pelas instituições brasileiras, tem-se que o Programa Gira Mundo apresentou um problema semelhante, inicialmente, sendo resolvido na edição seguinte. A falha ocorreu porque a SEE-PB ainda não havia preparado a instrução normativa que dispõe sobre os procedimentos para validação dos estudos realizados no exterior, o que acarretou transtornos junto ao CEE-PB, tornando o processo de validação mais burocrático.

No que tange ao preparo dos intercambistas, foi verificado no Programa Gira Mundo que, além da preparação para uma comunicação básica no idioma do país de realização do intercâmbio, o programa oferece instruções acerca das principais diferenças culturais existentes no país anfitrião, orientando todos os estudantes sobre questões essenciais a uma boa adaptação, tendo em vista que passam um semestre letivo completo em contextos bem distintos quando comparados ao contexto vivido na Paraíba.

Sobre a assistência individualizada, crítica também elencada por Sá (2016) ao se referir ao CsF, constata-se que o Programa Gira Mundo, até então, dispõe de uma estrutura que possibilita um acompanhamento mais próximo do participante, uma vez que cada coordenador regional fica responsável por ter o contato direto com o estudante enquanto ele estiver no exterior, devendo relatar qualquer problema à coordenação estadual do programa, que buscará solucioná-lo.

Essas foram as constatações mais relevantes através da análise por comparação. Na próxima seção do trabalho encontram-se os detalhes referentes ao próprio programa em execução.

4.2 AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO

Para que um programa público seja exitoso é necessário que, além de possuir um bom planejamento, implemente o seu plano de forma correta, ou seja, é imprescindível que a execução das funções aconteça de acordo com o que foi projetado. A literatura afirma que programas públicos geralmente lidam com diversas influências que são capazes de afetar as tentativas empreendidas na condução de programas públicos, por melhor que sejam as intenções dos implementadores. Como consequência, é muito provável que divergências

consideráveis entre o programa como modelado e o programa efetivamente implementado sejam percebidas ao longo da implementação. Nesse sentido, a avaliação de processo de um programa torna-se um trabalho de grande relevância para a análise uma política pública.

De acordo com Scheirer (1994), a avaliação de processo (ou implementação) investiga os elementos que constituem o programa e se realmente ele realiza as entregas para os destinatários em consonância com o que fora estabelecido. Contudo, não se propõe a avaliar os efeitos do programa sobre os recebedores. Essa avaliação normalmente examina se o programa tem alcançado com precisão o público-alvo e se as suas funções de fornecimento do serviço e suporte são coerentes em relação aos parâmetros do desenho ou outros paradigmas adequados. Pode-se ainda, nessa avaliação, analisar quais os recursos foram ou estão sendo utilizados na execução do programa. Nessa perspectiva, esta seção do trabalho propõe-se a apresentar, quanto ao Programa “Gira Mundo”, respostas às questões comumente utilizadas quando da realização de uma avaliação de implementação (ROSSI; LIPSEY; FREEMAN,2004).

4.2.1 Edição 2016

A primeira edição do Programa Gira Mundo foi realizada no ano de 2016. Essa edição, diferentemente das subseqüentes, contou também com a participação de professores de língua inglesa da rede estadual de educação. Foram selecionados 50 estudantes, distribuídos nas 14 gerências regionais de educação do estado da Paraíba e 3 professores, que foram selecionados dentre os tutores do curso de línguas ofertados aos alunos que se candidataram ao intercâmbio. A duração do intercâmbio dos estudantes foi de cinco meses, enquanto os três professores contemplados participaram de um aperfeiçoamento profissional em escolas canadenses, vivenciando diferentes práticas pedagógicas durante o período de três meses, conforme Edital SEE/PB n° 001/2016. A tabela (7) apresenta os dados referentes à distribuição das vagas do intercâmbio entre as regionais de ensino. Tal distribuição tomou por base a proporção das matrículas registradas no 1° ano do ensino médio no ano de 2015.

Tabela 7 - Distribuição das vagas do intercâmbio entre as regionais em 2016

GERÊNCIA	NÚMERO DE VAGAS
1° Gerência	12
2° Gerência	4
3° Gerência	9
4° Gerência	2

5° Gerência	2
6° Gerência	4
7° Gerência	2
8° Gerência	2
9° Gerência	2
10° Gerência	2
11° Gerência	2
12° Gerência	2
13° Gerência	2
14° Gerência	3
Total	50

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2016)

Para participar da seleção os alunos deveriam ter, no mínimo, 14 anos de idade completados até o dia 1° de julho de 2016 e, no máximo, 17 anos até o dia 31 de dezembro de 2016. Era necessário, também, comprovar estar matriculado no 2° ano do ensino médio, nas modalidades existentes, em qualquer escola pública da rede estadual de ensino da Paraíba. Exigiu-se a média mínima de 7,0 pontos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática, obtidas no ano de 2015, quando os candidatos cursaram o 1° ano do ensino médio, devendo comprovar, ainda, 85% de frequência durante esse mesmo ano. Nessa edição, não constava em edital a exigência de que o 1° ano do ensino médio fosse realizado na rede pública de educação da Paraíba, o que incluía a possibilidade de o programa receber candidatos oriundos de outras redes educacionais.

Em razão da necessidade de oferecer o curso preparatório para realização do exame de proficiência em todas as regiões de ensino, conforme previsto no planejamento, foram criados polos que atendessem a todos os candidatos ao intercâmbio, no limite de vagas oferecidas para cada região. As vagas eram preenchidas de acordo com as médias apresentadas pelos estudantes na primeira fase da seleção. Assim, os alunos com as melhores médias ocupavam as vagas disponíveis em cada um dos polos e, após a realização do curso de língua inglesa, estavam aptos para a próxima fase, que consistia na realização da prova de proficiência no referido idioma. O curso teve a duração de três meses. A tabela (8) apresenta o quantitativo de alunos contemplados com o curso de línguas em cada região de ensino.

Tabela 8 - Quantitativo de alunos contemplados com o curso de línguas por região

TURMA	GERÊNCIA	CURSISTAS
001	1 ^a	40
002	1 ^a	40
003	1 ^a	40
004	1 ^a	40
005	1 ^a	40
006	2 ^a	40
007	3 ^a	40
008	3 ^a	40
009	3 ^a	40
010	4 ^a	40
011	5 ^a	40
012	6 ^a	40
013	7 ^a	40
014	8 ^a	40
015	9 ^a	40
016	10 ^a	40
017	11 ^a	40
018	12 ^a	40
019	13 ^a	40
020	14 ^a	40
	Total	800

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2016)

Nesse ano, o exame de proficiência aplicado foi o TOIC Bridge. O referido exame é utilizado por diversas instituições de ensino de idiomas, empresas e agências governamentais no mundo inteiro. Compõe-se de sessões de reading e listening, possuindo escala específica de aferição do nível no idioma. Para tanto, o estado da Paraíba contratou os serviços de empresa distribuidora do teste no Brasil, que também ficou responsável pela correção dessas avaliações.

Dos alunos considerados aptos para o curso preparatório de língua inglesa do Programa Gira Mundo, e que realizaram o TOIC Bridge, foram selecionados os que tiveram melhor desempenho neste exame, isto é, os candidatos foram ranqueados por regional de ensino, em ordem decrescente das notas obtidas no exame de língua inglesa, sendo as notas utilizadas inicialmente como requisito para participação na seleção, e ranqueamento para ingresso no curso, desconsideradas no cálculo final, diferentemente das edições seguintes.

Sendo assim, nessa edição, a realização do intercâmbio no Canadá deu-se, rigorosamente, com os alunos que demonstraram o maior conhecimento na língua inglesa.

O curso preparatório de língua inglesa teve como tutores professores efetivos da disciplina de inglês da rede estadual de ensino da Paraíba, selecionados em edital próprio, quando foram submetidos ao Test of English as a Foreign Language (TOEFL). Os professores que obtiveram os melhores resultados no TOEFL, considerando cada uma das 14 regiões, tornaram-se os tutores das 20 turmas do curso e concorreram às três vagas disponíveis para professores. Para participação do intercâmbio de três meses no Canadá, os professores foram selecionados considerando as médias obtidas pelos alunos das turmas das quais eram tutores. Com o ranqueamento das médias das 20 turmas existentes, foram classificados os professores das três turmas que apresentaram o melhor desempenho. Exigiu-se também a frequência mínima de 95% nas respectivas turmas em que se deu a tutoria.

Para prestação dos serviços necessários à realização dos estudos em escolas internacionais, o governo da Paraíba procedeu à contratação de empresa especializada no fornecimento dos pacotes de intercâmbio, através da realização de pregão presencial, obedecendo os termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. O valor⁷ da contratação foi de R\$ 2.499.999,99 (dois milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), pelo qual a empresa ficou responsável por todos os custos referentes à emissão dos passaportes, vistos consulares, passagens aéreas, pagamento das bolsas, pagamento das matrículas dos alunos nas escolas no exterior, seguro saúde, custeio das visitas técnicas realizadas pela equipe do programa e demais despesas administrativas inerentes aos serviços prestados no exterior.

Conforme previsto, no 2º semestre do ano de 2016 os cinquenta estudantes das 14 gerências regionais de ensino do estado da Paraíba, embarcaram para o Canadá, sendo distribuídos em escolas localizadas na província de Ontário, com o intuito de que os estudantes tivessem o mínimo de contato com os outros alunos da rede, para um melhor aprimoramento do idioma. Todos foram alocados em *host families*, previamente selecionadas pela empresa responsável. Cada estudante recebeu seis bolsas no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), sendo uma de instalação e cinco de manutenção.

Com relação à fase de desenvolvimento dos projetos por parte dos estudantes, a coordenação informou que nem todos os estudantes realizaram a referida atividade,

⁷ Contrato disponível em: <http://cge.pb.gov.br/gea/Uploads/Contratos/Contratos046263.pdf>

entretanto, não havia registro do quantitativo específico dos estudantes que cumpriram essa etapa.

No que tange a validação dos estudos realizados no exterior, alguns problemas foram identificados. A SEE-PB não havia elaborado uma instrução normativa com fins de validação dos certificados obtidos pelos estudantes. Nesse contexto, houve um atraso no reconhecimento dos estudos realizados no exterior, por parte do CEE- PB.

4.2.2 Edição 2017

A segunda edição do programa ocorreu no ano de 2017, ampliando-se o número de beneficiários, bem como o número de países participantes. Nessa edição, 100 estudantes foram selecionados para realizar parte dos estudos em escolas internacionais localizadas no Canadá, na Espanha e em Portugal. A tabela (9) traz as informações referentes à distribuição inicial das vagas por país.

Tabela 9 - Quantitativo por país no ano de 2017

GERÊNCIA	CANADÁ	ESPAÑA	PORTUGAL
1° Gerência	12	6	6
2° Gerência	4	2	2
3° Gerência	9	4	4
4° Gerência	2	1	1
5° Gerência	2	1	1
6° Gerência	4	2	2
7° Gerência	2	1	1
8° Gerência	2	1	1
9° Gerência	2	1	1
10° Gerência	2	1	1
11° Gerência	2	1	1
12° Gerência	2	1	1
13° Gerência	2	1	1
14° Gerência	3	2	2
Total por país	50	25	25
Total Geral	100		

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2017)

Como se pode verificar, a distribuição das vagas na edição de 2017 utilizou o mesmo critério de proporcionalidade utilizado na primeira edição. Entretanto, é possível notar

algumas diferenças quando realizada a comparação com o programa no ano de 2016. A primeira distinção observada é que nessa edição não houve seleção conjunta de professores e alunos. Isso se deu porque a seleção de professores para participação de capacitação no exterior foi atribuída a outra coordenação. Nesse sentido, houve a desvinculação de professores e estudantes em um mesmo programa, instituindo-se um programa específico para professores, passando a existir o Gira Mundo Estudante e o Gira Mundo Finlândia, destinado a professores efetivos da rede estadual de educação, não apenas para os que lecionam língua estrangeira, mas todas as disciplinas, com o intuito de aprimorarem a atividade docente. Para tanto, a SEE-PB e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), celebram um termo de cooperação técnica.

Quanto à seleção dos estudantes, constituía-se requisito comum, imprescindível para candidatura a qualquer dos países, a idade mínima de 14 anos de idade até 1º de julho de 2017 e, no máximo, 17 anos e 6 meses até 1º de julho de 2017. Permaneceu a exigência de comprovação de matrícula no 2º ano do ensino médio em 2017, nas modalidades existentes, em qualquer escola pública da rede estadual de ensino da Paraíba, e frequência de 85% durante o primeiro ano do ensino médio, não sendo exigida a comprovação de que o candidato tivesse realizado o referido estudo na rede paraibana de ensino.

Com a inclusão de novos países, requisitos específicos foram estabelecidos. Para os candidatos ao intercâmbio realizado no Canadá, os critérios foram mantidos, exigindo-se média 7,0 nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática no primeiro ano do ensino médio. Quanto ao intercâmbio na Espanha, verificou-se que, em razão da ausência de professores de espanhol em grande parte das escolas públicas de ensino médio da Paraíba, foi exigido apenas que os candidatos comprovassem 7,0 pontos no desempenho acadêmico escolar nas disciplinas de Português e Matemática no primeiro ano do ensino médio. Para o intercâmbio em Portugal, a exigência era que os candidatos apresentassem média mínima global de 8,0 pontos no desempenho acadêmico escolar, também no primeiro ano.

Cada candidato deveria, no ato da inscrição, optar por apenas um país, uma vez que a fase seguinte já era direcionada à preparação dos estudantes para a realização do exame de proficiência específico da língua do país de destino, de modo que não poderiam participar das duas preparações concomitantemente. Nessa primeira etapa de verificação dos requisitos foram selecionados 1800 alunos, com as maiores médias obtidas no ano de 2016, considerando o quantitativo distribuído entre as regionais de ensino. As referidas médias também foram levadas em consideração para o cálculo da nota final do candidato, juntamente

com as médias obtidas no primeiro bimestre de 2017 e o resultado do exame de proficiência em inglês, para o Canadá, espanhol, para a Espanha e a prova de língua portuguesa para os estudantes que estavam concorrendo ao intercâmbio em Portugal. A tabela (10) informa o número de estudantes inscritos de acordo com país e região de ensino.

Tabela 10 - Estudantes inscritos de acordo com país e região de ensino 2017

Gerência	Canadá	Espanha	Portugal
1 ^a	328	126	42
2 ^a	57	22	09
3 ^a	258	49	17
4 ^a	94	22	17
5 ^a	41	29	05
6 ^a	92	11	08
7 ^a	78	19	08
8 ^a	71	26	03
9 ^a	30	16	04
10 ^a	61	23	12
11 ^a	48	30	04
12 ^a	49	26	12
13 ^a	53	30	14
14 ^a	43	33	08
Total	1.303	462	163

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2017)

Após o término do período de inscrições, verificou-se que foram poucos os alunos que se inscreveram para o intercâmbio em Portugal, especificamente nas regiões mais interioranas do estado, constatando-se, inclusive, a ausência de candidatos dentro dos critérios de elegibilidade em duas regiões (5^a e 6^a). Com isso, as vagas destinadas pelo critério de proporcionalidade a essas gerências foram redistribuídas a outras regiões de ensino, sendo ocupadas pelos estudantes que atingiram a maior pontuação no processo seletivo. A tabela (11) apresenta os dados referentes ao remanejamento das vagas do intercâmbio para Portugal.

Tabela 11 - Remanejamento das vagas do intercâmbio para Portugal 2017

Gerência	Distribuição no edital	Remanejamento
1 ^a	6	6
2 ^a	2	2
3 ^a	4	4

4 ^a	1	1
5 ^a	1	0
6 ^a	2	0
7 ^a	1	2
8 ^a	1	1
9 ^a	1	1
10 ^a	1	1
11 ^a	1	1
12 ^a	1	1
13 ^a	1	3
14 ^a	2	2
TOTAL	25	25

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2017)

Para a verificação do desempenho do primeiro bimestre de 2017, os estudantes deveriam ser inseridos no “SISTEMA SABER”, implantado pela SEE-PB com o propósito de funcionar como diário de classe eletrônico. Em razão de o referido sistema encontrar-se em fase de implementação e, conseqüentemente, adaptação dos professores (responsáveis pelos registros do desempenho dos estudantes), surgiram dificuldades com relação à análise dessa etapa, acarretando prejuízos a alguns participantes que acabaram obtendo uma classificação menor porque não conseguiram ter essas notas registradas no referido sistema.

Nessa edição, os estudantes que se candidataram ao intercâmbio no Canadá não foram submetidos ao curso presencial de inglês, uma vez que a SEE-PB estava implantando um ambiente virtual para o ensino da língua, a plataforma *English Discoveries*. Os candidatos deveriam realizar as atividades virtualmente, devendo obter o conceito “*Good*” ao final das tarefas, para, então, serem submetidos ao exame do TOIC Bridge. De igual modo, os estudantes que concorreram ao intercâmbio em Portugal também tiveram que realizar o curso de inglês na mesma plataforma, auferir o mesmo desempenho mínimo e, ao final, realizarem uma prova de Língua Portuguesa.

Quanto à mudança desse produto fornecido pela SEE-PB para a preparação dos estudantes no ensino de língua inglesa, isto é, a substituição do curso presencial pelo curso na plataforma virtual, verificou-se que a alteração provocou dificuldades, uma vez que a liberação de acesso da plataforma não ocorreu em tempo oportuno. Na tentativa de remediar a situação, a SEE-PB ofereceu quatro aulas com o objetivo de explicar aos alunos como realizar o exame TOIC Bridge.

Por seu turno, os estudantes que concorreram ao intercâmbio na Espanha participaram de um curso preparatório de língua espanhola. Devido à necessidade de qualificar os professores de espanhol (contratados pela SEE-PB para exercerem a tutoria de espanhol para os candidatos) e, também, em virtude da necessidade de uma instituição competente para elaboração, confecção e aplicação da prova de proficiência em língua espanhola, foi celebrado o Termo de Cooperação 0163/2017 entre a SEE-PB e a UEPB. Essa descentralização teve um custo para o governo da Paraíba de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Após a capacitação dos professores/tutores, os 500 estudantes foram distribuídos em 20 turmas de 25 alunos, assumidas pelos referidos professores de espanhol, conforme demonstra a tabela (12).

Tabela 12 - Quantitativo de cursistas espanhol 2017

TURMAS		
CÓD	REGIONAL	CURSISTAS
001	1 ^a	25
002	1 ^a	25
003	1 ^a	25
004	1 ^a	25
005	1 ^a	25
006	2 ^a	25
007	3 ^a	25
008	3 ^a	25
009	3 ^a	25
010	4 ^a	25
011	5 ^a	25
012	6 ^a	25
013	7 ^a	25
014	8 ^a	25
015	9 ^a	25
016	10 ^a	25
017	11 ^a	25
018	12 ^a	25
019	13 ^a	25
020	14 ^a	25
TOTAL		500

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2018)

Os estudantes concluíram o curso oferecido pela SEE-PB e então foram submetidos ao exame de proficiência em língua espanhola elaborado e aplicado pela UEPB. Nesse exame, a

escala adotada foi a de dez pontos, isto é, os alunos poderiam receber uma nota de 0 a 10, a depender da quantidade de acertos. Nesse sentido, foi possível verificar o desempenho dos estudantes e analisar se de fato houve correspondência no que tange às expectativas da coordenação quanto à capacidade do curso em preparar os candidatos para o cumprimento do requisito previsto no desenho no programa, especificamente no que diz respeito ao alcance de nota mínima de 7,0 pontos na proficiência de língua estrangeira. A tabela (13) apresenta os dados referentes ao desempenho, no exame de proficiência, dos estudantes que realizaram o intercâmbio na Espanha.

Tabela 13 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2017

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	6	24%	0	0%
2 ^a	2	8%	0	0%
3 ^a	4	16%	1	4%
4 ^a	1	4%	0	0%
5 ^a	1	4%	1	4%
6 ^a	2	8%	1	4%
7 ^a	1	4%	0	0%
8 ^a	1	4%	0	0%
9 ^a	1	4%	1	4%
10 ^a	1	4%	0	0%
11 ^a	1	4%	0	0%
12 ^a	1	4%	1	4%
13 ^a	1	4%	0	0%
14 ^a	2	8%	0	0%
TOTAL	25	100%	5	20%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no resultado (2018)

De acordo com a tabela (13), que apresenta tão somente os estudantes que foram classificados e, por conseguinte, realizaram o intercâmbio de um semestre letivo na Espanha, verifica-se que uma parcela dos intercambistas não tiveram um desempenho satisfatório, uma vez que as notas obtidas no exame de proficiência foram inferiores a 7,0 pontos. Nesse sentido, percebe-se um desvio do desenho, o qual estabeleceu, como um dos critérios de elegibilidade, que os participantes deveriam alcançar no mínimo a nota 7,0 no referido exame. Em termos percentuais, 20% dos intercambistas que estudaram na Espanha não atenderam ao critério estabelecido pelo Decreto n° 36.539/2015. Analisando os números considerando cada

gerência, verifica-se que algumas delas apresentam 100% do número de participantes fora do critério (5^a, 9^a e 12^a).

Como já demonstrado, Portugal também foi escolhido para receber os paraibanos participantes do Gira Mundo. Diferente dos demais países, não foi exigido dos alunos a realização de exame de proficiência em língua estrangeira, em razão da língua do país corresponder ao idioma falado no Brasil. Logo, a ênfase do programa realizado em Portugal não estava relacionada ao aprimoramento de outro idioma, mas buscou-se desenvolver outras habilidades nos estudantes, como enriquecimento cultural e novas metodologias de ensino. Em substituição à prova de proficiência em língua estrangeira, a gestão do programa concentrou os esforços na capacitação dos alunos no que diz respeito ao conhecimento de língua portuguesa. Para isso, os participantes realizaram um curso preparatório, que incluía gramática e literatura, para ao final serem submetidos a um exame abrangendo o referido conteúdo. Com relação ao resultado das provas, a tabela (14) apresenta os dados pertinentes ao desempenho dos participantes no exame de língua portuguesa.

Tabela 14 - Desempenho dos participantes no exame de Língua Portuguesa.

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	6	24%	6	24%
2 ^a	2	8%	2	8%
3 ^a	4	16%	4	16%
4 ^a	1	4%	1	4%
5 ^a	0	0%	0	0%
6 ^a	0	0%	0	0%
7 ^a	2	8%	2	8%
8 ^a	1	4%	1	4%
9 ^a	1	4%	1	4%
10 ^a	1	4%	1	4%
11 ^a	1	4%	1	4%
12 ^a	1	4%	1	4%
13 ^a	3	12%	3	12%
14 ^a	2	8%	2	8%
TOTAL	25	100%	25	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no resultado (2018)

Nessa primeira experiência do programa com a preparação dos estudantes para a realização do intercâmbio em Portugal é possível verificar uma evidente dificuldade quanto à

obtenção da nota que corresponde à média para a aprovação dos alunos, ou seja, 7,0 pontos. Os dados constantes na tabela (14) demonstram que nenhum dos candidatos obteve nota mínima para uma aprovação, tomando como referência o critério utilizado para aprovação nas disciplinas do ensino regular, o que corresponde a 100%. Vale ressaltar, que no edital de seleção não se exigiu um valor mínimo como critério para envio dos estudantes. A nota da proficiência foi somada às médias apresentadas na primeira fase do processo seletivo. Assim, mesmo com o baixo desempenho no exame de língua portuguesa, os estudantes realizaram o intercâmbio em Portugal.

Com relação ao fornecimento dos pacotes de intercâmbio, a SEE-PB realizou procedimento licitatório, na modalidade pregão presencial, obedecendo aos termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. Os pacotes de intercâmbio referentes aos três países ficaram sob a responsabilidade da mesma empresa que realizou o intercâmbio na primeira edição, em razão de ser a habilitada com os menores valores apresentados. A tabela (15) especifica os custos⁸ concernentes aos pacotes de intercâmbio contratados pela SEE-PB.

Tabela 15 - Custos dos pacotes de intercâmbio por país em 2017

PAÍS	Nº DE ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Canadá	50	R\$ 31.000,00	R\$ 1.550.000,00
Espanha	25	R\$ 34.000,00	R\$ 850.000,00
Portugal	25	R\$ 45.999,00	R\$ 1.149.975,00
Edição 2017	100		R\$ 3.549.975,00

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2017)

No que tange à fase de encaminhamento dos alunos aos respectivos países, alguns fatores mediadores surgiram, trazendo dificuldades quanto à execução do programa. Menciona-se que, com o problema do governo federal no que diz respeito à emissão de novos passaportes, houve um atraso no serviço de retirada dos passaportes de todos os estudantes e, por conseguinte, na emissão dos vistos consulares. Com isso, foi verificado um pequeno atraso no envio dos estudantes ao Canadá e à Espanha, que foram enviados relativamente no prazo previsto, isto é, início do segundo semestre letivo.

A gestão do programa também pretendia enviar os estudantes para realização do intercâmbio em Portugal no segundo semestre do ano de 2017, para que o ano letivo de 2018 pudesse contar com a colaboração dos intercambistas, quando da execução dos projetos e

⁸ Contrato disponível em: <http://cge.pb.gov.br/gea/Uploads/Contratos/Contratos048798.pdf>

participação das atividades desenvolvidas pela SEE-PB. Entretanto, verificou-se que a execução não ocorreu conforme previsto no desenho do programa, uma vez que houve um atraso no início dessa fase, especificamente de um semestre, tendo o intercâmbio em Portugal iniciado apenas no primeiro semestre do ano seguinte, isto é, quando os estudantes já deveriam regressar para cursar o 3º ano na própria rede. Com isso, quando os alunos concluíram o intercâmbio, tiveram apenas o seu último semestre letivo na rede para desenvolverem as atividades relacionadas à última fase do programa.

O problema do considerável atraso do encaminhamento dos alunos para estudar em Portugal deu-se por múltiplos fatores, como a dificuldade de realizar as matrículas naquele período do ano, dificuldades para recrutar as famílias hospedeiras, falta de expertise da empresa contratada para fornecer o pacote de intercâmbio nesse país, entre outras dificuldades. O fato de tais problemas surpreenderem a gestão do programa demonstra que não houve um estudo prévio sobre como se daria todo esse processo, resultando em um planejamento inconsistente e uma execução distante do que se esperava.

Conforme previsto no desenho, todos os estudantes ao retornarem do intercâmbio deveriam desenvolver projetos, sob a orientação da coordenação pedagógica do Programa Gira Mundo, para que fossem executados em suas respectivas regiões. Inicialmente, incumbia-lhes desenvolver o projeto, que consistia na justificativa de uma ação a ser realizada na escola com base na experiência obtida no intercâmbio. Após a execução, todos deveriam apresentar um relatório, especificando como se deu o projeto na prática. Entretanto, nem todos os intercambistas cumpriram o exigido.

Em relação aos estudantes que participaram do intercâmbio no Canadá, estavam previstos 50 projetos e relatórios de execução, contudo, foram apresentados 38 projetos e apenas 19 relatórios. Logo, 76% apresentaram o projeto, mas o percentual de relatórios entregues a coordenação foi de apenas 38%. Um resultado significativamente abaixo do pretendido. A tabela (16) apresenta os dados especificados por gerência regional.

Tabela 16 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Canadá)

Gerência	Intercambistas	Projetos	Relatórios
1ª	12	11	4
2ª	4	1	0
3ª	9	6	3
4ª	2	2	1
5ª	2	2	1

6 ^a	4	2	2
7 ^a	2	2	2
8 ^a	2	1	1
9 ^a	2	1	1
10 ^a	2	2	1
11 ^a	2	1	0
12 ^a	2	2	1
13 ^a	2	2	1
14 ^a	3	3	1
TOTAL	50	38	19

Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios da coordenação pedagógica (2019)

Os dados referentes ao grupo que estudou em Portugal, que teve apenas um semestre letivo para desenvolvimento e execução dos projetos em suas respectivas escolas, revelam que dos 25 projetos e relatórios esperados, foram desenvolvidos e entregues apenas 15. Em termos percentuais, 60% dos projetos e relatórios pretendidos foram recebidos pela coordenação do programa. A tabela (17) apresenta informações mais detalhadas acerca dos dados mencionados.

Tabela 17 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Portugal)

Gerência	Intercambistas	Projetos	Relatórios
1 ^a	6	5	5
2 ^a	2	0	0
3 ^a	4	3	3
4 ^a	1	1	1
5 ^a	0	0	0
6 ^a	0	0	0
7 ^a	2	0	0
8 ^a	1	0	0
9 ^a	1	1	1
10 ^a	1	1	1
11 ^a	1	0	0
12 ^a	1	1	1
13 ^a	3	3	3
14 ^a	2	0	0
TOTAL	25	15	15

Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios da coordenação pedagógica (2019)

Quanto aos alunos que participaram do intercâmbio na Espanha, esperava-se que 25 projetos fossem elaborados e executados pelos estudantes, entretanto, apenas 13 estudantes dos 22 que apresentaram os projetos, encaminharam os relatórios de execução. Em termos percentuais, apenas 52% dos intercambistas da Espanha corresponderam às expectativas do programa. A tabela (18) especifica os resultados por gerência regional.

Tabela 18 - Quantitativo de alunos que realizaram o projeto (intercâmbio Espanha)

Gerência	Intercambistas	Projetos	Relatório
1ª	6	6	4
2ª	2	1	1
3ª	4	3	2
4ª	1	1	1
5ª	1	1	0
6ª	2	2	0
7ª	1	1	1
8ª	1	0	0
9ª	1	1	1
10ª	1	1	1
11ª	1	1	1
12ª	1	1	0
13ª	1	1	1
14ª	2	2	0
TOTAL	25	22	13

Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios da coordenação pedagógica (2019)

4.2.3 Edição 2018

No ano de 2018, o governo do estado da Paraíba mais uma vez ampliou o Programa Gira Mundo, duplicando o número de vagas ofertadas, incluindo mais um país de língua espanhola, agora da América Latina, a Argentina. Assim, essa edição do programa tinha o objetivo de ofertar 200 vagas, que seriam distribuídas entre Canadá, Espanha, Portugal e Argentina. A tabela (19) revela a distribuição por regional e por país destinatário, de acordo com o edital n° 002/2018.

Tabela 19 - Quantitativo por região de ensino e país de intercâmbio ano de 2018

GERÊNCIA	CANADÁ	ESPAÑA	PORTUGAL	ARGENTINA
1º Gerência	24	12	6	6

2° Gerência	8	4	2	2
3° Gerência	18	9	4	4
4° Gerência	4	2	1	1
5° Gerência	4	2	1	1
6° Gerência	8	4	2	2
7° Gerência	4	2	1	1
8° Gerência	4	2	1	1
9° Gerência	4	2	1	1
10° Gerência	4	2	1	1
11° Gerência	4	2	1	1
12° Gerência	4	2	1	1
13° Gerência	4	2	1	1
14° Gerência	6	3	2	2
Total por país	100	50	25	25
Total Geral	200			

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2018)

Foram selecionados 200 estudantes, distribuídos nas 14 gerências regionais de educação do estado da Paraíba. Os selecionados deveriam ter no mínimo 14 anos de idade até o dia primeiro de julho de 2018 e, no máximo, 17 anos e seis meses. Exigiu-se também que os participantes comprovassem ter cursado o 1° ano do ensino médio em uma das escolas públicas da rede estadual de ensino da Paraíba em 2017. Tal exigência excluiu a possibilidade de participantes oriundos de outras redes de ensino, além de alunos que estavam repetindo o 2° ano do ensino médio. Essa mudança deu-se apenas na 3° edição do programa, em razão da constatação de participante fora desse perfil na edição de 2017. Além disso, era necessário que o estudante comprovasse matrícula na 2° série do ensino médio na referida rede em 2018, comprovando, também, 85% de frequência e média mínima de 7,0 pontos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática no ano anterior. A tabela (20) especifica o quantitativo de inscrições por gerência e país de intercâmbio.

Tabela 20 - Quantitativo de inscrições por gerência e país de intercâmbio 2018

Gerência	Canadá	Espanha	Argentina	Portugal
1ª	457	178	58	148
2ª	92	26	15	32
3ª	302	91	34	65
4ª	120	50	19	50
5ª	61	28	16	21

6 ^a	111	40	14	28
7 ^a	59	34	23	21
8 ^a	77	41	14	20
9 ^a	91	26	8	22
10 ^a	79	28	8	16
11 ^a	89	33	13	16
12 ^a	57	29	3	20
13 ^a	51	36	2	43
14 ^a	68	39	10	23
Total	1714	679	237	525

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2018)

Devido aos problemas que ocorreram com a retirada do curso preparatório de língua inglesa para os estudantes que se candidataram ao intercâmbio no Canadá em 2017, a coordenação do programa criou turmas presenciais para o ensino da Língua Inglesa nessa edição de 2018. Juntamente com o oferecimento do curso de inglês, a SEE-PB ofereceu também os cursos de espanhol e português, totalizando 5.000 vagas, preenchidas pelos estudantes, em ordem decrescente e por gerência regional, que apresentaram os melhores rendimentos nas disciplinas exigidas, conforme elencado anteriormente. A tabela (21) expõe o quantitativo para cada curso de forma regionalizada.

Tabela 21 - Quantitativo de cursistas por idioma 2018

GERÊNCIA	INGLÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
1° Gerência	600	450	150
2° Gerência	200	150	50
3° Gerência	450	325	100
4° Gerência	100	75	25
5° Gerência	200	75	25
6° Gerência	100	150	50
7° Gerência	100	75	25
8° Gerência	100	75	25
9° Gerência	100	75	25
10° Gerência	100	75	25
11° Gerência	100	75	25
12° Gerência	100	75	25
13° Gerência	100	75	25
14° Gerência	150	125	50
Total por país	2500	1875	625

Total Geral

5000

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2018)

Outra diferença constatada nessa edição, especificamente em relação ao exame de proficiência em inglês, trata-se da não submissão dos estudantes ao TOIC Bridge, pois a SEE-PB decidiu utilizar a estrutura existente na própria administração, o CELIN, para elaboração, aplicação e correção de um exame próprio. Nessa prova, diferente da utilizada nas duas edições anteriores, fez-se o uso de uma escala mais usual, possibilitando a verificação dos resultados face ao requisito mínimo estabelecido no Decreto n° 36.539/2015. A tabela (22) expõe os dados referentes aos resultados obtidos pelos estudantes que foram selecionados para realização do intercâmbio no Canadá, especificando por gerência regional.

Tabela 22 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em inglês 2018

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	24	24%	0	0%
2 ^a	8	8%	3	3%
3 ^a	18	18%	0	0%
4 ^a	4	4%	0	0%
5 ^a	4	4%	2	2%
6 ^a	8	8%	3	3%
7 ^a	4	4%	3	3%
8 ^a	4	4%	0	0%
9 ^a	4	4%	2	2%
10 ^a	4	4%	2	2%
11 ^a	4	4%	0	0%
12 ^a	4	4%	4	4%
13 ^a	4	4%	0	0%
14 ^a	6	6%	2	2%
TOTAL	100	100%	21	21%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos (2019)

A tabela (22) demonstra que 21% dos estudantes que foram contemplados com a bolsa de um semestre de estudo em *high school* no Canadá não alcançaram a nota exigida pelo Decreto n° 36.539/2015. Nesse quesito, destacam-se, negativamente, a 7^a e 12^a regiões, nas quais 75% e 100%, respectivamente, dos intercambistas não atenderam ao critério de no mínimo 7,0 na proficiência em inglês.

Por seu turno, o desempenho dos estudantes selecionados para o intercâmbio em Portugal no ano de 2018 apresenta um melhor resultado quando comparado com o ano anterior. Entretanto, os dados ainda apontaram para um baixo resultado, uma vez que mais da metade dos estudantes classificados não atingiram a média 7,0 na prova de língua portuguesa. Apenas 48% alcançaram nota de aprovação.

Tabela 23 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em português 2018

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	6	24%	1	4%
2 ^a	2	8%	2	8%
3 ^a	4	16%	2	8%
4 ^a	1	4%	1	4%
5 ^a	1	4%	1	4%
6 ^a	2	8%	1	4%
7 ^a	1	4%	1	4%
8 ^a	1	4%	0	0%
9 ^a	1	4%	0	0%
10 ^a	1	4%	0	0%
11 ^a	1	4%	1	4%
12 ^a	1	4%	1	4%
13 ^a	1	4%	0	0%
14 ^a	2	8%	2	8%
TOTAL	25	100%	13	52%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos (2019)

Quanto ao grupo de estudantes aprovados para o intercâmbio na Argentina, os resultados demonstram que 4% do total de estudantes registram um desempenho na proficiência inferior aos sete pontos exigidos. Nota-se, ainda, que o estudante que não alcançou a nota mínima encontra-se vinculado a 12^a região, a qual revelou um desempenho abaixo do esperado também com relação aos aprovados para o Canadá, na mesma edição. A tabela (24) contém os dados referentes ao desempenho dos estudantes aprovados para o intercâmbio na Argentina.

Tabela 24 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2018(Intercâmbio Argentina)

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	6	24%	0	0%

2 ^a	2	8%	0	0%
3 ^a	4	16%	0	0%
4 ^a	1	4%	0	0%
5 ^a	1	4%	0	0%
6 ^a	2	8%	0	0%
7 ^a	1	4%	0	0%
8 ^a	1	4%	0	0%
9 ^a	1	4%	0	0%
10 ^a	1	4%	0	0%
11 ^a	1	4%	0	0%
12 ^a	1	4%	1	4%
13 ^a	1	4%	0	0%
14 ^a	2	8%	0	0%
TOTAL	25	100%	1	4%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos (2019)

Com relação à turma de estudantes destinados ao intercâmbio na Espanha, as notas verificadas no exame de proficiência se apresentam de forma satisfatória, uma vez que não houve nessa edição alunos que foram classificados abaixo da média esperada, conforme dados constantes na tabela (25).

Tabela 25 - Percentuais de intercambistas com nota abaixo de 7,0 na proficiência em espanhol 2018 (Espanha)

Gerência	Intercambistas	(%) do total	Proficiência<7,0	Proficiência<7 (%)
1 ^a	12	24%	0	0%
2 ^a	4	8%	0	0%
3 ^a	9	18%	0	0%
4 ^a	2	4%	0	0%
5 ^a	2	4%	0	0%
6 ^a	4	8%	0	0%
7 ^a	2	4%	0	0%
8 ^a	2	4%	0	0%
9 ^a	2	4%	0	0%
10 ^a	2	4%	0	0%
11 ^a	2	4%	0	0%
12 ^a	2	4%	0	0%
13 ^a	2	4%	0	0%
14 ^a	3	6%	0	0%
TOTAL	50	100%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos (2019)

Para o fornecimento dos pacotes de intercâmbio referentes aos quatro países escolhidos pela SEE-PB, optou-se mais uma vez pelo mesmo procedimento licitatório, no qual os pacotes foram distribuídos em quatro lotes distintos, correspondendo cada um deles a um país de destino. Nessa oportunidade, uma nova empresa ficou responsável pela execução do intercâmbio em dois dos países, Canadá e Portugal. Os intercâmbios da Espanha e Argentina, ficaram sob a incumbência da mesma que realizou as edições de 2016 e 2017. A tabela (26) especifica os valores ⁹correspondentes a cada um dos contratos celebrados pela administração.

Tabela 26 - Custos dos pacotes de intercâmbio por país em 2018

PAÍS	Nº DE ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Canadá	100	R\$ 28.350,00	R\$ 2.835.000,00
Espanha	50	R\$ 22.050,00	R\$ 1.102.500,00
Argentina	25	R\$ 16.450,00	R\$ 411.250,00
Portugal	25	R\$ 28.000,00	R\$ 700.000,00
Edição 2018	200	-	R\$ 5.048.750,00

Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (2018)

Quanto à fase de encaminhamento dos alunos para os estudos no exterior, foi verificado que os intercâmbios do Canadá, Espanha e Argentina foram iniciados de acordo com a previsão, isto é, os estudantes selecionados embarcaram no segundo semestre do ano de 2018, quando estavam matriculados no 2º ano do ensino médio. De igual modo, o retorno ocorreu conforme previsto no plano de trabalho, ou seja, no primeiro semestre do ano de 2019. Sendo assim, o programa está executando a última fase do planejamento, qual seja, a orientação dos alunos na elaboração e execução dos projetos.

Em relação ao intercâmbio projetado para ser realizado em Portugal, foi constatado um problema ainda mais grave do que na primeira edição em que o país foi incluído. Não houve, dessa vez, o atraso de um semestre letivo. Dois semestres passaram sem que os serviços fossem executados, o que ocorreu em razão de complicações com a empresa contratada para prestar os serviços. Buscando contornar a situação, a coordenação do programa propôs aos selecionados a opção de realizarem o intercâmbio na Argentina. Entretanto, por questões jurídicas, a coordenação não conseguiu fazer isso de forma imediata.

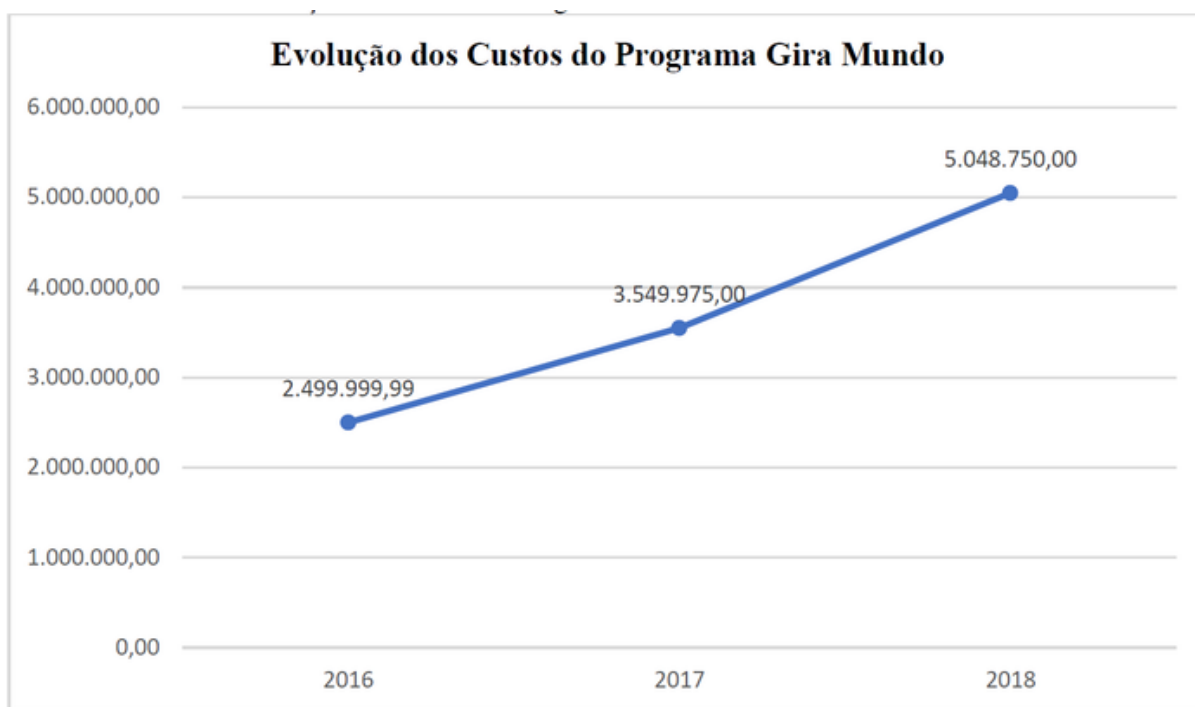
⁹ Contratos disponíveis em: <http://cge.pb.gov.br/gea/Uploads/Contratos/Contratos051516.pdf> e <http://cge.pb.gov.br/gea/Uploads/Contratos/Contratos051481.pdf>

Logo, até o final da presente pesquisa não foi verificado o encaminhamento dos 25 estudantes que foram aprovados para o intercâmbio no referido país.

4.2.4 Evolução dos Recursos Investidos no Programa Gira Mundo

Como demonstrado, o Programa Gira Mundo é financiado inteiramente com recursos próprios do tesouro do estado da Paraíba, de acordo com o art.7º da Lei nº 10.613, de 18 dezembro de 2015. Desde a sua implementação, em 2016, tem-se verificado um aumento significativo na alocação de recursos no programa, uma vez que o governo do estado tem priorizado a ampliação do referido programa em seu plano de gestão, aumentando o número de vagas e opções de países para realização do intercâmbio a cada ano. O gráfico (10) descreve a evolução dos custos com o programa considerando as três edições realizadas.

Gráfico 10 - Evolução dos Custos do Programa Gira Mundo



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos contratos celebrados (2016 a 2018)

É importante ressaltar que os valores discriminados no gráfico (10) correspondem apenas aos custos dos contratos realizados com as empresas que fornecem os pacotes de intercâmbio, os quais perfazem a importância de R\$ 11.098.724,99 (onze milhões e noventa e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Entre as despesas que não estão incluídas nos referidos contratos, menciona-se, inicialmente, a remuneração dos

professores que lecionam no curso de línguas do programa. O valor mensal pago a cada professor corresponde a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por professor/tutor de línguas. Soma-se a isso despesas com energia elétrica consumida durante as aulas, materiais didáticos ofertados aos estudantes e os custos pertinentes ao trabalho desenvolvido pela equipe de apoio administrativo no decorrer de toda a execução do programa.

Passando-se à análise comparativa dos custos do Programa Gira Mundo com os do Programa Ganhe o Mundo — considerando ano e país de destino — verifica-se, primeiramente, que o programa de intercâmbio de Pernambuco apresenta valores¹⁰ distintos para o mesmo país, a depender do período em que os alunos são enviados, conforme tabela (27). Além disso, nota-se que os valores investidos no programa são bem mais elevados que o do programa na Paraíba, uma vez que o número de beneficiários é bem mais amplo.

Tabela 27 - Custos do Programa Ganhe o Mundo com os intercâmbios no Canadá (2017/2018)

Período	Nº de intercambistas	Valor por intercambista
2017.1	53	R\$ 33.766,66
2017.2	400	R\$ 24.786,36
2018.1	50	R\$ 24.786,36
2018.2	229	R\$ 25.007,99

Fonte: Elaborado com base nas informações prestadas pela Secretaria de Educação de Pernambuco (2019)

Conforme pode ser verificado na tabela (27), o governo de Pernambuco teve um maior custo por estudante no primeiro envio de 2017 ao Canadá. No entanto, os valores se aproximam nos três períodos seguintes, sendo todos inferiores ao período mencionado. Comparando-se apenas o valor por intercambista no grupo dos 50 participantes do Gira Mundo em 2017, com os 53 primeiros intercambistas do Ganhe o Mundo referentes ao mesmo ano, tem-se que, nesse caso específico, o valor unitário do intercâmbio oferecido pelo governo da Paraíba apresenta-se menor. Contudo, quando comparado com o custo médio por estudante no ganhe o mundo, considerando todos os embarques realizados no respectivo ano, observa-se que nos dois anos analisados o Programa Gira Mundo teve um maior custo por cada pacote de intercâmbio, consoante tabela (28).

¹⁰ Informações obtidas mediante Pedido de Acesso à Informação, realizado pelo pesquisador, registrado sob o nº 79371/2019.

Tabela 28 - Custo médio por intercâmbio no Canadá (Pernambuco X Paraíba)

Edição	Nº Ganhe o Mundo (PE)	Nº Gira Mundo (PB)	Custo médio (PE)	Custo médio (PB)
2017	453	50	R\$ 25.837,03	R\$ 31.000,00
2018	279	100	R\$ 24.968,27	R\$ 28.350,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da SEE-PB e SEE-PB (2019)

Por outro lado, comparando o custo de ambos os programas em relação aos intercâmbios realizados na Espanha no ano de 2018, o Gira Mundo apresenta um valor unitário por intercambista correspondente à R\$ 22.050,00 (vinte e dois mil e cinquenta reais), enquanto o programa pernambucano contratou os pacotes de intercâmbio por um valor unitário de R\$ 24.476,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais). Ressalte-se, que no primeiro caso o contrato foi celebrado para 50 estudantes. No segundo, para apenas 25 estudantes.

4.2.5 Principais fatores contextuais que podem afetar o desempenho do programa

No tópico 4.1.4 foram apresentados os dados referentes aos fatores contextuais relacionados à situação da educação na Paraíba no ano de 2015, quando foi criado o programa objeto dessa análise, incluindo os demais projetos que já existiam ou que foram criados concomitantemente ao Gira Mundo. No presente ponto, expõe-se fatores contextuais diretamente concernentes à execução do programa, os quais possuem o potencial de afetar o seu desempenho.

Quando questionado acerca dos fatores que podem influenciar o desempenho do Gira Mundo, o coordenador (C3) relatou que há algumas disfunções associadas à burocracia e que o programa não possui a autonomia necessária para evitar que certos problemas ocorram. Os problemas mais frequentes, entre os mencionados, estão relacionados ao atraso no pagamento dos professores que atuam como tutores do programa, uma vez que depende de outras unidades para que se concretize. Além disso, relata que o número de servidores que estão alocados para realizar as atividades do programa não é suficiente:

[...]Não é um número suficiente para um programa como esse. Então essa é uma dificuldade do programa. Um programa dessa magnitude, que é o carro-chefe da educação no estado, ter um número tão reduzido de pessoas [...] se aumenta o número de vagas precisa também aumentar o número de pessoas que estejam à frente, de coordenadores, porque a demanda é cada vez maior. (C3)

Depreende-se do relato do coordenador entrevistado que as ações demandadas pelo programa não correspondem adequadamente ao quantitativo de servidores designados para exercê-las. Confrontando essa informação com os dados referentes aos servidores oficialmente designados para atuar no Gira Mundo, verifica-se que a maior parte dos servidores acumulam funções no programa, além de desempenharem outras atividades não relacionadas ao programa. A tabela (29) apresenta o quantitativo¹¹ por função.

É importante esclarecer que todos os servidores que integram a coordenação logística, coordenação pedagógica e a coordenação administrativa e financeira, também fazem parte da comissão de seleção do programa. Logo, dos 10 membros da comissão de seleção, 7 também estão integrando aquelas coordenações. Contudo, o que mais chama atenção é o número de professores que compõem a coordenação pedagógica, que é responsável pelo acompanhamento do curso preparatório de idiomas e pelas ações desenvolvidas pelos intercambistas, além de outras responsabilidades de caráter burocrático. Nessa situação, caso não haja um acréscimo de pessoal para integrar a coordenação pedagógica até a fase de orientação dos projetos referentes à edição 2018, serão 175 projetos para 3 orientadores, já excluindo os 25 estudantes que foram aprovados para Portugal, uma vez que, diante do atraso de aproximadamente 1 ano na execução, não será mais possível concretizar a referida etapa. Tal realidade pode afetar os resultados pretendidos com a execução dos projetos.

Tabela 29 - Quantitativo de servidores em cada função do programa

Função	Número de servidores
Coordenação Estadual	3
Comissão de Seleção	10
Coordenação Administrativa e Financeira	2
Coordenação Logística	2
Coordenação Pedagógica	3
Coordenador Regional	14

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos oficiais (2019)

Em se tratando da qualidade de execução dessa etapa, o entrevistado chegou a afirmar que “tiveram projetos muito mal executados” (C3), referindo-se à edição 2017, embora não tenha relacionado tal percepção à questão do número reduzido de coordenadores. Cabe mencionar, ainda, que a orientação não é feita de forma regionalizada, uma vez que os

¹¹ Elaborado com base nas Portarias nºs 050/2018, 051/2018 e 409/2018, disponíveis em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/01/Diario-Oficial-13-01-2018.pdf> e <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2018/marco/diario-oficial-14-03-2018.pdf/view>

coordenadores pedagógicos estão lotados apenas em João Pessoa. Esse fator claramente dificulta o acompanhamento direto da execução dos projetos.

Outro fator apontado como influenciador do resultado do programa está relacionado ao fato de que “não é o Gira Mundo em si que organiza a viagem, são as empresas terceirizadas, que vencem o processo licitatório, que organizam a viagem” (C3). Essa questão é de suma importância, uma vez que o principal produto oferecido pelo programa pode ser afetado em razão de uma eventual má prestação de serviços por parte da contratada. Essa hipótese, inclusive, já aconteceu em relação à contratação dos pacotes para intercâmbio em Portugal, que apresentou problema nas duas edições, sendo mais grave na edição 2018.

É importante registrar que existem outros fatores que excedem à esfera do governo estadual e podem afetar diretamente a condução do programa. Entre esses fatores, pode-se mencionar a variação cambial. Como as bolsas dos estudantes estão sendo fixadas em moeda nacional, caso haja uma desvalorização cambial, os intercambistas podem receber menos que o previsto, quando o valor da bolsa for convertido para a moeda específica do país do intercâmbio. Além disso, os custos referentes às despesas com o pagamento das escolas no exterior podem ficar excessivamente onerosos para a empresa contratada, fazendo com que esta busque a alteração do contrato com a SEE-PB, visando à preservação do equilíbrio econômico-financeiro, presente no início do contrato, conforme prevê a Lei nº8.666/93. Há ainda a questão da entrada e saída do país, que depende da administração federal. Assim como ocorreu em 2017, com a suspensão da emissão de passaportes, problemas semelhantes podem comprometer o cronograma do programa, afetando o seu desempenho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade enfrenta diversos problemas públicos nas mais distintas áreas, havendo uma expectativa por parte dos administrados de que o poder público empreenda esforços buscando respostas a essas necessidades sociais, como saúde, educação, segurança pública, entre outras áreas também relevantes. Através da elaboração e implementação de políticas públicas o ente governamental aloca os recursos que considera necessários para patrocinar as ações que intentarão solucionar os problemas evidenciados.

Diante da imensidão de problemas existentes no Estado, torna-se imprescindível definir prioridades, focando em ações identificadas como sendo as mais urgentes para receber esse tratamento por parte do poder público. Ademais, os recursos públicos parecem não ser suficientes para solucionar todas as demandas que se apresentam na agenda pública. Considerando essa escassez, impõe-se à gestão pública o compromisso de evitar que tais recursos sejam mal-empregados, equacionando bem as decisões que devem ser tomadas.

Esse cenário denota a relevância da avaliação de políticas públicas como sendo uma ferramenta que auxilia o setor público no exercício de suas múltiplas funções, propiciando a *accountability*, por meio da disponibilização de informações que sujeitam as decisões políticas à julgamento, tornando possível a aprovação ou reprovação por parte dos administrados. A avaliação viabiliza o aprimoramento das estratégias de intervenção na situação fática, porquanto oportuniza a proposição de alternativas mais viáveis à solução dos problemas focados pela política pública objeto da avaliação.

Não obstante o reconhecimento da importância da realização de avaliações de programas públicos ter nessas últimas décadas ganhado espaço no âmbito acadêmico e, até mesmo, em documentos oficiais, nota-se a necessidade da absorção dessa compreensão pela atuação administrativa, de modo a conceber, na prática, registros administrativos com a finalidade de propiciar os dados essenciais à avaliação, passando a considerar, de fato, a avaliação como parte integrante do ciclo de gestão das políticas públicas. Enquanto esse ideal não se concretiza, cabe aos avaliadores de programas ultrapassar as barreiras erguidas pela própria administração, empenhando-se para descortinar o máximo de informações possíveis, mesmo diante das lacunas deixadas.

Nesse contexto, este trabalho foi desenvolvido com o escopo de avaliar o desenho do Programa Gira Mundo, instituído pela Lei nº 10.613/2015 com o propósito de conceder bolsas de intercâmbio a estudantes do 2º ano do ensino médio e professores efetivos da rede

estadual de ensino da Paraíba, bem como avaliar a sua implementação a partir dos dados referentes às três primeiras edições do programa na modalidade estudante. Como objetivos específicos, buscou-se: a) explicitar a teoria do Programa Gira Mundo; b) avaliar o desenho do Programa Gira Mundo; c) investigar se a execução tem observado o estabelecido pelo desenho do programa e; d) desvendar os subprocessos que não estão dispostos no nível macro do desenho do programa. Todos esses objetivos foram devidamente alcançados ao final da realização da presente pesquisa.

A primeira constatação confirmou que o programa não possuía uma teoria explícita, tornando-se necessário o levantamento de todos os dados disponíveis nos documentos oficiais do programa, acompanhamento de suas atividades e a realização de entrevistas com a equipe gerencial, com o intuito de construir a teoria que refletisse as pretensões do referido programa. A teoria foi construída utilizando-se a metodologia do modelo lógico, o que garantiu uma visualização esquematizada da linha de causalidade que liga as operações do programa ao alcance dos resultados pretendidos.

Ao analisar o modelo do programa partindo do problema apresentado pela equipe gerencial, isto é, a dificuldade com o ensino de idiomas na rede estadual, verificou-se que o desenho do programa não focaliza o referido problema, de modo a solucionar a deficiência do ensino de línguas estrangeiras em toda rede, uma vez que as causas do problema apontam para um quadro insuficiente de professores efetivos e a falta de preparação necessária aos que lecionam essas disciplinas. Como o programa se propõe a oferecer apenas a uma parcela dos estudantes uma educação linguística de qualidade fora da rede, o problema do ensino tende a persistir, ainda que o programa seja bem implementado, pois não se propõe a resolver o problema.

Com relação a análise da lógica e plausibilidade verificada na teoria do programa, nota-se que a linha lógica para a produção dos resultados em relação aos participantes do intercâmbio apresenta um razoável nexos de causalidade, uma vez que é capaz de proporcionar aos participantes os benefícios esperados, isto é, o aperfeiçoamento em um segundo idioma, enriquecimento cultural, maior empregabilidade e melhores perspectivas para as carreiras dos estudantes, conforme demonstram diversos estudos pertinentes à educação internacional. Entretanto, não é possível afirmar que há um nexos de casualidade entre o Programa Gira Mundo e o desenvolvimento socioeconômico do estado, considerando a existência de inúmeras variáveis, incluindo outras intervenções com objetivos finais semelhantes.

Quanto à lógica de considerar o aluno como multiplicador do conhecimento adquirido no exterior aos outros estudantes da rede, não se apresenta tão razoável quanto a capacidade de disseminação dos professores, uma vez que, pertencentes ao quadro efetivo da rede, há uma maior expectativa de que produzam um impacto mais abrangente pelo fato de poderem alcançar diversas turmas com inúmeros estudantes no decurso do tempo. Diferentemente, os alunos beneficiários do intercâmbio passam apenas mais um ano na rede, tendo que desenvolver diversas atividades e se preparar para o ENEM.

Os resultados revelam que o programa apresenta falhas em seu desenho, deixando evidente que os idealizadores do programa não criaram os instrumentos adequados de gerenciamento e avaliação. Ademais, constatou-se que não há nenhuma ferramenta específica para mensurar os resultados pretendidos, além de não serem estabelecidas metas para o programa no decorrer do tempo. Infere-se, então, que o programa não foi desenhado com clareza e concretude suficientes para permitir a constatação do alcance ou não dos seus objetivos.

Ao avaliar a execução do programa nas edições 2016 a 2018, constatou-se que a gestão adotou procedimentos distintos em cada uma das edições, sendo identificados alguns problemas ao longo da implementação. Buscando analisar a primeira edição do programa, não foram identificados problemas nas primeiras etapas, no entanto, o momento pós intercâmbio do ciclo do programa demonstrou que nem todos os estudantes realizaram as atividades propostas pela SEE-PB. Além disso, registrou-se um grande atraso na validação dos estudos realizados pelos estudantes no Canadá, por falta de instrumento normativo específico que regulamentasse essa validação.

Em relação à edição do programa em 2017, foram evidenciadas algumas complicações. Entre os principais problemas identificados destaca-se a execução do programa referente ao intercâmbio em Portugal, inserido na segunda edição. Para esse destino houve baixa adesão por parte dos estudantes, constatando-se que duas gerências (5ª e 6ª) regionais não tiveram inscritos habilitados, em razão de não atenderem os critérios referentes à idade ou às notas do primeiro ano, sendo as vagas remanejadas para outras gerências. Também foi constatado que 100% dos estudantes que foram aprovados tiveram um desempenho abaixo de 7,0 em português, confirmando o problema do aprendizado no idioma pátrio. No critério proficiência, no grupo de intercambistas da Espanha foi observado que 20% dos que foram enviados não apresentaram o desempenho exigido pelo Decreto nº 36.539/2015, chegando a ter regiões (5ª, 9ª e 12ª) em que 100% dos alunos não alcançaram a nota mínima.

Quanto à etapa de envio dos alunos aos países, foi constatado o descumprimento do envio dos alunos para Portugal no prazo previsto, havendo um atraso de um semestre letivo, restando aos alunos o período de seis meses para desenvolvimento e execução dos projetos, fato que se deu em desconformidade com o desenho. Ao final, 60% dos intercambistas que estudaram em Portugal desenvolveram os projetos e apresentaram os relatórios de execução. Quanto aos projetos referentes aos intercambistas no Canadá, apenas 38% dos beneficiários apresentaram o relatório de execução. Dos intercambistas da Espanha, 52% apresentaram os relatórios dos projetos.

Na edição 2018, constatou-se que 21% dos intercambistas participaram do programa no Canadá sem terem atingido a nota mínima exigida na proficiência. Analisando por gerência, os resultados esclarecem que na 9ª e na 10ª região 50% dos alunos enviados ao exterior não atendiam ao critério e, no caso da 12ª região, 100% não atendiam. Quanto ao desempenho dos alunos na prova de português, 52% dos alunos auferiram nota inferior a 7,0. Em relação à proficiência de língua espanhola, dois grupos de resultados se apresentam, os selecionados para intercâmbio na Espanha, no qual todos atenderam ao critério exigido, e os selecionados para intercâmbio na Argentina, que também apresentou um bom desempenho, com exceção da 12ª região, que não teve candidato aprovado com a nota igual ou maior a 7,0.

Nessa edição, o problema de atraso em relação à Portugal mostrou-se ainda mais grave, uma vez que até o encerramento da presente pesquisa os estudantes ainda não haviam sido encaminhados para iniciar o intercâmbio, em razão do descumprimento dos termos por parte da empresa contratada. Como consequência, a parte do processo referente à elaboração e execução dos projetos torna-se inexecutável, uma vez que não haverá mais prazo suficiente para realização dessas atividades.

É importante ressaltar as limitações da presente pesquisa. Entre elas está a indisponibilidade de maiores informações com relação à edição de 2016 e a impossibilidade de obtenção dos dados referentes ao fechamento da edição de 2018, uma vez que ao final dessa pesquisa os estudantes ainda estavam na fase de orientação e desenvolvimento dos projetos, tornando inviável a quantificação, como fora realizado em relação a edição de 2017.

Cabe mencionar a possibilidade de alteração dos valores referentes aos contratos celebrados mediante procedimento licitatório com as empresas fornecedoras dos pacotes de intercâmbio, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, considerando determinados fatores supervenientes, os quais estão previstos na lei que rege os contratos administrativos.

Considerando as três primeiras edições do programa, o governo da Paraíba celebrou contratos que somam R\$ 11.098.724,99. Foram contemplados 350 estudantes, entretanto, os 25 alunos selecionados para intercâmbio em Portugal ainda aguardam uma solução. Para o ano de 2019 está prevista a concessão de novas 300 bolsas de intercâmbio, sendo 280 vagas distribuídas para realização no Canadá, Argentina, Espanha, Chile e Colômbia, e 20 vagas para intercâmbio no Reino Unido, em virtude da implementação de uma nova proposta denominada “Gira Mundo Reino Unido- Ensino Técnico”, destinada especificamente a alunos que pertençam a uma das escolas técnicas da rede estadual de ensino da Paraíba.

Nessa perspectiva, torna-se ainda mais relevante o acompanhamento da execução desse programa com vistas à realização de novos estudos avaliativos que aprofundem a análise a partir das contribuições inauguradas com este trabalho. Acredita-se que a presente pesquisa tenha suscitado a discussão do tema no âmbito acadêmico, mas compreende-se que há muito mais a investigar em relação à temática proposta. Ademais, o programa avaliado ainda é muito recente, sendo provável que o seu desenho passe por modificações ao longo do tempo, inclusive, criando-se modalidades fundamentadas em outros objetivos.

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do programa, sugere-se aos gestores um maior investimento no quadro de professores da rede, uma vez que os dados revelam que há escassez de professores de idiomas na rede estadual, problema mais acentuado nas regiões do interior do estado. Além disso, os resultados demonstram que parte dos professores que lecionam as disciplinas de línguas estrangeiras não são fluentes no idioma que ensinam. Nesse sentido, é importante investir na capacitação linguística de todos os professores da rede, em especial nas regiões que apresentam maior deficiência, propiciando a melhoria no ensino de línguas. Recomenda-se, ainda, estudar a alternativa de trazer professores internacionais, uma vez que o custo pode ser reduzido e o programa pode ampliar a abrangência, alcançando um quantitativo maior de estudantes, em todas as regiões de ensino.

Encerra-se o presente, com a expectativa de que os resultados e análises desenvolvidas possam subsidiar a atuação dos gestores do programa, de modo a procederem ao reexame dos pressupostos lógicos do modelo, tomando-se a decisão que melhor se adeque às reais necessidades da educação pública no estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR PEREIRA, Elisabete Monteiro de; HEINZLE, Márcia Regina Selpa; PINTO, Marialva Moog. **Internacionalização na educação superior e mobilidade estudantil: o vai e vem de jovens acadêmicos**. Revista Espaço Pedagógico, [S.l.], v. 24, n. 1, maio 2017.
- AMAL, Mohamed; BORGES, Gustavo da Rosa. **Internacionalização de Instituições de Ensino Superior: uma perspectiva sobre a mobilidade estudantil**. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa (Org.). *Internacionalização na Educação Superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica*. Blumenau: Editora Furb, 2015.
- BICKMAN, L. “**The Functions of Program Theory**.” In L. Bickman (ed.), *Using Program Theory in Evaluation*. New Directions for Evaluation, n° 33. San Francisco: Jossey - Bass, 1987.
- BLASCO, J. *Cómo iniciar una evaluación: oportunidad, viabilidad y preguntas de evaluación*. Guías prácticas sobre evaluación de políticas públicas 1 Barcelona: Ivàlua, 2009.
- BLASCO, J. *Evaluación del diseño*. Guías prácticas sobre evaluación de políticas públicas 3. Barcelona: Ivàlua. 2009.
- BOGDAN, R. S.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.
- BOOT, D. N. and BEILE, P ‘**Scholars before researchers: on the centrality of the dissertation literature review in research preparation**’, Educational Researcher, 34(6):3-15.2005.
- BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 10 mai. 2019
- _____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun.1993.
- _____. **Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2002.
- _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago.2012. Seção1, p.1.

_____. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante.** Brasília: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 10 fev.2019

_____. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post.** Brasília: Ipea, 2018. v. 2. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/guiaexpost.pdf>. Acesso em: 10. fev.2019

BYRAM, M. and FENG, A. **Living and studying abroad: research and practice.** United States: Multilingual Matters. 2006.

BROWN, Jenny, " **Study abroad program evaluation: what can be learned from student satisfaction surveys?**" *All Theses.* Paper 747.2009.

CAMP, R. **Deepening scholarship through study abroad.** *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, 12, 157-159. 2005

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASSIOLATO, M. & GUERESI, S. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Nota técnica, nº 6. Brasília: IPEA. 2010.

CAVALCANTE, Sérgio. Mobilidade Internacional estudantil: Uma avaliação da teoria do Programa Ganhe o Mundo. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, IX. 2017. Disponível em: <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjMxMDkiO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiZTRhYjQ4Mzc2OWUyNDQzNGI0MjMzMWY4YjdlODg1MjAiO30%3D>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIEFFO, L. & GRIFFITHS, L. What's a month worth? Student perceptions of what they learned abroad. *International Educator* 26-31 2003.

COOK, T. D. The false choice between theory-based evaluation and experimentation. In Rogers, P. J., Hacsí, T. A., Petrosino, A., & Huebner, T. A. (Eds.), **Program theory in evaluation: Challenges and opportunities.** New directions for evaluation. Vol. 87 (pp.27–34). San Francisco: Jossey-Bass Publishers.2000.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CRUZ, Viviane X.A. **Programa Ciências sem Fronteiras: uma avaliação da política pública de internacionalização do ensino superior sob a perspectiva do Paradigma Multidimensional**. Dissertação (Mestrado). Profiap. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016. Disponível em http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/ufg/2016/46_ufg_2016_viviane-cruz.pdf.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

DWYER, M.M. More is better: The impact of study abroad program duration. *Frontier: The interdisciplinary Journal of study Abroad*, X(fall), 151-163, 2004.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAU, Nuria C.; BOZZI, Sonia O. Fortalecimento dos Sistemas de Monitoramento e Avaliação (M&A) na América Latina- Informe comparativo de 12 países. Tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes- Natal, RN: SEARH/RN. 2008, 146.p. Tradução de Fortalecimiento de los sistemas de monitoreo y evaluación. (M& E) en América Latina: Informe comparativo de 12 países- Venezuela: CLAD, 2008.

HACSI, T. A. **Using program theory to replicate successful programs**. In Rogers, P. J., Hacsí, T. A., Petrosino, A., & Huebner, T. A. (Eds.), *Program theory in evaluation: Challenges and opportunities. New directions for evaluation*. Vol. 87 (pp.17–26). San Francisco: Jossey-Bass Publishers. 2000.

HARRELL, A., and others. *Evaluation Strategies for Human Services Programs: A Guide for Policymakers and Providers*. Washington, D.C.: Urban Institute, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MARK, Mervin; HENRY, Gary; JULNES, George. **Evaluation: An integrated framework for understanding, guiding, and improving public and nonprofit policies and programs**. San Francisco, California- Jossey- Bass, 2000.

MCLAUGHLIN, J. e JORDAN, G. – **Using Logic Models - Handbook for Program Evaluation**, Wholley, J. 2004.

MARANHÃO. **Lei n° 10.286, de 21 de julho de 2015.** Cria o Programa Estadual “Cidadão do Mundo” e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Maranhão, MA, 21 jul. 2015.p.1.

MENDELSON, V. “Hindsight is 20/20:” **Student perceptions of language learning and the study abroad experience.** *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, 10, 43-63. 2004.

MOKATE, Karen Marie. **Convirtiendo el “Monstruo” en Aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social.** Revista do Serviço Público, Brasília, v.53, n.1, p.89-134, jan/mar. 2002.

O’DONNELL, Guillermo. **Reflexões Comparativas sobre Políticas Públicas e Consolidação Democrática.** In: MOURA, Alexandrina Sobreira. O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1989, p.390-391.

OECD, **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2017-en>. 2018. Acesso em: 10 mar.2018

PARAÍBA. **Medida Provisória n° 240, de 10 de dezembro de 2015.** Institui o Programa de Intercâmbio Internacional – GIRA MUNDO. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 11 dez.2015. p.1-2.

PARAÍBA. **Lei n° 10.613, de 18 de dezembro de 2015.** Institui o Programa de Intercâmbio Internacional – GIRA MUNDO. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 24 dez.2015. p.2.

PARAÍBA. **Decreto n° 36.539, de 29 de dezembro de 2015.** Regulamenta a Lei 10.613, de 24 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Intercâmbio Internacional - GIRA MUNDO, com finalidade de ofertar bolsas de intercâmbio internacional aos alunos do Ensino Médio e professores efetivos da Rede Pública Estadual, define critérios para seleção de estudantes e docentes para participar do Programa e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 30 dez. 2015. p.39-40.

PARAÍBA. **Decreto n° 36.408, de 30 de novembro de 2015.** Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 01 dez. 2015. p.1-2.

PARAÍBA. **Decreto n° 36.409, de 30 de novembro de 2015.** Cria a Escola Cidadã Integral Técnica, institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 01 dez. 2015. p.2-3.

PARAÍBA. **Decreto n° 36.033, de 14 de julho de 2015.** Cria o Programa PARAÍBA – TEC e dá outras Providências. Diário Oficial do Estado, Paraíba, PB, 15 jul. 2015. p.1

PERNAMBUCO. **Lei n° 14.512, de 7 de dezembro de 2011.** Cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino

médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio. Diário Oficial do Estado, Pernambuco, PE, 08 dez.2011. p.17.

ROGERS, P. J. **Theory-based evaluation: Reflections ten years on.** In Mathison, S. (Ed.). *Enduring issues in evaluation: The 20th anniversary of the collaboration between NDE and AEA. New directions for evaluation.* Vol. 114 (pp.63–67). San Francisco: Jossey-Bass Publishers and the American Evaluation Association.2007.

ROSSI, P.; LIPSEY, M.; FREEMAN, H. **Evaluation: a systematic approach.** 7.ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004.

SÁ, C. **The Rise and Fall of Brazil's Science Without Borders.** *International Higher Education*, n.85, p.17-18, spring 2016. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/9241/8296>. Acesso em 18 nov . 2018.

SANDELL, Elizabeth. **Impact of International Education Experiences on the Undergraduate Students.** *Delta Kappa Gamma Bulletin*; Summer 2007, Vol. 73 Issue 4, p12. 2007.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs). *Políticas Públicas: Coletânea. Volume 1.* Brasília: ENAP, 2006, p.21-42.

SCHEIRER, M. A. **“Designing and Using Process Evaluation.”** In J. S. Wholey, H. P. Hatry, and K. E. New-comer (eds.), *Handbook of Practical Program Evaluation* (pp. 40- 68). San Francisco: Jossey-Bass.1994.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

SIDHU, R. **Building a global schoolhouse: International education in Singapore.** *Australian Journal of Education*, 49, 46-65. 2005

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2009.

SMITH, M. F. **Evaluability Assessment: A Practical Approach.** Norwell, MA: Kluwer. Academic Publishers.1989.

SPEARS, E. **O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação.** *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 1, p. 151-3, 2014.

THOENIG, Jean-Claude. **A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública.** *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WEISS, C. H. **“How Can Theory-Based Evaluation Make Greater Headway?”** *Evaluation Review* 21(4):501-524. 1997.

WEISS, C. H. *Evaluation*. 2.^a ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998.

WILKINSON, S. *Foreign language conversation and the study abroad transition: A case study.* Unpublished doctoral dissertation, Pennsylvania State University. 1995.

WHOLEY, J. S. *Evaluation: Promise and Performance.* Washington, DC: Urban Institute, 1979.

WHOLEY, J. **Evaluability Assessment: Developing Program Theory.** In: BICKMAN, L. (Ed.). *Using Program Theory in Evaluation: New Directions for Evaluation*, no. 33. San Francisco: Jossey-Bass. 1987.

WHOLEY, J. S.; HATRY, H. P.; NEWCOMER, K. E. *Handbook of practical program evaluation.* 2.^a ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

APÊNDICE A — Roteiro de Entrevista com a Equipe Gerencial

Identificação do Entrevistado
Nome
Função que exerce no programa

Identificação do Problema
Qual o problema que o programa se propõe a enfrentar?
Quais as principais consequências do problema?
Quais as principais causas desse problema?

Descrição do Programa
Qual o objetivo do programa?
Qual o público-alvo do programa?
Quantos são os beneficiários?
Quais são as atividades que compõem o programa?
Quais os produtos previstos para cada atividade?
Como é organizada a coordenação das atividades?

Resultados esperados do Programa
Quais os resultados esperados?
Como as atividades e seus produtos contribuem para o alcance dos resultados?

Análise do Contexto
Quais os fatores contextuais que podem afetar o desempenho do programa?
Que tipo de alterações o programa pode sofrer por conta de mudanças no contexto?

APÊNDICE B — Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDOIntercâmbio Estudantil no Ensino Médio da Rede Pública:
Uma Avaliação do Programa Gira Mundo

Esta pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado de MICHAEL STEFFONES DA SILVA RIBEIRO. Gostaríamos de contar com sua colaboração, que consiste em responder a uma entrevista sobre o Programa de Intercâmbio Internacional Gira Mundo. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Sua participação, portanto, não lhe causará prejuízo algum, mas antes, colaborará para uma melhor compreensão do Programa Gira Mundo.

Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir desta entrevista a qualquer hora ou deixar de responder a quaisquer das questões que lhe forem feitas.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos poderão ser sanados junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.

Se você concorda em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração e gostaríamos que você colocasse a sua assinatura a seguir, indicando que está devidamente informado (a) sobre os objetivos da pesquisa e os usos dos seus resultados.

 Entrevistador(a)

 Entrevistado(a)

(Cidade), _____ de _____ de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Sociais Aplicadas
 Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional
 Campus Universitário – João Pessoa – PB – CEP: 58.059900
 Mestrando: Michael Steffones da Silva Ribeiro
 Matrícula: 20171020026
 Telefone: (83) 98604-1134